



DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS & RELATÓRIO
DA ADMINISTRAÇÃO

2020

AQUI VOCÊ PODERÁ CONFERIR OS INDICADORES DE RESULTADOS DA ELETROBRAS FURNAS EM 2020 E, NAS PRÓXIMAS PÁGINAS, OS NÚMEROS DE ATUAÇÃO DA EMPRESA NESSE MESMO PERÍODO.

PROpósito 2020-2035

COLOCAMOS TODA NOSSA ENERGIA PARA
O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA SOCIEDADE.



18.263
MW
CAPACIDADE
INSTALADA
DE GERAÇÃO



34.995
km
DE LINHAS DE
TRANSMISSÃO



21
USINAS
HIDRELÉTRICAS



40,7
BILHÕES
DE REAIS
EM ATIVOS



97%
DA CAPACIDADE
EM FONTES
DE ENERGIA
LIMPA

INDICADORES

RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA
R\$ 10,8
BILHÕES

EBITDA
R\$ 4,6
BILHÕES

LUCRO CONSOLIDADO
R\$ 2,6
BILHÕES

DESTAQUES DE 2020 (R\$ MILHÕES)

TOTAL DE ATIVOS



PATRIMÔNIO LÍQUIDO



LUCRO CONSOLIDADO



9,1
MILHÕES

em doações para o Combate
à COVID-19

807
MILHÕES

de investimentos
realizados

1,3
BILHÃO

por ano agregado à RAP
na revisão tarifária

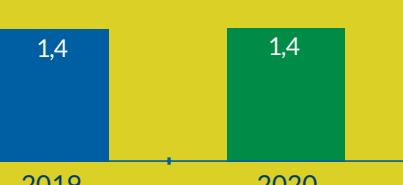
4,1
BILHÕES

em investimentos
contratados no 1º Leilão
de Compra de Energia
Solar (1.000 MW)

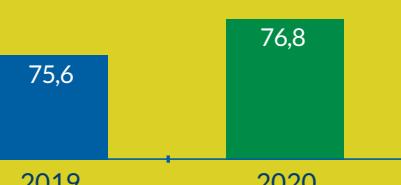
3.480
MW

em usinas certificadas para
comercialização de I-RECs

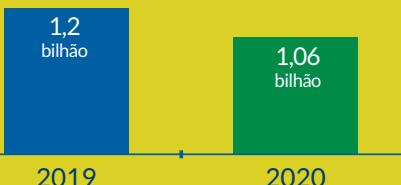
EVOLUÇÃO DA DÍVIDA LÍQUIDA / EBITDA



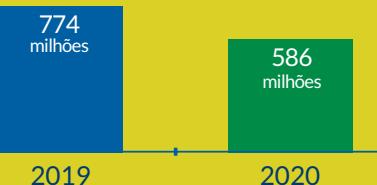
EVOLUÇÃO DA PONTUAÇÃO NO ISE BOVESPA



REDUÇÃO REAL DE 12% NO CUSTO COM PESSOAS



REDUÇÃO REAL DE 24% NO CUSTO COM MATERIAIS E SERVIÇOS



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – 2020

COMPOSIÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

Conselho de Administração

Wilson Ferreira Junior - Presidente
Pedro Eduardo Fernandes Brito • Luiz Augusto Pereira de Andrade Figueira • Yana Domaresq Sobral Alves

Representante dos Empregados

Felipe Sousa Chaves

Independentes

Magali Rogéria de Moura Leite • Susana Hanna Stephan Jabra

Em 15.03.2021, Wilson Ferreira Junior renunciou à Presidência do Conselho, tendo sido substituído por Luiz Augusto Pereira de Andrade Figueira.

Diretoria Executiva

Diretor-Presidente

Pedro Eduardo Fernandes Brito

Diretor de Operação e Manutenção

Djair Roberto Fernandes

Diretor de Administração

Pedro Eduardo Fernandes Brito

Diretor de Finanças

Caio Pompeu de Souza Brasil Neto

Diretor de Regulação e Comercialização

José Alves de Mello Franco

Conselho Fiscal

Claudio Guilherme Branco da Motta

Efetivos: Rodrigo Vilella Ruiz • Roberto Pinheiro Klein Júnior • Adriano Pereira de Paula

Suplentes: André Luiz Amaral dos Santos • Rafael Souza Pena

Informações no site: <https://www.furnas.com.br/contas/?culture=pt>

MENSAGEM DO PRESIDENTE

A pandemia de Covid-19 marcou o ano de 2020 e provocou a necessidade urgente de ajustes na dinâmica diária de Furnas, com a adoção do trabalho remoto e de protocolos de saúde e segurança para a força de trabalho presencial. A garantia do fornecimento de energia elétrica tornou-se mais que essencial, tornou-se vital para a preservação da vida.

Mais uma vez, os trabalhadores de Furnas não fugiram às suas responsabilidades e vêm cumprindo com coragem e dedicação a nobre missão de gerar e transmitir energia para o povo brasileiro. Nunca duvidamos que seria assim. Hoje, como no passado, temos muito orgulho destes homens e mulheres corajosos e conscientes da importância de sua missão. A todos eles, nosso eterno muito obrigado. A todas as famílias enlutadas pela perda de seus entes queridos, estendemos nosso apoio, solidariedade e a certeza de que, assim como a vida, a luta contra o vírus precisa continuar.

Desde o início da pandemia, adotamos mais de 50 iniciativas de enfrentamento ao coronavírus, para minimizar os efeitos da crise econômica e social, visando proteger não apenas os nossos colaboradores, mas também as comunidades próximas às instalações da Empresa. Essas iniciativas incluiram a aquisição de equipamentos de proteção individual, serviços, testes e tecnologia, com soluções de vanguarda em nível mundial e algumas inéditas no cenário nacional. O resultado de todo esse esforço é que a taxa de impacto da Covid-19 no quadro de empregados no período é de menos da metade da média nacional aferida desde o início da pandemia.

Para as comunidades onde a Empresa possui instalações, foram doados kits de higiene e cestas básicas a mais de quatro mil famílias, distribuídos mais de 50 mil máscaras de proteção individual, além de seis milhões de EPIs a 46 hospitais que atendem pelo Sistema Único de Saúde (SUS) em 32 municípios.

Apesar de todas as dificuldades deste período atípico, os resultados financeiros confirmaram a correção das medidas tomadas nos últimos anos para aumentar a eficiência operacional, a solidez financeira, a transparência e a sustentabilidade dos negócios. Furnas apresentou lucro líquido de R\$ 2,57 bilhões, em linha com os expressivos resultados obtidos nos últimos anos. Destacam-se ainda o Ebitda de R\$ 4,6 bilhões, com margem de 43%; a evolução do Resultado Financeiro em 47%, contribuindo com cerca de R\$ 362 milhões no resultado do exercício; e a acentuada redução de R\$ 1 bilhão no endividamento líquido, com a manutenção do indicador Dívida Líquida/Ebitda de 1,4.

A política de austeridade financeira teve sua continuidade no ano de 2020, com a reestruturação e a redução do número de Sociedades de Propósito Específico, as SPEs. Só neste ano foram extintas 15 SPEs em alinhamento ao Plano Diretor de Negócios e Gestão da holding, Eletrobras. O passivo tributário também foi reduzido em cerca de R\$ 300 milhões na defesa de processos nas esferas administrativa e judicial. Já a liquidação da primeira emissão de debêntures de Furnas, no valor de R\$ 1,25 bilhão, resultou na troca de dívidas que tinham como custo o IPCA +7% a.a. por um custo de IPCA +4,08%. Na revisão tarifária, 2020 foi anulado de superação das metas em R\$ 1,3 bilhão/ano (período 2020 a 2023).

Tivemos a conclusão de empreendimentos importantes mesclada com a estreia de novos negócios, alguns inéditos no país. Esse foi o caso do primeiro leilão de Certificados de Energia Renovável, os I-RECs. Furnas fez sua inserção no Mercado de Certificação de Energia Renovável ao obter o registro para duas de suas hidrelétricas e um parque eólico. Isso habilitou a Empresa a conduzir o leilão que ofereceu esses certificados ao mercado. Ao adquirir os I-RECs equivalentes ao montante de energia consumida, o usuário comprova sua origem renovável e abate as emissões de gases de efeito estufa, contribuindo para o cumprimento de metas de sustentabilidade. Realizado da forma online, o leilão foi um sucesso, registrando um ótimo médio superior a 50%.

Furnas realizou o 1º Leilão de Compra de Energia Solar, iniciativa inédita na companhia e uma das poucas no mercado de comercialização de energia nacional. Foram adquiridos 1.000 MW de potência instalada, inaugurando novo modelo de negócio de comercialização. O ano de 2020 marcou também a conclusão do Complexo Eólico de Fortim (CE) e da planta solar de Geração Distribuída da Usina Térmica de Campos (RJ).

De olho no futuro, a Empresa ampliou o Inova Furnas, projeto de inovação e empreendedorismo que estimulou iniciativas de inovação de sua força de trabalho. Foram formados 75 multiplicadores e recebidas mais de 500 propostas de ideias para a implementação de projetos que, até junho de 2020, já somavam R\$ 5,1 milhões em recursos para a Empresa. Ampliado, o modelo deu origem à Olimpíada de Inovação das Empresas Eletrobras, tendo como vencedor o projeto Hidrogênio Verde, solução para beneficiamento do hidrogênio descartado pelas usinas da Eletrobras.

A criação do Laboratório de Prototipação, que acelera o processo de conversão dos projetos de inovação interna em produtos, capacita os inovaEmpreendedores em metodologias ágeis, ao mesmo tempo em que reduz custos com fábricas de softwares para as etapas iniciais de validação.

Também foi dado o primeiro passo para a criação do Centro de Excelência em RPA (Robotic Process Automation), o primeiro do setor elétrico. O objetivo é obter ganhos de produtividade e otimização de recursos a partir da produção de soluções com o uso da inteligência artificial. A iniciativa também prevê a formação e capacitação técnica da primeira turma de cientistas de dados da Empresa.

Furnas entra 2021 em sua nova sede, o Edifício Barão de Mauá (EBM), no centro do Rio. Uma estrutura mais moderna e adequada às novas necessidades de conectividade, acessibilidade e colaboração. A mudança para o EBM resultou em uma economia de R\$ 42,7 milhões em aluguel, condomínio, serviços terceirizados, energia e água.

Sempre em linha com as orientações estratégicas de nossa controladora, a Eletrobras, conduzida por Wilson Ferreira Júnior de julho de 2016 a março de 2021, Furnas segue firme no propósito de proporcionar mais valor aos nossos acionistas e à sociedade brasileira. Podem contar conosco.

Boa leitura!

CONTEXTO

PERFIL DA EMPRESA

Furnas Centrais Elétricas S.A. é uma empresa de economia mista de capital fechado, com sede no Rio de Janeiro, controlada pela Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras.

Criada em 28 de fevereiro de 1957, Furnas atua na geração, transmissão e comercialização de energia elétrica, em 15 estados e no Distrito Federal, por meio dos seguintes empreendimentos (próprios, em regime de Sociedade de Propósito Específico, ou em parceria com a iniciativa privada):

- 21 usinas hidrelétricas (UHEs), totalizando 17.765,97 MW de potência instalada;
- 2 usinas termelétricas (UTEs), que totalizam 375 MW;
- 5 parques eólicos (EOLs), que totalizam 123 MW;
- 72 subestações, com capacidade de transformação em operação igual a 131.609,65 MVA; e
- 34.995,13 km de linhas de transmissão.

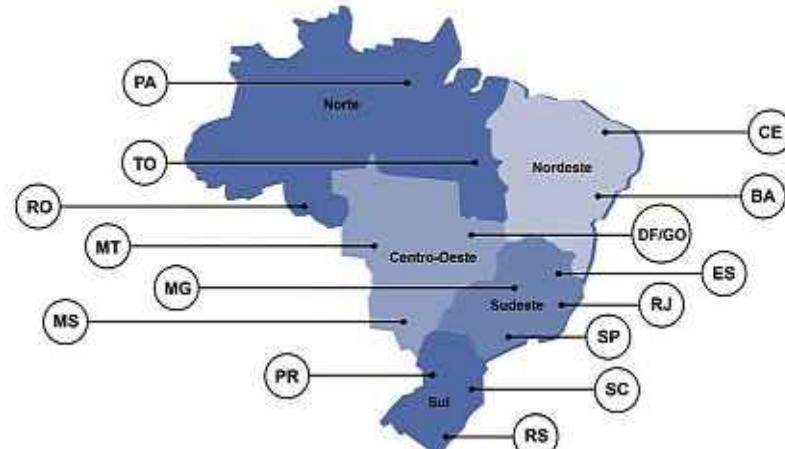
Furnas detém investimentos nos seguintes segmentos:

Gerador

A matriz de geração é composta, aproximadamente, por 97% de energia de fontes renováveis.

Capacidade instalada total: 18.263,97 MW;

Localização: 15 estados e Distrito Federal



GERAÇÃO

Usinas Hidrelétricas (UHEs)

Quantidade	21
Concessão Integral - não renovadas	4
Sob administração especial - renovadas	6
Parceria iniciativa privada - não renovadas	2
Regime SPEs	9
Potência instalada - total	17.765,97 MW
Usinas Termelétricas (UTEs)	
Quantidade	2
Concessão Integral - Potência instalada - total ⁽¹⁾	375 MW
Usinas Eólicas (EOL)	
Quantidade	5
Regime SPEs - Potência instalada total das EOL	123 MW

⁽¹⁾ A UTE Roberto da Silveira (Campos) encontra-se fora de operação comercial, conforme Despacho ANEEL nº 708/2019.

TRANSMISSÃO

Linhas de Transmissão (LTs)

Concessão Integral ⁽¹⁾	21.701,20 km
Renovadas	20.066,20 km
Não renovadas	1.635,00 km
Em SPEs ⁽²⁾	13.293,93 km
Total	34.995,13 km
Subestações (SEs)	
Concessão Integral	55
Em SPEs	17
Total	72
Capacidade de transformação	131.609,65 MVA

⁽¹⁾ Considera 175 km da LT 230 kV Rio Verde / Rondonópolis, C-2, e desconsidera 165 km das LTs 25 kV dos eletrodos de terra.

⁽²⁾ Para os empreendimentos em corrente contínua, das Sociedades de Propósito Específico (SPE), foi alterada a premissa de contabilização da extensão de rede de forma a alinhar com as premissas adotadas pelo Ministério de Minas e Energia (MME). Nesses casos Furnas passou a considerar a extensão por polo, e não mais por trecho, como era relatado anteriormente.

Em 27 de novembro, o Ministério de Minas e Energia (MME) publicou a portaria nº 409/2020 designando Furnas como responsável pela prestação de serviço de geração de energia elétrica da UHE Jaguarí (27,6 MW), localizada em São José dos Campos (SP), até a assunção de novo concessionário vencedor de licitação a ser realizada pela União.

O custo anual da gestão dos ativos será usado para a definição da Receita Anual de Geração.

Estrutura Societária

Furnas, sociedade anônima de economia mista federal de capital fechado, enquanto subsidiária da Eletrobras, atende aos requisitos da Lei Sarbanes-Oxley (SOX) na prestação de informações para que a Holding possa manter a negociação de suas ações por meio de American Depositary Receipts (ADRs) Nível II, bem como participar do Dow Jones Sustainability Index (DJSI) da Bolsa de Nova York e no Índice de Sustentabilidade Empresarial da Bolsa de Valores de São Paulo (ISE-Bovespa).

Em 2020, o Capital Social, no valor de R\$ 6.531.154,365,54 (seis bilhões, quinhentos e trinta e um milhões, cento e cinquenta e quatro mil, trezentos e sessenta e cinco reais e cinquenta e quatro centavos), apresentou a seguinte composição:

Acionista	Ação Ordinária		Ação Preferencial	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Eletrobras	52.647.326.561	99,83	14.659.406.538	98,62
Outros	91.699.606	0,17	205.277.973	1,38

PROpósito, VISÃO DE FUTURO E VALORES

Em julho de 2020 foi aprovado novo Plano Estratégico das Empresas Eletrobras para o horizonte 2020-2035. O plano define nova identidade empresarial (propósito, visão e valores) e estabelece um conjunto de diretrizes e objetivos voltados para o crescimento e modernização das Empresas Eletrobras, sendo alinhado às novas tendências do setor. Furnas assume essa nova identidade empresarial:

Propósito	Visão de Futuro	Valores
• Colocamos toda nossa energia para o desenvolvimento sustentável da sociedade.	• Ser uma empresa inovadora, de energia limpa, reconhecida pela excelência e sustentabilidade.	• Respeito às pessoas e à vida; • Ética e transparência; • Excelência; • Inovação; • Colaboração e desenvolvimento.

CENÁRIO SETORIAL

O ano de 2020 foi marcado pelo avanço da pandemia da Covid-19 em todo o mundo. O consumo de energia nacional foi impactado pelo comportamento atípico de diversos setores da economia. Sendo assim

FURNAS 64 anos

O nosso brilho ilumina essa história

CNPJ 23.274.194/0001-19

Eletrobras
Furnas

PÁTRIA AMADA
BRASIL
GOVERNO FEDERAL

Revisão Tarifária Periódica das Receitas Anuais das Transmissoras Licitadas - Contratos de Concessão nº 034/2001, nº 006/2005 e nº 007/2006

Por meio da Consulta Pública nº 37/2019, instaurada em 28.11.2019, a ANEEL apresentou propostas do processo de Revisão da RAP relativa aos reforços e melhorias autorizados para os contratos de concessão de transmissão de energia elétrica relativos aos empreendimentos licitados com revisão da receita prevista para 2018 e 2019, bem como a avaliação de Outras Receitas (OR) para destinação à modicidade tarifária.

Em 26.06.2020, foi publicada a Resolução Homologatória nº 2.705 que estabelece o resultado da Revisão da RAP dos Contratos de Concessão Licitados de Furnas 034/2001 (LT Ibiúna-Bateias), 006/2005 (LT Macaé-Campos III) e 007/2006 (LT Tijucu Preto - Itapeti - Nordeste), que alcançaram o repositionamento tarifário de -8,33%, -18,60% e +37,34%, respectivamente.

A revisão tarifária prevista para julho de 2019 foi adiada para 2020 mantendo-se seus efeitos retroativos a 2019.

Custo Médio Ponderado de Capital Regulatório - WACC da Geração e Transmissão

Por meio da Consulta Pública nº 26/2019, instaurada em 17.10.2019, a ANEEL propôs que a discussão referente às taxas regulatórias de remuneração do capital dos segmentos de distribuição, transmissão e geração cotista fossem tratadas conjuntamente, de forma a se obter uma proposta metodológica que pudesse abranger os 3 segmentos, para aplicação nos processos de atualização e revisão periódica das receitas.

Em 18.03.2020, foi publicada a Resolução Normativa nº 874/2020 que aprova a revisão de seis Submódulos dos Procedimentos de Regulação Tarifária (PRORET), que regulamentam e fazem referência à metodologia da taxa regulatória de remuneração do capital dos segmentos de distribuição, transmissão e geração cotista.

Em 24.04.2020, foi publicada a Resolução Normativa nº 882/2020, que alterou a Resolução Normativa nº 874/2020, e estabeleceu para os segmentos de transmissão e geração cotista o WACC regulatório de 7,71% a.a., 7,40% a.a. e 6,96% a.a. para os anos de 2018, 2019 e 2020, respectivamente.

Ressalta-se que o WACC regulatório vigente antes da publicação da Resolução Normativa nº 874/2020 era de 6,64% a.a. para o segmento de transmissão e 7,16% a.a. para geração cotista.

Prorrogação da concessão da UHE Itumbiara

Por meio do Despacho nº 3.108/2020, publicado em 10 de novembro, a ANEEL encaminhou ao Ministério de Minas e Energia (MME), processo contendo: (i) a recomendação favorável à prorrogação do prazo da outorga de concessão da UHE Itumbiara, outorgada à Furnas, nos termos da Lei nº 13.182/2015, c/c a Lei nº 12.783/2013; e (ii) a respectiva minuta de contrato de concessão, relativa à prorrogação solicitada.

A ANEEL considerou que foram atendidas as condições estabelecidas na Lei nº 13.182/2015 para a prorrogação da concessão pelo prazo de 30 anos (26 de fevereiro de 2050).

Adicionalmente, conforme voto que instruiu a regulamentação da Lei nº 14.052/2020 pela ANEEL, a UHE Itumbiara tem direito à extensão da outorga em 395 dias, decorrentes do Termo de Repactuação nº 129/2015. Nesse sentido, nos cálculos da extensão, será considerada a data de 28 de março de 2051 como a data de referência do final da outorga da UHE Itumbiara.

Reajuste Anual da Receita de Geração Cotista

O valor total da Receita Anual de Geração (RAG) das usinas hidrelétricas de Furnas em regime de cotas foi reajustado pela Agência, para o ciclo 2020/2021, por meio da Resolução Homologatória nº 2.746/2020, publicada em 30.07.2020.

O valor da RAG para o ciclo 2020/2021 alcançou um acréscimo de 12,75% quando comparado ao valor homologado no ciclo anterior. O Reajuste Anual foi impactado, principalmente, (i) pelo IPCA acumulado nos últimos 12 meses; (ii) pelo aumento das parcelas das receitas destinadas a remunerar os investimentos realizados nas referidas usinas, o GAG melhoria e o Custo Anual das Instalações Móveis e Imóveis (CAIM), motivados pela revisão da taxa de remuneração regulatória - WACC, que aumentou de 7,16% para 7,71%; (ii) pelo recebimento da Parcela de Ajuste (PA) positiva devido ao impacto do aumento do WACC, retroativamente aos ciclos 2018/2019 e 2019/2020; e (iv) pela recuperação e superação dos índices de disponibilidade da UHE Furnas após a sua modernização.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Em 2020, Furnas novamente obteve expressivos resultados econômico-financeiros, o que demonstra a correção das medidas tomadas nos últimos anos para aumentar a solidez e garantir a sustentabilidade da Companhia. Merecem destaque: (i) o robusto lucro líquido de cerca de R\$ 2,57 bilhões, com uma margem líquida de 24%; (ii) o EBITDA (critério CVM) de R\$ 4,6 bilhões, com margem de 43%; (iii) a evolução do resultado financeiro em 47%, correspondente a um incremento de cerca de R\$ 362 milhões no resultado do exercício; e (iv) a continuidade da redução do endividamento líquido, que foi de cerca de 14% com relação a 2019.

Demonstração do Resultado Resumida (em milhões de reais)

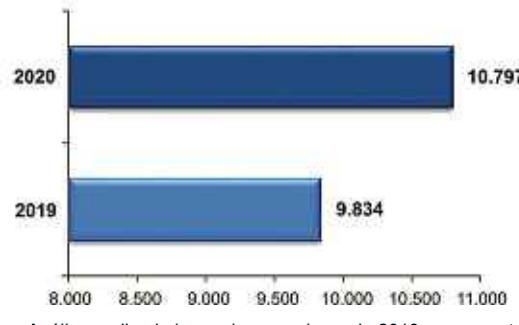
	2019	2020	Variação Percentual
Receita Operacional Líquida	9.834	10.797	10%
Custos e despesas operacionais	(4.650)	(6.224)	34%
Ebitda	5.402	4.599	-15%
Resultado Financeiro	(775)	(413)	-47%
Lucro Líquido	3.798	2.568	-32%

Receita Operacional Líquida

A receita operacional líquida em 2020 atingiu R\$ 10.797 milhões, o que representou um aumento de 10% em relação a 2019 (R\$ 9.834 milhões). Tal variação é justificada pelo aumento da receita do segmento de transmissão, em virtude:

- da Revisão Tarifária Periódica de 2018 das concessões de transmissão prorrogadas nos termos da Lei nº 12.783/2013; e
- do inicio do recebimento da parcela referente ao custo de capital não incorporado desde a prorrogação dessas concessões, atualizada e remunerada pelo custo do capital próprio (Ke) real do setor de transmissão definido pela ANEEL, retroativo ao processo tarifário de 2017, nos termos da Portaria nº 120/2016 do Ministério de Minas e Energia.

Receita Operacional Líquida (R\$ Milhões)



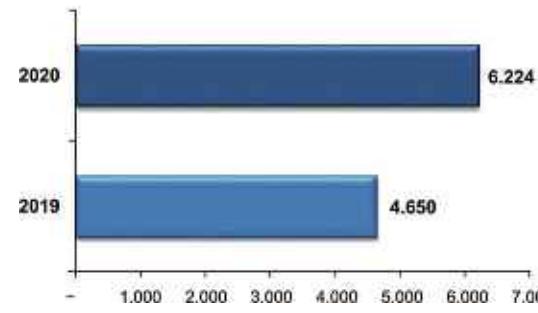
Obs.: Análise realizada baseada nos valores de 2019 reapresentados

Custos e Despesas Operacionais

Os custos e despesas operacionais tiveram aumento de 34% devido, principalmente, a itens não recorrentes, como por exemplo:

- perdas de R\$ 298 milhões em investimentos em SPEs (ante um ganho de R\$ 497 milhões em 2019);
 - celebração de acordo judicial com a Light, no valor de R\$ 496 milhões, após obtenção de desconto de cerca de R\$ 146 milhões, encerrando processo de 15 anos;
 - registro de R\$ 499 milhões em processos judiciais com risco de perda provável (ante um valor de R\$ 359 milhões em 2019).
- Por outro lado, o custo com Pessoal (P), Material (M) e Serviços (S) foi reduzido em 12% (R\$ 233 milhões), principalmente devido às seguintes ações realizadas em 2019, porém com impactos no exercício de 2020:
- término dos contratos de mão de obra terceirizada;
 - adesão e posterior desligamento de 279 funcionários no Plano de Demissão Consensual (PDC) e incorporação à força de trabalho de 101 terceirizados, por acordo entre a Companhia, o Ministério Público do Trabalho (MPT) e a Federação Nacional dos Urbanitários (FNU).

Custos e Despesas Operacionais (R\$ Milhões)



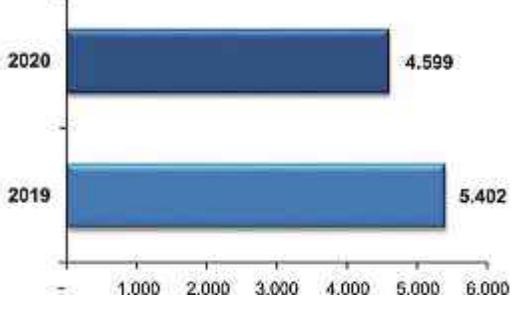
Obs.: Análise realizada baseada nos valores de 2019 reapresentados.

Ebitda

Além dos impactos descritos acima, que sensibilizaram as receitas, custos e despesas, houve redução da receita de geração, no valor de R\$ 481 milhões, em virtude do término de contratos de venda de energia cujos preços eram superiores aos preços atuais de mercado, e aumento do resultado negativo de equivalência patrimonial, no valor de R\$ 198 milhões, impactado principalmente pelos resultados das SPEs Madeira Energia S.A. e Interligação Elétrica do Madeira S.A.

Com isso, o Ebitda (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) de 2020, calculado no critério da CVM, atingiu R\$ 4,6 bilhões, ante R\$ 5,4 bilhões em 2019, o que representa uma redução de 15%.

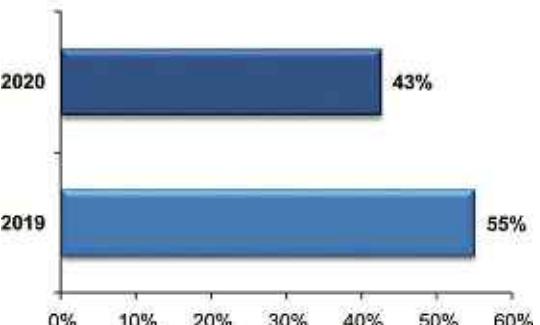
Ebitda (R\$ Milhões)



Margem Ebitda (Ebitda/ROL)

A Margem Ebitda foi de 43% em 2020, ante 55% em 2019.

Margem Ebitda



Obs.: Análise realizada baseada nos valores de 2019 reapresentados

Resultado Financeiro

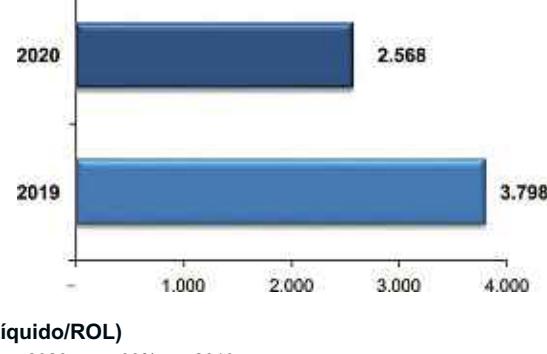
Verificou-se uma melhora de 47% em relação ao Resultado Financeiro de 2019, passando de -R\$ 775 milhões para -R\$ 413 milhões em 2020. Destacam-se a redução do endividamento da Companhia, bem como a redução do custo da dívida.

Lucro Líquido

Furnas apresentou Lucro Líquido de R\$ 2,57 bilhões, em função principalmente:

- do aumento da receita de transmissão;
- da redução do PMS;
- da melhoria do resultado financeiro;

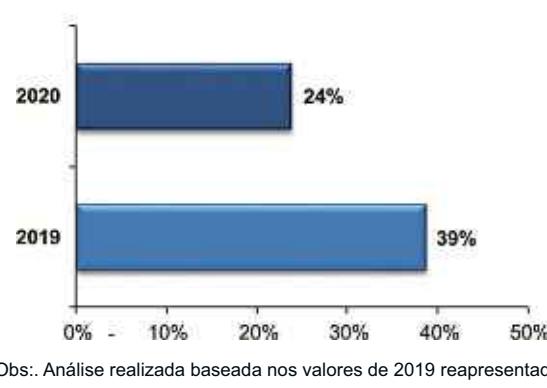
Lucro Líquido (R\$ Milhões)



Margem Líquida (Lucro Líquido/ROL)

A Margem Líquida foi de 24% em 2020, ante 39% em 2019.

Margem Líquida

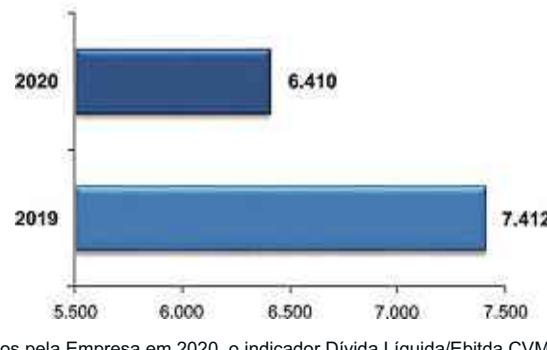


Obs.: Análise realizada baseada nos valores de 2019 reapresentados

Endividamento

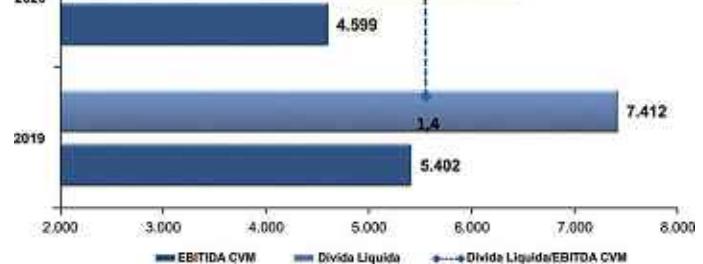
Da mesma forma que no exercício de 2019, e diante da taxa básica de juros da economia nos patamares mais baixos da história, a Companhia seguiu a estratégia de buscar a melhoria no perfil da dívida, liquidando antecipadamente contratos mais onerosos, e ao mesmo tempo alongando os prazos de pagamento, mantendo a liquidez necessária para cumprir seus compromissos de curto prazo. De 2019 para 2020, a Dívida Líquida foi reduzida em cerca de 14% (R\$ 1 bilhão).

Dívida Líquida (R\$ Milhões)



Com os resultados apresentados pela Empresa em 2020, o indicador Dívida Líquida/Ebitda CVM manteve-se no mesmo patamar do ano anterior.

Dívida Líquida / Ebitda CVM



Obs.: Análise realizada baseada nos valores de 2019 reapresentados.

DISCIPLINA

FURNAS 64 anos

O nosso brilho ilumina essa história

Eletrobras
Furnas

MINISTÉRIO DE
MINAS E ENERGIA

PÁTRIA AMADA
BRASIL
GOVERNO FEDERAL

DESEMPENHO DO NEGÓCIO

GERAÇÃO E TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

No desempenho de suas atividades estatutárias de prestação de serviços públicos de energia elétrica, Furnas atua nas áreas de geração e de transmissão de energia elétrica.

GERAÇÃO

A tabela a seguir apresenta, por tipo de geração, os principais grupos de empreendimentos em operação, próprios ou de propriedade compartilhada, com as respectivas potências instaladas.

Geração	2020	2019	2018	MW
Hidráulica				
Renovadas	4.617	4.617	4.617	
Não Renovadas	2.944	2.944	2.944	
Regime Compartilhamento	1.485	1.485	1.485	
Em SPE	8.719,8	8.719	8.684	
Térmica				
Não Renovada*	350	380	380	
Edílica				
Em SPE	123	0	0	

* Solicitada à ANEEL prorrogação da concessão da UTE Santa Cruz nos termos e prazo legais.

A UTE Roberto Silveira (Campos) encontra-se fora de operação comercial, conforme Despacho ANEEL 708/2019.

Projetos de Geração em Implantação

A Empresa implanta o ciclo combinado da UTE Santa Cruz, de 150 MW, com previsão de entrada em 2021.

Segurança de Barragem

As usinas hidrelétricas de Furnas dispõem de Planos de Segurança de Barragens (PSB) que obedecem ao preconizado pela Política Nacional de Segurança de Barragens (PNSB). Os planos contemplam informações gerais, documentação técnica dos empreendimentos, planos e procedimentos de operação e manutenção a serem seguidos, registros e controles de inspeções e manutenções realizadas e os Planos de Ação de Emergência (PAEs). Os PAEs são encaminhados às prefeituras e às instituições de defesa civil das áreas onde se localizam as barragens.

O corpo técnico da UTE realiza inspeções periódicas das estruturas, complementando-as com a análise de registros da instrumentação instalada nas mesmas, objetivando a verificação e garantia contínua dos critérios de segurança consolidados no projeto. Os resultados são compilados em relatórios de inspeção técnica e de estudos de comportamento, com frequências compatíveis às características de cada empreendimento, disponíveis para apreciação de conformidade pelos órgãos reguladores, em específico a ANEEL.

As usinas do Sistema Furnas de geração atendem os ditames de segurança operacional, em conformidade com a Lei de Segurança de Barragem, regulamentada a partir da Resolução Normativa ANEEL nº 696/2015.

Segundo a PNSB, cabe à entidade que concede ou autoriza o uso do potencial hidráulico a fiscalização e ao empreendedor a provisão dos recursos necessários à garantia da segurança da barragem.

TRANSMISSÃO

O parque de transmissão em operação apresenta capacidade de transformação total de 131.609,65 MVA, decorrente da operação das 72 subestações próprias ou em parceria via SPEs.

Subestações	2020	2019	Quantidade
Renovadas	47	46	
Não Renovadas	8	8	
Em SPEs	17	15	

Obs.: SPEs - 34.318,80 MVA.

As linhas de transmissão operadas pela Empresa alcançam o total de 34.995,13 km de extensão, distribuídas ao longo de 4 regiões geográficas do País, a saber: Norte, Sul, Sudeste e Centro Oeste.

Linhas de Transmissão	2020	2019	km
Renovadas ⁽¹⁾	20.066,20	20.434,50	
Não Renovadas	1.635,00	1.635	
Em SPEs ⁽²⁾	13.293,93	7.876,17	

⁽¹⁾ Considera 175 km da LT 230 kV Rio Verde/Rondonópolis, C-2, e desconsidera 165 km das LTs 25kV dos eletrodos de terra.

⁽²⁾ Para os empreendimentos em corrente contínua das SPEs, Furnas passou a considerar a extensão por polo, e não mais por trecho, em linha com as premissas adotadas pelo Ministério de Minas e Energia (MME).

O detalhamento da estrutura operacional é encontrado na Nota Explicativa 2 deste Relatório.

OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO (O&M)

Operação do Sistema

A operação do sistema elétrico por Furnas tem sido caracterizada pela busca contínua do aprimoramento de seus processos e atividades com o objetivo de preservar a confiabilidade e a qualidade do fornecimento de energia elétrica em toda a sua área de atuação.

O sistema de transmissão é supervisionado, de forma geral, pelo Centro de Operação do Sistema, no Rio de Janeiro, em articulação com os centros de operação regionais. Informações das mais remotas áreas são transmitidas por meio de tecnologias de comunicação aos centros de operação, que dispõem de um panorama online completo de todas as instalações da Empresa, utilizando sistemas computacionais em tempo real e tecnologias videowall de última geração.

Para que a confiabilidade e a qualidade sejam o diferencial dos serviços prestados, a qualificação de pessoas e o desempenho de equipamentos e instalações são alvo de máxima atenção da direção da Empresa.

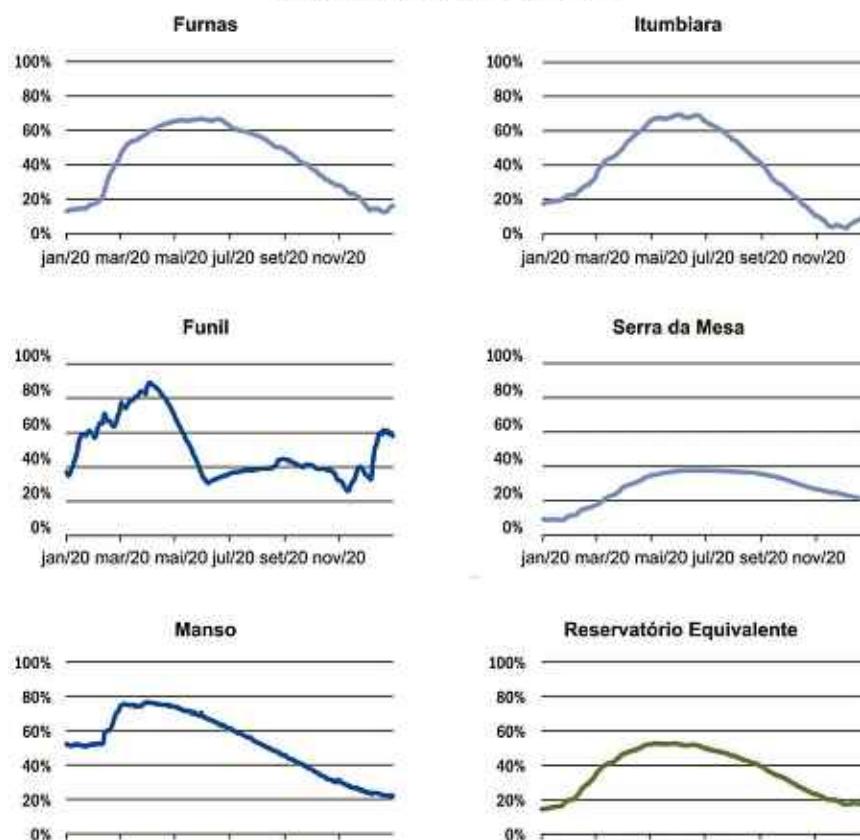
Furnas mantém um programa de modernização das instalações para atendimento aos requisitos estabelecidos pelos Procedimentos de Rede, tendo como exemplo projetos de revitalização e reforço no âmbito da geração e transmissão de energia, com destaque para as melhorias nos esquemas de proteção e controle de equipamentos.

Situação Hidrológica dos Reservatórios de Furnas

O ano de 2020 caracterizou-se pelo declínio do armazenamento dos maiores reservatórios de acumulação em relação ao ano anterior.

Ao final do exercício, os níveis de armazenamento eram da ordem de 16,76% no reservatório da UHE Furnas, 10,51% no da UHE Itumbiara, 56,33% no da UHE Funil, 21,02% no da UHE Serra da Mesa e 22,03% no do APM Manso. O reservatório equivalente, que é a representação do volume total de água armazenada nos reservatórios das hidrelétricas de Furnas, encerrou o período com 19,30% de capacidade, acima dos 14,61% observados no final de 2019.

Armazenamento dos Reservatórios



Os reservatórios das UHEs Furnas, Itumbiara, Funil, Serra da Mesa e do APM Manso são de regularização anual e operam armazenando água durante o período chuvoso (novembro a abril) para utilização no período de estiagem (maio a outubro). Esse procedimento permite que as usinas produzam a quantidade necessária de energia elétrica durante todo o ano, além de fornecerem água para que outras usinas a jusante também possam operar.

As usinas são componentes do SIN e sua operação é planejada e programada em conjunto com o ONS. No caso das hidrelétricas, o nível do reservatório e a energia despachada são definidos pelo ONS, que opera o conjunto de reservatórios brasileiros de forma integrada com o objetivo de garantir a segurança energética a menores custos.

Inter-relação e debate sobre o nível do reservatório de Furnas

Foram realizados encontros e audiências públicas reunindo representantes do setor (Aneel, Agência Nacional de Águas - ANA, Ministério de Minas e Energia, ONS), a Associação dos Municípios do Lago de Furnas e da Empresa, para discutir o estabelecimento do nível das águas de alguns reservatórios.

Devido aos baixos níveis dos reservatórios das UHEs Furnas e Mascarenhas de Moraes, foram discutidas as possibilidades de se estabelecer uma cota mínima compatível com as atividades de geração e demais usos múltiplos. Foram analisados os impactos da redução da capacidade de geração nas tarifas e na operação das demais hidrelétricas.

Manutenção das Instalações

No âmbito da manutenção, as instalações de Furnas utilizam a Manutenção Centrada na Confiabilidade (MCC), metodologia mundialmente consagrada, que estabelece a melhor estratégia de manutenção para um dado sistema ou equipamento, gerando planos de manutenção com ações adequadas de manutenção preventiva, preditiva ou detectiva, com base nos modos de falha identificados e suas criticidades.

Tais planos de manutenção são implementados em ambiente SAP-PM e, nas periodicidades adequadas, geram ordens de manutenção que são executadas por equipes de campo altamente treinadas, organizadas em gerências regionais, de forma a cobrir todo o parque gerador e o sistema de transmissão de Furnas.

A efetividade das ações de manutenção pode ser verificada através dos altíssimos índices de disponibilidade e confiabilidade das linhas de transmissão, subestações e unidades geradoras que, a despeito do longo tempo em operação de algumas instalações, estão entre os mais elevados dentre as concessionárias de transmissão e geração do Brasil.

Reforços e Melhorias em Instalações de Transmissão e Geração

Para garantir os altíssimos índices de disponibilidade e confiabilidade do sistema Furnas, as equipes de engenharia estão constantemente acompanhando o desempenho dos equipamentos de geração e transmissão, bem como sua vida útil técnica e regulatória, propondo, quando adequado, a implantação de reforços e melhorias. Tais empreendimentos têm como finalidade a substituição, modernização ou revitalização de equipamentos e sistemas em fim de vida útil, obsoletos, superados eletricamente ou com problemas crônicos de desempenho.

As ações são coordenadas entre diversos órgãos de Furnas e visam, principalmente, priorizar investimentos que minimizem o risco para o sistema, gerem receita adicional e evitem penalidades regulatórias, em consonância com a regulação vigente.

Uma vez priorizados e planejados, os empreendimentos estão agrupados em quatro segmentos baseados em critérios definidos pela ANEEL: proteção e controle; substituição de equipamentos; reforços de transmissão; e modernização do sistema de transmissão e substituição de equipamentos em final de vida útil.

Visando implantar, no parque transmissor existente, reforços autorizados pela ANEEL e melhorias identificadas por Furnas como necessárias à segurança e confiabilidade do sistema, foram investidos, em 2020, R\$ 256 milhões. No quadriênio 2017 - 2020 foram realizados investimentos de aproximadamente R\$ 879 milhões.



Destacamos ainda, no ano de 2020, a instalação de 428 novos equipamentos dentre os quais 315 em atendimento às diversas Resoluções Autorizativas da ANEEL, com receita prévia ou a ser definida na revisão tarifária.

Esse esforço proporcionou a conclusão de empreendimentos nas subestações Adrianópolis, Brasília Geral, Campos, Guarulhos, Gurupi, Itumbiara, Marimbondo, Poços de Caldas, Porto Colômbia, Samambaia, Serra da Mesa, Tijuco Preto e Votorá.

COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA

Visando maximizar seus resultados, Furnas sempre persegue a melhor estratégia de comercialização, considerando as análises de riscos nos diversos cenários do mercado de energia, contemplando as incertezas inerentes a cada negócio e diversificando seu portfólio de contratos. Vêm sendo estabelecidas estratégias de participação nos diversos certames, contemplando suas especificidades, de modo a ganhar competitividade nos ambientes de comercialização de energia.

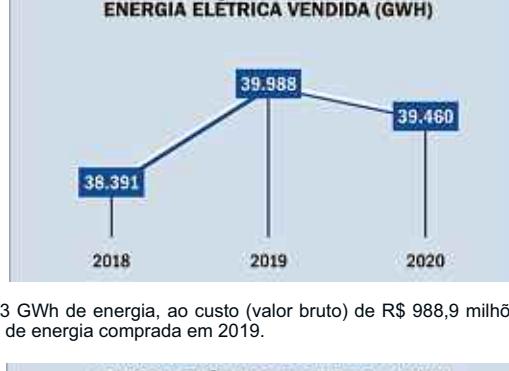
GERAÇÃO

A comercialização de energia é exercida com empresas distribuidoras de energia, comercializadores e consumidores livres de todo o território nacional.

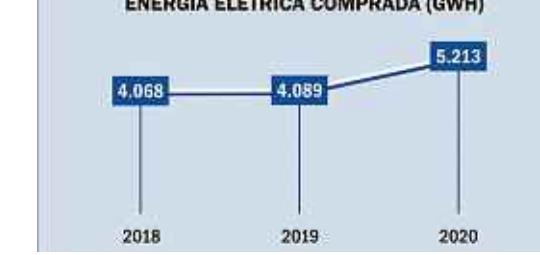
Os contratos de compra de energia de longo prazo são apresentados a seguir.

Contratos de Energia de Longo Prazo	2020	2019	2018	2017	MW médios
Serra da Mesa	328,1	328,1	328,1	345,0	
Manso	3,5	3,5	3,5	3,5	
Outros	261,9	135,1	132,8	76,9	
Total	593,5	446,7	464,5	425,4	

O total de energia elétrica vendida, em 2020, foi de 39.460 GWh, o que representa redução de 1,3% em relação a 2019, proporcionando um faturamento 10,8% menor, totalizando R\$ 5.700 milhões em 2020. O gráfico a seguir apresenta a evolução da energia vendida.



Em 2020, Furnas comprou 5.213 GWh de energia, ao custo (valor bruto) de R\$ 988,9 milhões, o que representa acréscimo de 27,5%, em relação à quantidade de energia comprada em 2019.



Obs.: os valores de receitas e despesas apresentados estão com competência comercial

Tendo em vista a prorrogação da concessão das UHEs Furnas, Luiz Carlos Barreto de Carvalho, Marimbondo, Porto Colômbia, Funi e Corumbá I, a comercialização de suas respectivas energias se dá, desde 1º de janeiro de 2013, por meio do rateio de cotas entre as distribuidoras do SIN, e da aplicação de tarifas definidas pela ANEEL.

Em 2016, a ANEEL anuiu ao pedido de repactuação do risco de GSF para as U

FURNAS 64 anos

O nosso brilho ilumina essa história

O objetivo principal é a permanente transformação dos estudos realizados em novos serviços ou produtos patenteados, garantindo vantagem competitiva a Empresa.

Como os projetos de P&D+I integram uma verba obrigatória para investimento a Empresa busca desenvolver projetos que darão retorno, por meio do aperfeiçoamento de processos e pela criação de novas tecnologias, para solução de problemas existentes ou para a demanda de inovação do setor.

A prioridade são projetos com foco em sustentabilidade, ligados a fontes limpas de geração de energia elétrica, com abertura de novos nichos de mercado ou aprimoramento dos negócios atuais.

Nos últimos quatro anos a Empresa realizou chamadas públicas de projetos de pesquisa que resultaram na apresentação de 348 propostas e, também, captou propostas com a participação de indústrias e instituições de ensino e pesquisa de todas as regiões do País. O processo de coleta pública de ideias, junto aos colaboradores e ao público externo, continua sendo monitorado permanentemente. Destacamos também a participação da Furnas na Chamada Estratégica da ANEEL sobre Mobilidade Elétrica, através de um projeto apresentado pelo ITA em parceria com a AVL South America Ltda., no qual teremos a participação da Serra do Facão Energia S.A., em cooperação com Furnas.

Esse processo propicia novas parcerias com instituições de ensino, centros de pesquisa e com empresas de base tecnológica. Desde então, foram contratados projetos avançados de P&D+I, diversos deles visando ao aproveitamento sustentável de recursos naturais para geração de energia, desenvolvimento de projetos inovadores em geração de energia fotovoltaica e energia eólica, bem como um projeto para possibilitar a transmissão de grandes blocos de energia, a longas distâncias, com reduzida faixa de passagem. Entre as diversas áreas destacam-se:

- armazenamento de energia;
- gestão de reservatórios de usinas hidrelétricas;
- laboratório de aerodinâmica e túnel de vento;
- mobilidade com tecnologia elétrica e híbrida; e
- geração de energia fotovoltaica e eólica.

Merce destaque o projeto "Desenvolvimento de Sinergia entre as Fontes Hidrelétrica e Solar com Armazenamento de Energias Sazonais e Intermitentes em Sistemas a Hidrogênio e Eletroquímico", em parceria com a Empresa BASE Energia Sustentável, em atendimento à chamada ANEEL nº 021/2016 de projeto estratégico da ANEEL "Arranjos Técnicos e Comerciais para a Inserção de Sistemas de Armazenamento de Energia no Setor Elétrico Brasileiro".

Soluções Digitais, Empreendedorismo e Ecosistema de Inovação

Furnas dedicou o ano de 2020 à inovação e ao empreendedorismo, consolidando e expandindo ações nacionalmente.

A Olimpíada Nacional de Inovação, a primeira do Brasil, reuniu oito empresas e atingiu aproximadamente 160 colaboradores, diretamente, e mais de dois mil colaboradores, indiretamente, como evolução do Programa Inova Furnas expandido para as Empresas Eletrobras.

A equipe vencedora da Olimpíada Nacional de Inovação, Hidrogênio Verde, construiu um protótipo de uma planta 3D para o beneficiamento de hidrogênio, visando desmistificar a complexidade e demonstrar a mínima área e equipamentos necessários para construir uma iniciativa desse porte. O hidrogênio, que era descartado nas usinas da Eletronuclear, passará a ser beneficiado com a utilização de uma membrana de paládio.

O Laboratório de Prototipação foi criado para acelerar a conversão dos projetos internos de inovação em produtos, formar líderes em metodologias ágeis, como o SCRUM e o Lean Startup, capacitar na criação de aplicações LOW-CODE ou NOCODE, e reduzir riscos de atraso em contratações e custos com fábrica de software nas etapas iniciais de validação.

Em complementação com o Laboratório de Prototipação, Furnas desenvolveu de forma inédita no setor um modelo interno de Venture Building, a Power Ventures, que visa converter projetos internos dos colaboradores em empresas startups com opções de compra de participações por Furnas, o que potencializará a geração de valor dos produtos internos de inovação ao torná-los aptos ao recebimento de investimento externo e ofertá-los ao mercado.

No relacionamento com startups, Furnas abriu a oportunidade de atuação em parcerias comerciais na expansão, em escala nacional, dos projetos do Inova Furnas. Mais de 100 startups se candidataram. Em atuação conjunta com a Innovation Latam foi disponibilizada uma plataforma digital onde as startups poderiam receber insights de engenheiros e especialistas no setor de energia e ganhar visibilidade dentro do ecossistema de inovação. Furnas ainda disponibilizou R\$ 3 milhões, por meio de chamada pública em parceria com o SENAI, com o objetivo de encontrar novas tecnologias voltadas para o setor elétrico no enfrentamento à Covid-19, em parceria com startups.

Furnas iniciou oficialmente a participação no projeto de criação do ecossistema de Inovação em Energia e Sustentabilidade, em parceria com a Coppe/UFRJ e Petrobras, dentre outros. O projeto tem o objetivo de estimular a criação e o desenvolvimento de startups e do empreendedorismo focados nos setores de energia e sustentabilidade e implantar no Rio de Janeiro a metodologia do MIT REAP.

Em linha com o incentivo à inovação e a responsabilidade social, Furnas patrocinou o Hacking.Help, evento promovido pelo Hacking.Rio, maior Hackathon da América Latina. A edição trouxe mais de 2 mil pessoas para desenvolver soluções para os problemas que a sociedade enfrenta devido à pandemia do novo coronavírus.

A Plataforma Sharecare foi disponibilizada para os colaboradores de Furnas permitindo que a equipe de saúde tenha um panorama das condições de saúde e realize acompanhamento médico preventivo da Covid-19. Furnas também tornou acessível o uso de um sistema de inteligência artificial para identificar riscos de Covid-19, através do aplicativo KeyApp. Os colaboradores na chegada às principais instalações da Empresa passaram a realizar o reconhecimento facial em totens que medem a temperatura corporal do empregado.

CENTRO DE SERVIÇOS COMPARTILHADOS (CSC)

O CSC tem como principal objetivo atualizar e padronizar os processos de suporte administrativo ao negócio da Empresa.

Furnas, como pioneira na experiência de compartilhamento de serviços, logrou liderar o CSC Sudeste, das Empresas Eletrobras, onde atua prestando serviços para a Holding e Eletronuclear.

Este modelo de compartilhamento de serviços visa aumentar a rentabilidade a partir da redução de custos no atendimento às demandas das Empresas Eletrobras com atuação no Sudeste e tornar os procedimentos mais eficientes para os macroprocessos de finanças e tesouraria, contabilidade e fiscal, recursos humanos, suprimentos e logística, infraestrutura e serviços gerais, tecnologia da informação e jurídico.

O CSC também apoia atendimentos a emergências, principalmente em linhas de transmissão e equipamentos, que têm impacto significativo no desempenho operacional e, consequentemente, na receita e imagem da Empresa.

Nesse sentido, foi desenvolvido o Projeto de Controle e Recuperabilidade de Sobressalentes que permitiu a indicação de aproximadamente 25 mil materiais para alienação e recuperação. E, apenas em 2020, foram alienados R\$ 10,4 milhões em bens móveis inservíveis.

Outra iniciativa exitosa em reduzir custos foi a contratação de um Almoxarifado Virtual para materiais administrativos e gestão centralizada de EPIs. Em meio à pandemia, o CSC garantiu o fornecimento e reposição de estoque de todos os EPIs relacionados à prevenção contra a Covid-19; o que viabilizou um ambiente de confiança para os profissionais das atividades finas, que receberam da equipe de logística 20 mil kits de teste de Covid-19, distribuídos inclusive para todas as Empresas Eletrobras.

No que concerne ao uso da tecnologia, destacamos a implantação da ferramenta Sharepoint, para registro e acompanhamento dos processos de contratação por Pregão Eletrônico e Contratação Direta (IL/DL). Essa ferramenta traz informações atualizadas sobre cada fase do processo, o que permite um melhor acompanhamento pelos órgãos interessados, além de medir os indicadores de cada processo licitatório.

Em março de 2020 houve uma reestruturação organizacional no CSC por meio de uma realocação de unidades organizacionais entre a Superintendência e as Divisões. As áreas regionais passaram a atuar com Divisões de serviços especializados. Os principais macroprocessos (Suprimentos, Logística e Infraestrutura) passaram a atuar de forma independente, com Gerências próprias. Com a reestruturação ocorreram ganhos imediatos, tais quais:

- aperfeiçoamento da estrutura sem aumento de custos;
- aumento da produtividade (especialização das áreas de atuação por Gerência);
- a melhor performance operacional (racionalização dos fluxos de informação e de processos por camadas);
- maior interação da Superintendência com os gestores dos macroprocessos e com a Coordenação Global do CSC.

Em maio de 2020, ocorreu a reestruturação da área fundiária e patrimonial de Furnas, que unificou a expertise e o know-how da área responsável pela aquisição de imóveis e/ou instituição de serviço administrativa para implantação dos empreendimentos de geração e transmissão de energia elétrica com o da área responsável pela gestão desse patrimônio, permitindo a otimização de recursos humanos e materiais, trazendo maior agilidade e confiabilidade aos processos vinculados à gestão patrimonial, notadamente na resolução de pendências de regularização de imóveis e contratos de cessão de uso dos mesmos.

No mesmo ano, foram concluídos 3 processos indenizatórios de atingidos pela passagem das Linhas de Transmissão, 345 kV, Tijucão-Itapeti e Itapeti-Nordeste e concluído o processo de contratação de serviços técnicos especializados de estruturação, constituição e execução de Plano de Desestatização de Ativos Imobiliários de Furnas.

GOVERNANÇA

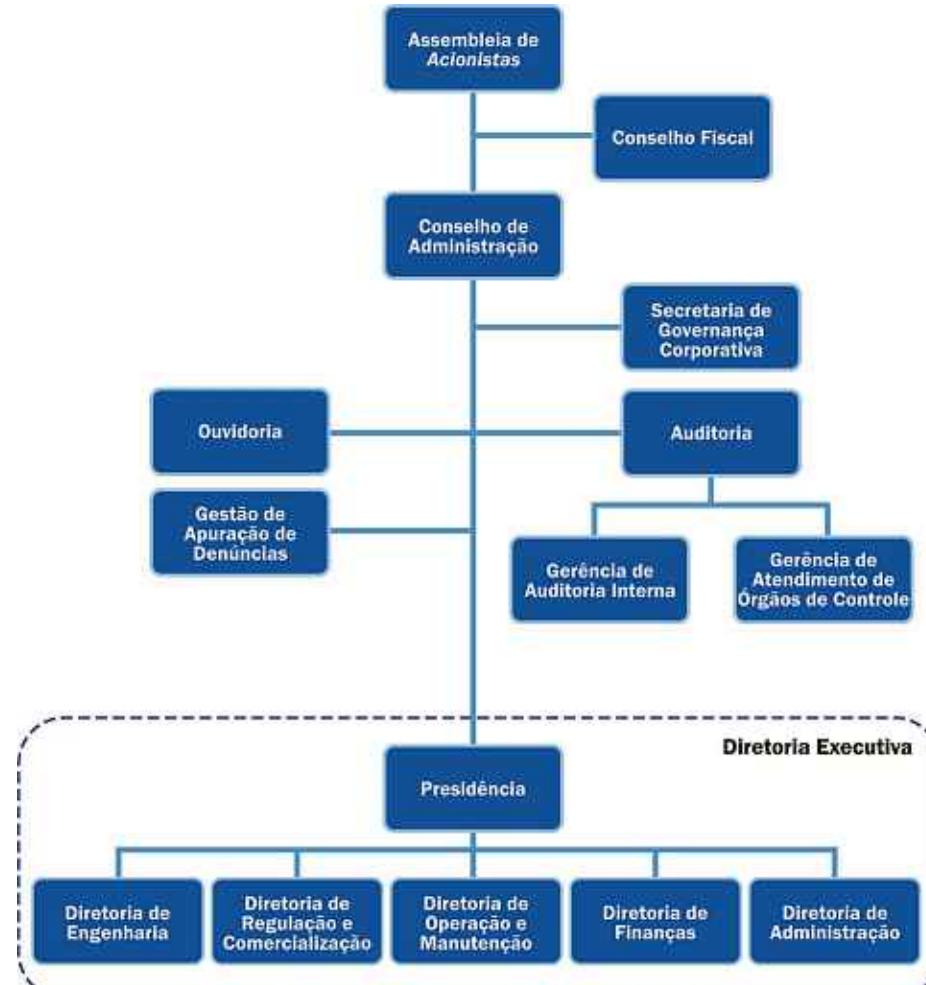
As políticas e práticas de governança corporativa possuem foco na transparência de gestão, em atitude respeitosa no relacionamento com todos os seus stakeholders, no tratamento equitativo e na prestação de contas clara e objetiva de sua atuação, sempre em alinhamento com o Código de Conduta Ética e Integridade das Empresas Eletrobras.

O aprimoramento da governança corporativa é garantido por uma estrutura de gestão, práticas e instrumentos que seguem as recomendações do Manual de Organização da Empresa, no qual estão incluídos o Estatuto Social, o Regimento Interno, as Políticas e Normas de Organização, as diretrizes que norteiam a atuação dos Comitês Internos que apoiam a Diretoria Executiva, e as descrições de atribuições de todas as unidades formais da estrutura organizacional.

O modelo se fundamenta, também, no estabelecimento claro dos papéis e responsabilidades do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva no que se refere à formulação, aprovação e execução das políticas e diretrizes relativas à condução dos negócios da Empresa, bem como do Conselho Fiscal, na fiscalização dos atos e contas da Administração.

Estrutura de Governança Corporativa

A governança corporativa é assegurada pelos processos internos e relacionamentos da administração superior, composta pela Assembleia Geral de Acionistas, Conselho de Administração, Diretoria Executiva, Conselho Fiscal e Auditoria Interna.



Obs: A estrutura de Governança Corporativa conta ainda com o Comitê de Auditoria e Riscos Estatutário (CAE) que auxilia os Conselhos de Administração das Empresas Eletrobras em assuntos estratégicos.

Em cumprimento ao disposto na legislação que regulamenta o funcionamento das sociedades anônimas, a Eletrobras contrata serviços de auditoria independente para todas as subsidiárias, com a finalidade de atestar a adequação de atos ou fatos e conferir confiabilidade a atividades mediante utilização de procedimentos técnicos específicos. No caso das demonstrações financeiras, tem por objetivo a emissão de pareceres sobre a adequação das contas da Empresa às práticas contábeis adotadas no Brasil - Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) - e com a legislação específica pertinente.

Assembleia Geral de Acionistas

Além dos casos previstos em lei, a Assembleia Geral de Acionistas reúne-se extraordinariamente para: alienar, no todo ou em parte, ações de seu capital social ou de suas controladas; proceder à abertura e aumento do capital social; alienar debêntures de que seja titular, de empresas das quais participe e emitir debêntures conversíveis em ações; promover operações de cisão, fusão, transformação ou incorporação; permutar ações e outros valores mobiliários; reformar o Estatuto Social; e deliberar sobre outros assuntos propostos pelo Conselho de Administração ou pelo Conselho Fiscal.

Em 2020, foram realizadas três Assembleias Gerais Extraordinárias (AGE) em:

- 27.01.2020 - para aprovar a inclusão de Taxa Fixa Flat Fee (orçamento extra de distribuição) na 1ª (primeira) Emissão ("Emissão") de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirográfica, com Garantia Adicional Fidejussória, na 2ª Série da Companhia, no valor de até R\$ 800.000.000,00 (oitocentos milhões de reais) ("Debêntures"), a ser distribuída através de Oferta Pública de Distribuição com Esforços Restritivos de Colocação, nos termos da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei do Mercado de Valores Mobiliários"), da Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 476"), e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, sob o Regime de Garantia Firme de Colocação e de Melhores Esforços ("Oferta"), assim como seus termos e condições, conforme previsto no artigo 59 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), já havendo manifestação favorável do Conselho de Administração da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras ("Eletrobras" ou "Eletro").
- 30.07.2020 - para deliberar sobre a eleição de membro Suplente do Conselho Fiscal da Empresa, representante do Ministério da Economia; para deliberar sobre a eleição de membro do Conselho de Administração, representante do Acionista Controlador; e
- 02.10.2020 - para deliberar sobre a eleição de membro do Conselho de Administração, representante do Acionista Controlador.

Conselho de Administração

Instância máxima da Administração da Empresa, o Conselho de Administração é composto por sete membros, brasileiros, com reputação ilibada e idoneidade moral, eleitos pela Assembleia Geral, na forma estabelecida pelo Estatuto, dentre os quais é designado o Presidente do Conselho e seu substituto designados pela Eletrobras, com prazo de gestão unificado de dois anos, sendo permitidas, no máximo, três recontruções consecutivas.

Dentre os membros, um é indicado pelo Ministério da Economia, um indicado pelo acionista controlador, que será eleito Diretor-Presidente e outro eleito como representante dos empregados, escolhido pelo voto direto de seus pares dentre os empregados ativos, em eleição organizada pela Empresa, em conjunto com as autoridades sindicais que os representam, nos termos da legislação vigente. Os demais membros são indicados pelos acionistas, dentre os quais dois serão independentes, nos termos da legislação aplicável.

Usualmente, o Diretor-Presidente de Furnas é indicado como membro do Conselho de Administração.

No exercício de 2020, este colegiado reuniu-se 27 vezes.

Comitê de Auditoria e Riscos Estatutário (CAE)

O CAE, órgão auxiliar do Conselho de Administração (CA) da Eletrobras, instalado em 2018, tem por finalidade assessorar os Conselhos de Administração das Empresas Eletrobras e estabelecer estruturas de controle, supervisão e fiscalização da atuação das empresas, dirigentes e empregados.

Em atendimento às disposições da Lei Sarbanes-Oxley, o CAE é composto por membros independentes e visa atender a uma série de dispositivos legais, com destaque para a Lei nº 13.303/16, instruções da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), Programa em Governação de Estatais da B3 e Indicador de Governança da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais.

Conselho Fiscal

A atribuição do Conselho Fiscal é a de fiscalizar os atos dos administradores e verificar o cumprimento de seus deveres legais e estatutários. Compõe-se de três membros efetivos e respectivos suplentes, brasileiros, residentes no País, acionistas ou não, eleitos por AGO, com prazo de atuação de dois anos, permitidas, no máximo, duas recontruções consecutivas, observando-se os requisitos e impedimentos fixados pela legislação vigente.

É constituído por um membro e respectivo suplente indicados pelo Ministério da Economia, como representante do Tesouro Nacional, que deverão ser servidores públicos com vínculo permanente com a Administração Pública Federal; um membro e respectivo suplente indicados pelo Ministério de Minas e Energia; e um membro e respectivo suplente indicados pela Holding.

Em 2020, este colegiado reuniu-se 13 vezes.

Diretoria Executiva

A Diretoria Executiva, órgão colegiado, é composta por um Diretor-Presidente e cinco Diretores, gestores dos negócios da Empresa, brasileiros, eleitos pelo Conselho de Administração, que exercem suas funções em regime de tempo integral, com prazo de gestão unificado de dois anos, sendo permitidas, no máximo, três recontruções consecutivas. Eles atuam nas seguintes áreas: Presidência; Administração; Finanças; Engenharia; Operação e Manutenção; e Regulação e Comercialização.

Compete à Diretoria Executiva, em reunião semanal ou extraordinária, a direção geral e a administração de Furnas, respeitadas as diretrizes fixadas pelo Conselho de Administração e as diretrizes estratégicas estabelecidas pela controladora.

As decisões regulamentares e estatutárias da Diretoria Executiva são tomadas em reunião semanal e constituem o processo deliberativo em que as matérias de interesse de cada Diretoria são submetidas.

Em 2020, foram realizadas 66 reuniões.

Secretaria de Governança Corporativa

A Secretaria de Governança Corporativa tem como principais atribuições:

- planejar, coordenar, executar e controlar as atividades de apoio ao funcionamento das Assembleias de Acionistas, do Conselho de Administração e

FURNAS 64 anos

O nosso brilho ilumina essa história

Eletrobras
Furnas

PÁTRIA AMADA
BRASIL
GOVERNO FEDERAL

Ouvidoria

A Ouvidoria atua no diálogo entre o cidadão e a Empresa, de modo que as manifestações decorrentes do exercício da cidadania induzam à contínua melhoria dos serviços públicos prestados por Furnas e de seus processos.

A Ouvidoria, órgão imparcial e independente, vinculado ao Conselho de Administração, é responsável por receber, examinar e encaminhar, reclamações, solicitações, elogios, sugestões referentes a procedimentos e ações de Furnas e, também, é responsável pela gestão do canal do Serviço de Informação ao Cidadão (SIC).

O acesso à Ouvidoria é assegurado por meio de formulário eletrônico no website de Furnas, fax, telefone, contato pessoal, carta ou, ainda, algum outro documento. Em todas as formas de comunicação, o nome do manifestante é mantido em sigilo e o conteúdo da mensagem tratado com seriedade, isenção e de forma reservada.

Todas as manifestações, independentemente do meio de comunicação, são registradas em Sistema de Ouvidoria, que é o da Holding, no qual fica armazenada a base de dados. O sistema foi projetado de forma a não permitir a exclusão ou alteração das informações nele registradas. Após o seu registro, a Ouvidoria realiza o devido tratamento que consiste em: verificar se estão presentes dados suficientes na questão relatada e se a mesma é afeta à Empresa; realizar o encaminhamento à área interna responsável pela questão; gerenciar o prazo da resposta e verificar se o conteúdo de fato atende à manifestação.

A atuação da Ouvidoria encontra-se alinhada com o Programa Anticorrupção das Empresas Eletrobras, às exigências da Lei Sarbanes-Oxley e aos normativos da Ouvidoria Geral da União.

As denúncias são registradas no Canal Denúncia das Empresas Eletrobras (ICTS), operado por empresa externa, responsável por sua classificação, criticidade e encaminhamento ao Comitê de Sistema de Integridade (CSI), que fará a gestão centralizada de apuração e dos processos de responsabilização e de remediação.

Em 2020 foram enviadas, aos dois canais geridos pela Ouvidoria, 1.390 manifestações e 135 pedidos de Informação ao Cidadão (SIC) de Furnas.

As 1.390 manifestações na Ouvidoria têm a seguinte distribuição: reclamação (694), solicitação (663), sugestão (30), elogio e agradecimento (3). No que tange à origem destacamos que 929 (67%) são de origem externa, 133 (10%) interna e 328 (23%) "não identificada".

Além disso, foram registradas no ICTS, 126 denúncias a serem tratadas pelo CSI.

ESTRATEGIA E SUSTENTABILIDADE

Estratégia

O Plano Estratégico orienta o Plano Diretor de Negócios e Gestão (PDNG) das Empresas Eletrobras.

Plano de médio prazo, o PDNG é revisto anualmente, tem horizonte de cinco anos e define metas e diretrizes para o período. Com seus cenários e premissas, dá origem e, ao final, consolida os Planos de Negócio e Gestão (PNG) das Empresas Eletrobras.

O PNG, por sua vez, contém projeções e estabelece as metas e os projetos específicos de Furnas que serão realizados nos próximos cinco anos. Dele derivam importantes instrumentos para a gestão da estratégia na Empresa:

- Contrato de Metas e Desempenho Empresarial (CMDE)

- Remuneração Variável Anual (RVA) dos Dirigentes

- Participação nos Lucros e Resultados (PLR) dos Empregados

Neste ano, Furnas orientou-se pelas seguintes diretrizes estabelecidas no PDNG 2020-2024:



Informações no site: <https://www.furnas.com.br/subsecao/10>

Sustentabilidade

Desde 2003 Furnas aderiu ao Pacto Global da ONU, maior iniciativa de sustentabilidade corporativa do mundo, alinhando sua estratégia aos dez princípios de direitos humanos, trabalho, meio ambiente e anticorrupção.

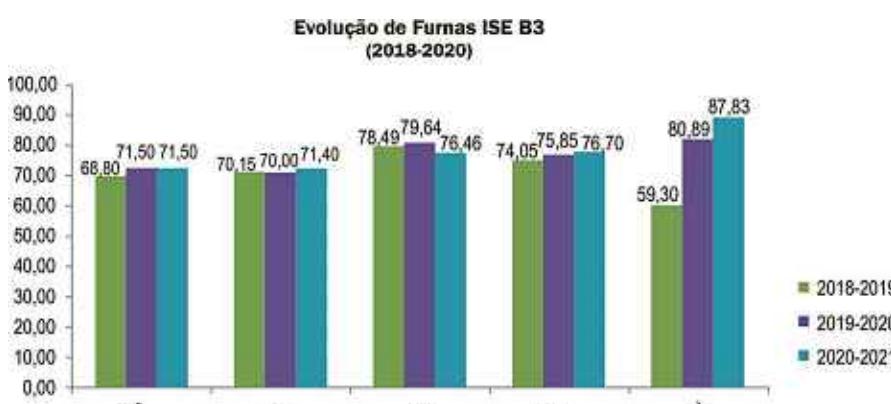
Indicadores dos ODS considerados prioritários para as Empresas Eletrobras integram o PDNG e o PNG de Furnas, por meio de ações que contribuem com a Agenda 2030 da ONU.

Em 2020, foi criada a Comissão Executiva de Sustentabilidade, composta por representantes das seis Diretorias, que tem como principal objetivo aperfeiçoar a governança da sustentabilidade, garantindo que os aspectos ASG (ambientais, sociais e de governança) sejam adequadamente analisados pela Alta Administração nos processos de tomada de decisão.

O compromisso de Furnas com a sustentabilidade se manifesta também na participação em outras iniciativas e associações para o desenvolvimento sustentável:

- Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P);
- Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS);
- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD);
- Programa na Mão Certa (Childhood Brasil);
- Fundação Abrinq;
- Programa Pró-Equidade de Gênero (Secretaria de Políticas para as Mulheres, da Presidência da República);
- Rede de Empresas pela Aprendizagem e Erradicação do Trabalho Infantil (Instituto Ethos, Organização Internacional do Trabalho e Ministério do Trabalho);
- Instituto Ethos.

Furnas responde aos questionários do Índice de Sustentabilidade Empresarial da B3 (ISE B3) na qualidade de controlada da Eletrobras, e seus resultados são utilizados como indicadores de desempenho no processo de planejamento estratégico. A evolução do desempenho de Furnas no ISE B3 nos últimos três anos é apresentada no gráfico a seguir.



Furnas vem aperfeiçoando seus mecanismos de relato, em busca de transparência e prestação de contas. Desde 1998, quando foi uma das primeiras empresas brasileiras a publicar o seu balanço social, a Empresa divulga, para seus públicos de interesse, informações sobre o desempenho e os resultados econômicos, sociais e ambientais em seu Relatório Anual.

Informações no site: <https://www.furnas.com.br/subsecao/69/relatorio-de-sustentabilidade?culture=pt>

CONTROLES INTERNOS

O ambiente de controles internos da Empresa visa assegurar a efetividade e eficiência de suas operações, proporcionar a confiabilidade nos relatórios financeiros, bem como cumprimento de normas e regulamentos. Auxilia na mitigação de riscos corporativos; no alcance de metas; e no crescimento sustentável do negócio, proporcionando maior transparência e credibilidade.

Desde 2010, a Eletrobras possui registro na Bolsa de Valores de Nova York com emissão de ADRs Nível II, exigindo de suas subsidiárias adequação aos requisitos da lei norte-americana Sarbanes Oxley (SOX), em alinhamento com as melhores práticas de governança corporativa e gerenciamento de riscos.

Anualmente, a Eletrobras divulga suas Demonstrações Financeiras e a Certificação Anual de Controles Internos à Securities and Exchange Commission (SEC) dos EUA, a fim de consolidar os controles mitigadores dos riscos.

O escopo dos processos mais relevantes para a certificação SOX compreende os que possuem materialidade diante das demonstrações financeiras da Empresa. Em 2020, foram selecionados 31 processos, associados a: Compra de Energia; Gestão Contábil; Gestão de Contingências; Entity Level Controls; Emprestimos e Financiamentos; Gestão Financeira; Gestão do Ativo Fijo; Gestão de Materiais; Benefício Pós-Emprego; Gestão de Participações; Venda de Energia; Recursos Humanos; Gestão Tributária; e Processos de Tecnologia.

O programa prevê ações visando o fortalecimento do ambiente de controles internos da Empresa e acesso direto e prioritário aos órgãos superiores de decisão.

Um dos objetivos estratégicos é a redução das deficiências de controles internos mais relevantes, classificadas como fraquezas materiais (Material Weakness - MW), em linha com a diretiva estratégica "Aprimoramento da Governança e da Integridade Empresarial".

Os trabalhos relacionados à certificação SOX desdobram-se em três etapas: Mapeamento; Programa de Remediação e Testes propriamente ditos.

A figura a seguir apresenta, de forma esquemática, o funcionamento das três Linhas de Defesa, no gerenciamento eficaz de riscos e controles internos:



Obs.: O gerenciamento de riscos conta ainda com o apoio do Comitê de Auditoria e Riscos Estatutário (CAE) que auxilia os Conselhos de Administração das Empresas Eletrobras em assuntos estratégicos.

PROGRAMA DE INTEGRIDADE (COMPLIANCE)

Furnas adota o Programa Eletrobras 5 Dimensões, previsto no PDNG 2020-2024, implantado em todas as Empresas Eletrobras, com o objetivo de cumprir com as normas internacionais de governança corporativa e de fortalecer a gestão de integridade corporativa. O programa baseia-se nas diretrizes propostas pelo Guia de Implantação de Programa de Integridade nas Empresas Estatais da Controladoria Geral da União (CGU) e pelo Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission (COSO).

O Programa de Integridade das Empresas Eletrobras é desenvolvido a partir da integração dos representantes de compliance de cada empresa, viabilizada por meio de reuniões semanais na Comissão Diretiva do Compliance (CDC), para o alinhamento das práticas e adoção das medidas necessárias ao amadurecimento do programa.

A partir da CDC são estabelecidos mecanismos e procedimentos para: 1) desenvolvimento do ambiente de gestão do programa de integridade; 2) análise periódica de riscos; 3) estruturação e implantação de políticas e procedimentos do programa de integridade; 4) comunicação e treinamento; 5) monitoramento do programa, medidas de remediação e aplicação de penalidades.

O Programa de Integridade de Furnas está fundamentado nos princípios e valores éticos previstos no Código de Conduta Ética e Integridade das Empresas Eletrobras, bem como na Política Anticorrupção das Empresas Eletrobras, Política de Administração de Conflito de Interesses, Política de Consequências das Empresas Eletrobras, Regulamento do Programa de Integridade das Empresas Eletrobras e Regulamento de Monitoramento de Integridade das Empresas Eletrobras. Nesse sentido, Furnas promove anualmente a revisão da avaliação de riscos de fraude e corrupção, bem como ações contínuas de conscientização e treinamentos.

Em 2020 implementou o questionário eletrônico de *due diligence* de conflito de interesses aplicável a todos os seus empregados, com o objetivo de mapear os relacionamentos dos empregados e prevenir situações de conflito de interesses. Para lançamento da ferramenta a Companhia realizou um webinar de Conflito de Interesses, contando com a participação de palestrantes externos reconhecidos no mercado.

Adicionalmente, foram promovidos treinamentos para toda a Diretoria Executiva, Conselho de Administração e gerentes, bem como gestores de contratos e empregados que mantêm relacionamento com setor público, além de treinamento de integridade para todos os empregados.

Ainda em relação a treinamentos de integridade e ética, Furnas realizou em 2020, por meio de webinar, o Projeto Integridade Corporativa, abordando os aludidos temas por meio de esquetes teatrais e reuniões com gerentes de cinco unidades regionais.

Em relação aos riscos de integridade no relacionamento com terceiros, no ano de 2020, aproximadamente 500 fornecedores foram submetidos ao processo de *due diligence*.

A Empresa participa ativamente do GT Anticorrupção da Rede Brasileira do Pacto Global da ONU, do GT de Integridade do Instituto Ethos, do Instituto Compliance Rio (ICRIO), bem como do Fórum de Integridade das Estatais, fóruns de debate e fomento ao tema da integridade, com a participação de experientes profissionais relacionados ao tema.

Furnas conta com o Comitê do Sistema de Integridade (CSI), composto por representantes de todas as Empresas Eletrobras, coordenado pela Diretoria de Governança, Riscos e Conformidade da Eletrobras, com a atribuição de gestão e tratamento de todas as denúncias capturadas no Canal de Denúncias único das Empresas Eletrobras.

GESTÃO DE RISCOS

O processo de gestão de riscos é integrado - coordenado pela Gerência de Riscos das Eletrobras, com o apoio das gerências de riscos das subsidiárias e o comitê de risco das Empresas Eletrobras, coordenado pela Holding, com a participação das áreas de riscos das Empresas Eletrobras. Tem como principal objetivo reduzir a materialização de eventos que possam impactar negativamente, de forma relevante e permanente, os objetivos estratégicos. Esse processo é regido pela Política de Gestão de Riscos das Empresas Eletrobras, que preconiza a incorporação da visão de riscos à tomada de decisões estratégicas, em conformidade com as regulamentações aplicáveis e às melhores práticas do mercado.

A Matriz de Riscos Corporativa 2020-2021 e os Eventos de Risco Priorizados são baseados nos objetivos estratégicos da Empresa. O Plano Diretor de Negócios e Gestão (PDNG) e o Planejamento Estratégico contém análise do contexto externo e interno, e sua influência sobre o processo de Gestão de Riscos, a partir de forças e fraquezas e dos principais fatores de risco que podem impactar o ambiente de negócios e o conjunto de diretrizes e premissas.

A Matriz de Riscos Corporativa de Furnas, oriunda da Matriz de Riscos Corporativa da Holding, foi submetida a uma revisão em 2020 sendo composta por 4 pilares: Negócio, Financeiro, Operacional e Conformidade, que se subdividem em 19 categorias, dos quais 13 eventos foram avaliados em 2020, a saber: Direitos Humanos, Gestão de Negócio de SPEs, Comercialização de Energia, Operação e Manutenção na Transmissão, Operação e Manutenção na Geração, Gestão Socioambiental de Empreendimentos, Formação e Gestão do Contencioso, Fraude e Corrupção, Segurança da Informação, Regulação Setorial na Geração, Regulação Setorial na Transmissão, Obras em Atoivos de Geração e Demonstrações Contábeis e Financeiras.

Os eventos avaliados de 2015 a 2020 perfazem o total de 27 avaliações, dos 34 eventos de riscos, e são periodicamente monitorados quanto às suas respectivas ações de tratamento.

O resultado do monitoramento é reportado para a Diretoria Executiva, Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Comitê de Auditoria e Riscos Estatutário (CAE), quando demandado.

SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

FURNAS 64 anos

O nosso brilho ilumina essa história

Eólica (ABEEólica), Associação Brasileira de Geradoras Termoelétricas (ABRAGET), Comitê Brasileiro do Conselho Mundial de Energia (CBCM), Comitê Brasileiro de Barragens (CBDB), Associação Internacional de Hidrelétricidade (International Hydropower Association - IHA), Comitê Nacional Brasileiro de Produção e Transmissão de Energia Elétrica (CIGRE-Brasil), Centro de Estudos de Energia da Fundação Getúlio Vargas (FGV Energia), Instituto de Desenvolvimento Estratégico do Setor Energético (Ilumina), Fundação COGE, Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Rio de Janeiro (Crea-RJ), Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade (ANEFAC), Associação Brasileira dos Contadores do Setor de Energia Elétrica (ABRACONEE), Pacto Global da ONU, Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS), Associação Brasileira de Atividades Nucleares (ABDAN), Associação Brasileira de Energia Nuclear (ABEN) e Fundação Abrinq, entre outras.

COMUNICAÇÃO

As mídias adotadas por Furnas para ampliar a interatividade com seus diversos públicos de interesse apresentaram indicadores significativos em 2020. Os destaques estão listados a seguir e se referem à comparação com o ano anterior.

Nas redes sociais, o crescimento foi totalmente orgânico, não havendo nenhum impulsionamento pago ao longo do ano.

• **Twitter (twitter.com/Furnas):** 19.003 seguidores, crescimento de 2,7%.

• **YouTube (youtube.com/CanalFurnas):** 973 novos inscritos em 2020, incremento de 39%, totalizando 3.482 inscritos. Até 31 de dezembro, o conjunto de vídeos publicados alcançou 682.189 exibições, sendo 138.611 em 2020.

• **FanPage de Furnas no Facebook (facebook.com/FurnasEnergia):** chegou à marca de 21.899 fãs ao final de 2020, aumento de 9,4%.

• **Instagram:** o perfil Furnas Energia contava, em 31 de dezembro de 2020, com 12.336 seguidores, aumento de 45%.

• **LinkedIn:** em 31 de dezembro de 2020, o perfil de Furnas no LinkedIn contava com 61.916 seguidores, aumento de 45% em relação ao ano anterior.

• **Fale Conosco:** recebeu 1.017 solicitações de informação sobre assuntos diversos. Desse total, 58% (593) tiveram suas demandas respondidas durante o período de 1º de janeiro até 31 de dezembro de 2020.

• **Website (www.furnas.com.br):** o website de Furnas recebeu 989.140 visualizações de páginas únicas, o que equivale a 8.428 visualizações/mês ou 2.747 visualizações/dia, crescimento de 67,63% em relação ao mesmo período de 2019. Nele, encontram-se informações sobre a Empresa e seus negócios, meio ambiente, sustentabilidade, serviços, cultura, publicações institucionais e de interesse público, como prestação de contas, segurança de barragens, níveis dos reservatórios e cuidados com as linhas de transmissão.

RECONHECIMENTO

Childhood Brasil

O empenho de Furnas pelas atividades de valorização dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes foi, novamente, reconhecido pela Fundação Childhood Brasil por meio do Programa Na Mão Certa. A certificação acontece desde 2009 para mobilizar empresas, governos e sociedade civil no enfrentamento da exploração sexual de crianças e adolescentes nas rodovias brasileiras.

VI Concurso Boas Práticas na Gestão da Ética

Furnas conquistou o primeiro lugar no VI Concurso Boas Práticas na Gestão da Ética, promovido pela Comissão de Ética Pública da Presidência da República. A empresa foi premiada pela iniciativa "Orientações para prevenir Conflito de Interesses em Furnas", questionário anual preenchido pelos colaboradores sobre vínculos que possam configurar situação de conflito de interesses (Due Diligence).

Prêmio IIA May Brasil

Pelo segundo ano consecutivo, a Superintendência de Auditoria de Furnas foi contemplada com o prêmio "IIA May Brasil", que faz parte da premiação internacional do "IIA May". Recebem o Prêmio de Conscientização de Auditoria Interna profissionais que se destacam na promoção de ações voltadas a valorizar a profissão de auditor, conscientizando sobre a importância dos especialistas da área.

SOCIAL

GESTÃO DE PESSOAS

A política de gestão de pessoas atua como agente do fortalecimento organizacional, contribuindo para a competitividade, rentabilidade e sustentabilidade do negócio. Com o objetivo de aumentar a satisfação e melhorar a qualidade de vida dos colaboradores, a gestão de pessoas está direcionada a soluções que proporcionem condições adequadas ao desenvolvimento, valorização e retenção de seu quadro de pessoal.

Quadro de Pessoal

Empregados Efetivos	2020	2019	2018
Entradas	16	111	15
Saídas	21	316	166
Total	2.827	2.832	3.037
Não Efetivos - Mão de Obra Direta			
Quantidade	0	–	1.046
Variação	0	(1.046)	(17)
Estagiários			
Quantidade	82	191	301
Deficientes (IBAP)			
Quantidade	189 ⁽¹⁾	192 ⁽²⁾	196 ⁽¹⁾

⁽¹⁾ Refere-se à soma de 25 empregados efetivos e 171 profissionais vinculados ao contrato firmado com o IBAP

⁽²⁾ Refere-se à soma de 23 empregados efetivos e 169 profissionais vinculados ao contrato firmado com o IBAP

⁽³⁾ Refere-se à soma de 22 empregados efetivos e 167 profissionais vinculados ao contrato firmado com o IBAP

Plano de Carreira e Remuneração (PCR)

Furnas adota o Plano de Carreira e Remuneração (PCR) das Empresas Eletrobras, que utiliza como base o conceito de competências como principal referência para gestão de pessoas. O modelo de carreira utilizado visa alinhar políticas e práticas de gestão ao direcionamento estratégico empresarial, bem como integrar os processos de gerenciamento de pessoas na busca da melhoria do desempenho organizacional.

O PCR está baseado na descrição de cargos, separados por natureza e complexidade. Para as remunerações são considerados os cargos, as faixas de complexidade em que o empregado se enquadra e os critérios para progressões horizontais e verticais, concedidas de acordo com o desempenho do empregado.

Participação nos Lucros e Resultados (PLR)

Furnas concede a seus empregados efetivos a participação nos lucros e resultados após o encerramento de cada exercício financeiro. A PLR está em conformidade com o estabelecido na Resolução do Conselho de Coordenação e Controle das Empresas Estatais (CCE) nº 10/1995 e na Lei nº 10.101/2000.

Remuneração Variável (RVA)

A Lei nº 13.303/2016 introduziu a possibilidade de pagamento de remuneração variável aos Diretores das empresas estatais, atrelado ao atendimento das metas e dos resultados na execução do plano de negócios, nos termos estabelecidos pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (Sest) do Ministério da Economia e deve ser fruto de negociação entre as empresas e as entidades representativas dos empregados das Empresas Eletrobras.

Benefícios

Como parte da política de valorização e retenção de seus empregados, Furnas agrega, aos benefícios e vantagens a que está obrigada por lei e aos que concede por força de Acordos Coletivos de Trabalho, outros, de forma espontânea, com base nas premissas da sua política de recursos humanos. Os principais benefícios são: plano de saúde e odontológico, auxílio-alimentação ou refeição, auxílio-creche, auxílio-educacional, auxílio-óculos, auxílio-funeral, cesta natalina, reembolso de medicamentos de uso contínuo e seguro de vida, entre outros.

Desenvolvimento e Capacitação dos Empregados

Em 2020, Furnas disponibilizou ações educacionais e de gestão do conhecimento para capacitação de seus empregados, por meio do Plano Global de Aprendizagem, contribuindo, assim, para o alcance dos objetivos definidos no Planejamento Estratégico da Empresa.

O Plano Global de Aprendizagem foi estruturado com ações relativas a cinco eixos de desenvolvimento que apoiam o negócio: Liderança, Ações Estratégicas, Específicas das Áreas de Negócio da Empresa, Saúde e Segurança e Plano de Desenvolvimento Individual (PDI).

Foram ofertadas ações previstas no Plano Global de Aprendizagem tais como cursos de longa duração (Pós-Graduação e MBA, alinhados aos processos de trabalho dos participantes indicados), bem como cursos sobre temas importantes alinhados aos eixos de aprendizagem, como Contratos, Compliance e Legislação Trabalhista, dentre outros.

Destaca-se a criação da Comunidade de Prática de Combate ao Coronavírus, cujo principal objetivo foi difundir procedimentos de saúde e segurança no trabalho de forma rápida e atualizada. A dinamização da plataforma continuou por todo o ano.

No início das atividades de Gestão do Conhecimento, em maio, foram apresentados quatro projetos do Inova Furnas 2020, programa de desenvolvimento organizacional com foco na capacitação de colaboradores e formação de equipes funcionais e multidisciplinares, com competência em metodologias de inovação como o *Design Thinking*, o *Lean Startup*, o *Agile* e o *Effectuation*.

O ano de 2020 finalizou com os seguintes números para participações em Iniciativas de Gestão do Conhecimento:

Eventos	Participantes	Participações	Horas de Treinamento	Participantes s/ Força de Trabalho
252	3.912	5.141	359.275	1.383

Avaliação de Desempenho

Desde a implantação do Plano de Carreira e Remuneração (PCR) unificado para o Sistema Eletrobras, a Empresa adota o Sistema de Gestão de Desempenho (SGD), o qual contempla, além da avaliação de competências, a avaliação de metas. O processo vem evoluindo, tendo incorporado, desde 2015, a avaliação dos gerentes por suas respectivas equipes.

Os resultados da avaliação são utilizados como subsídio para o desenvolvimento das potencialidades dos empregados e servem de base para progressões salariais individuais e para a elaboração do Plano de Desenvolvimento Individual (PDI).

Segurança e Saúde Ocupacional

A Política de Segurança no Trabalho e Saúde Ocupacional de Furnas tem como objetivo melhorar a qualidade de vida laboral e pessoal de seus empregados e está alinhada à política das Empresas Eletrobras, com foco na prevenção.

Os empregados estão representados por 26 Comissões Internas de Prevenção de Acidentes (CIPA), além de 11 Unidades de Segurança (Usegs), e 5 Designados, que assumem as atribuições das CIPAs em unidades nas quais, pela legislação de segurança e medicina do trabalho, não há obrigatoriedade de instalação de CIPA.

Em 2020, o foco foi a definição dos protocolos de prevenção à Covid-19 e realização de auditorias semanais para verificar a adesão e a ocorrência de não-conformidades nas regionais. A Semana Interna de Prevenção de Acidentes do Trabalho Nacional (Sipat), realizada online, durante 5 dias, reuniu 870 participantes.

Furnas oferece treinamento e capacitação em segurança e saúde ocupacional a seus empregados, com conscientização em saúde e prevenção de riscos em suas dependências, realizando anualmente um programa que aborda temas como primeiros socorros, prevenção de acidentes e riscos no ambiente de trabalho.

No que se refere a equipamentos e sistemas de proteção coletiva, a Empresa fornece equipamentos de proteção individual a seus empregados, contando com todos os recursos necessários à preservação da integridade física e da saúde da força de trabalho.

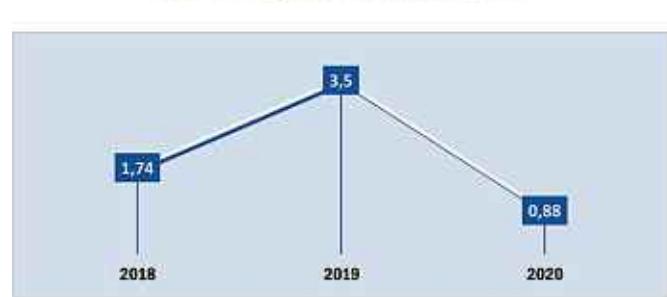
Taxas de Frequência e de Gravidade de Acidentes do Trabalho

A Taxa de Frequência (TF) e a Taxa de Gravidade (TG) são os indicadores de segurança do trabalho e saúde ocupacional, representando, respectivamente, o número de acidentes ocorridos no período por milhão de horas humanas em exposição a risco e o número de dias perdidos e dias debitados por milhão de horas humanas em exposição a risco.

A partir de 2012, o número de horas trabalhadas foi padronizado em 167 horas humanas/mês nas Empresas Eletrobras, o que corresponde a 2.000 horas humanas/ano, conforme a norma NBR 14.280.

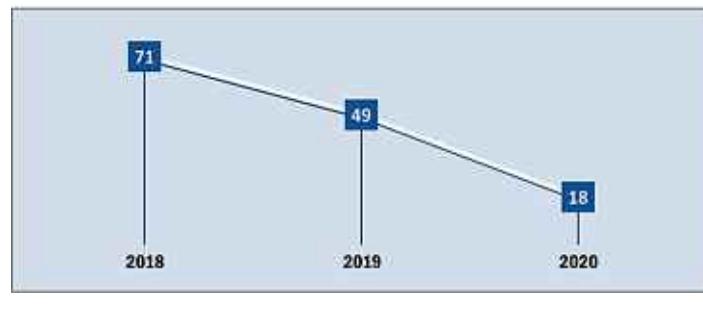
Os gráficos a seguir apresentam o histórico da TF e da TG desde 2018.

Taxa de Frequência de Acidentes Anual



Taxa de Frequência de Acidentes Mensal	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
0,00	2,10	2,11	0,00	0,00	0,00	2,11	0,00	2,11	0,00	0,00	0,00	2,08

Taxa de Gravidade de Acidentes Anual



Taxa de Gravidade de Acidentes Mensal	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
0	6	13	0	0	0	63	65	65	4	0	2	



Os Programas de Educação Ambiental (PEA) são implementados junto às populações das áreas de influência dos empreendimentos da Empresa. Seu objetivo é facilitar a produção e a aquisição de conhecimentos e habilidades, visando à articulação e à integração comunitária na construção de alternativas sustentáveis para o desenvolvimento local. Trata-se de medidas compensatórias de atendimento legal que visam o empoderamento das comunidades locais a partir do fortalecimento de suas potencialidades e oportunidades de solução às fragilidades identificadas.

Os PEAs que tiveram atuação no ano de 2020 foram das seguintes UHEs: Serra da Mesa, Itumbiara, Luiz Carlos Barreto e Batalha. Já os Programas de Comunicação Social (PCSS) atendem as comunidades atingidas por empreendimentos da Furnas. Seu objetivo é informar à população que vive nos municípios atingidos sobre os diferentes aspectos do empreendimento, sobretudo aqueles relacionados aos seus impactos reais e potenciais, respectivas medidas de mitigação e a contribuição do empreendimento no contexto de políticas públicas nacionais e do desenvolvimento regional. Moradores, estudantes e empregados são o principal público-alvo das campanhas e palestras.

Os PCSSs que tiveram atuação em 2020 foram os dos seguintes empreendimentos: LT 750 kV Itaberá - Tijucu Preto 2 - Variante, LT 500 kV Norte - Sul, UHE Porto Colômbia, AHE Tabajara, UHE Serra da Mesa, UHE Itumbiara e UHE Batalha.

Gestão da Questão Indígena

Desde 1992 Furnas e Funai vêm celebrando convênios objetivando a preservação do modo de vida da Comunidade Avá-Canoeiro. Atualmente encontra-se em vigor o Convênio 900000455/2012. E, ainda, bimestralmente são repassados à Funai os valores correspondentes aos royalties em benefício dessa comunidade indígena.

Dentre as ações relacionadas à questão indígena em 2020, destacam-se:

- serviços de vigilância da Terra Indígena Avá-Canoeiro;
- continuidade da recomposição da TI Avá-Canoeiro;
- assinatura do aditamento do Convênio para implementação do Programa de Apoio aos Avá-Canoeiro (PAAC), sob responsabilidade da Funai.

Monitoramento Socioeconômico

Em atendimento às premissas do processo de Licenciamento Ambiental, no começo de 2020, foi iniciado o levantamento socioeconômico da população que ocupa as Áreas de Proteção Permanente (APP) do reservatório do APM Manso. As atividades incluirão uma campanha de campo, com aplicação de entrevistas e preparação de relatório fotográfico com intuito de realizar a análise dos aspectos demográficos dos ocupantes, bem como avaliar suas condições de vida e compreender sua relação com o entorno.

Plano Ambiental de Conservação e Uso do Entorno de Reservatório Artificial (PACUERA)

Em atendimento aos ditames do licenciamento ambiental, no início de 2020, o PACUERA foi apresentado à população residente da área de influência direta do reservatório da UHE Luiz Carlos Barreto de Carvalho, para aprovação e gestão participativa.

Água, Efluentes e Resíduos

Foram realizadas inspeções técnicas para elaboração e atualização dos Planos de Monitoramento de Efluentes e Qualidade da Água (PMEQA), Planos de Gerenciamento de Resíduos (PGR) e Planos de Atendimento a Emergência (PAE) nos empreendimentos apresentados a seguir.

Planos para Águas, Efluentes e Resíduos

	PMEQA	PGR	PAE/PAEC/PRAI
Subestação (SE)	Itutinga, São José, Imbariê, Zona Oeste, Resende	Iriri, Tijucu Preto, Vitoria, SE Resende, Campos, Itaberá, ETEL Araçoiaba da Serra	Tijucu Preto, Itutinga, Barro Branco, Itaberá
Usina Hidrelétrica (UHE)	Furnas, Luiz Carlos Barreto de Carvalho, Serra da Mesa, Simplicio, Batalha	Mascarenhas de Moraes, Batalha, Funil	Funil, Furnas, Luiz Carlos Barreto de Carvalho
Usina Termelétrica (UTE)	Campos	Campos	Santa Cruz

Atendendo à Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/10) e às políticas ambientais da Empresa, foram capacitados trabalhadores, entre empregados e terceirizados, em gestão de resíduos sólidos no APM Manso e nas UHEs Mascarenhas de Moraes e Luiz Carlos Barreto.

GESTÃO DA BIODIVERSIDADE E DOS SERVIÇOS ECOSSISTÉMICOS

Reflorestamento

São realizadas ações de reflorestamento em Áreas de Preservação Permanente, além da reposição florestal em áreas remanescentes dos reservatórios de usinas hidrelétricas e de linhas de transmissão. Em 2020, foram reflorestados cerca de 270 hectares.

No âmbito do licenciamento da LT 138 kV Anta - Simplicio - Rocha Leão, foi finalizado um plantio de 35 hectares de Mata Atlântica na Reserva Biológica (REBIO) União, em Rio das Ostras (RJ). O plantio havia sido iniciado em 2015.

Fauna Terrestre e Ictiofauna

Furnas, como forma de mitigar os impactos de suas operações, realizou o resgate de peixes nas unidades geradoras das Usinas de Porto Colômbia e Mascarenhas de Moraes, quando da parada das máquinas. Foram resgatados mais de 10.000 peixes de 4 espécies diferentes, sendo a grande maioria exemplares de *Pimelodus maculatus* (mandi amarelo).

Além dessa atividade pontual, foram realizados monitoramentos referentes à ictiofauna em diversas unidades, no ano-base 2020, como apresentado na tabela a seguir:

Monitoramento da Ictiofauna

Empreendimento/UHE	Ictiofauna	Ictioplâncton	Pesca	Sistema de Transposição	Telemetria
Simplicio	X	X		X	X
Funil	X	X			
Batalha	X	X	X		
Itumbiara		X	X		
Porto Colômbia	X	X	X		
Marimbondo	X	X	X		
Luiz Carlos Barreto de Carvalho	X	X	X		
APM Manso	X	X	X		
Corumbá	X	X			

Outro destaque do ano foi a finalização da primeira fase do monitoramento das populações do Mutum-de-penacho (*Crax fasciolata*) e do Aracuã paulista (*Ortalis remotia*), no entorno da UHE Marimbondo. São duas aves que estão sob algum risco de ameaça, sendo o Aracuã paulista criticamente ameaçado de extinção, e o Mutum-de-penacho, vulnerável segundo a mais recente revisão da lista nacional de espécies ameaçadas (2014). O projeto foi noticiado pelo Ibama (<https://www.gov.br/ibama/pt-br/assuntos/noticias/2020/especies-ameacadas-de-extincao-sao-avistadas-em-programa-ambiental-da-uhe-marimbondo>), e iniciará a segunda fase em 2021.

Os seguintes monitoramentos da fauna terrestre e de águas continentais foram realizados em 2020:

Monitoramento da Fauna Terrestre e de Águas Continentais

Empreendimento/UHE	Fauna Terrestre	Quirópteros	Vetores	Crustáceos Exóticos	Mutum-de-Penacho e Aracuã
Simplicio	X				
Batalha		X			
Porto Colombia	X		X	X	
Marimbondo	X				X
LT Bom Despacho - Ouro Preto	X				
LT Itaberá - Tijucu Preto II	X				

Informações de Natureza Ambiental

Passivo ambiental: quantidade de processos ambientais administrativos e judiciais movidos contra a Empresa.

Informações no site: <https://www.furnas.com.br/subsecao/69/relatorio-de-sustentabilidade?culture=pt>

INFORMAÇÕES DE NATUREZA SOCIAL E AMBIENTAL

(Valores expressos em milhares de reais)

Geração e distribuição de riqueza	Em 2020	Em 2019
Distribuição do Valor Adicionado	% governo	34
	% acionistas	7
A Demonstração do Valor Adicionado - DVA está apresentada, na íntegra, no conjunto das Demonstrações Contábeis.	% empregados	14
	% financiadores	37
	% outros	8
	% outros	6

I - RECURSOS HUMANOS

1.1 - Remuneração	Em 2020	Em 2019
Folha de Pagamento Bruta (FPB)	R\$ 1.063.392,00	R\$ 1.143.603,00
- Empregados	R\$ 1.058.005	R\$ 1.137.515
- Administradores	R\$ 5.387	R\$ 6.088
Relação entre a maior e a menor remuneração:		
- Empregados	25	54
- Administradores	1	1
1.2 - Benefícios Concedidos	Em 2020	Em 2019
	Valor (R\$ mil)	% sobre FPB
Encargos Sociais	229.132	21,55
Alimentação	46.410	4,36
Transporte	614	0,06
Previdência privada	90.370	8,50
Saúde	128.308	12,07
Segurança e medicina do trabalho	6.568	0,62
Educação ou auxílio creche	16.281	1,53
Cultura	1.064	0,10
Capacitação e desenvolvimento profissional	9.085	0,85
Participação nos lucros ou resultados	127.668	12,01
Outros	35.652	3,35
Total	691.152	65,00
	% sobre RL	% sobre FPB
Encargos Sociais	2,12	248.300
Alimentação	0,43	47.662
Transporte	0,01	6.521
Previdência privada	0,84	47.401
Saúde	1,19	159.312
Segurança e medicina do trabalho	0,06	8.162
Educação ou auxílio creche	0,15	17.827
Cultura	0,01	1.487
Capacitação e desenvolvimento profissional	0,08	12.961
Participação nos lucros ou resultados	1,18	60.285
Outros	0,33	89.496
Total	6,40	699.414
	Valor (R\$ mil)	% sobre RL
Encargos Sociais	21,71	2,81
Alimentação	4,17	0,54
Transporte	0,57	0,07
Previdência privada	0,14	0,54
Saúde	13,93	1,80
Segurança e medicina do trabalho	0,71	0,09
Educação ou auxílio creche	1,56	0,20
Cultura	0,13	0,02
Capacitação e desenvolvimento profissional	1,13	0,15
Participação nos lucros ou resultados	5,27	0,68
Outros	7,83	1,01
Total	61,16	7,91

1.3 - Composição do Corpo Funcional	Em 2020	Em 2019
Nº de empregados no final do exercício	2.827	2.832
Nº de admissões	16	111
Nº de demissões	21	316
Nº de estagiários no final do exercício	82	191
Nº de empregados portadores de necessidades especiais no final do exercício	189 (*)	192
Nº de prestadores de serviços terceirizados no final do exercício	—	—
Nº de empregados por sexo:		
- Masculino	2.314	2.318
-		

BALANÇO PATRIMONIAL
(em milhares de reais)

ATIVO	Nota	Controladora				Consolidado				Nota	Controladora				Consolidado				
		31.12.2019		01.01.2019		31.12.2019		01.01.2019			31.12.2020		01.01.2019		31.12.2020		01.01.2019		
		31.12.2020	(Reapresentado)	31.12.2020	(Reapresentado)	31.12.2020	(Reapresentado)	31.12.2020	(Reapresentado)		31.12.2020	(Reapresentado)	31.12.2020	(Reapresentado)	31.12.2020	(Reapresentado)	31.12.2020	(Reapresentado)	
CIRCULANTE																			
Caixa e equivalente de caixa	4	12.193	9.640	28.093	111.689	72.607	73.161												
Caixa restrito	4	161.070	—	—	161.070	—	—												
Títulos e valores mobiliários	4	961.965	684.930	479.284	961.965	684.930	479.284												
Clientes	5	1.407.982	1.133.403	1.152.180	1.414.966	1.145.914	1.153.067												
Créditos CCEE Repactuação GSF	6	—	10.458	65.529	—	10.458	65.529												
Remuneração das participações societárias	9	71.278	108.294	126.294	71.278	108.294	126.294												
Ativo de contrato	7	4.554.703	3.971.031	3.231.758	4.561.167	3.977.495	3.238.222												
Impostos e contribuições sociais	13	248.850	—	—	248.748	—	—												
Outros	8	360.632	341.671	433.858	360.690	342.041	434.155												
		7.778.673	6.259.427	5.516.996	7.891.573	6.341.739	5.569.712												
NÃO CIRCULANTE																			
Realizável a longo prazo																			
Caixa restrito	4	—	—	—	4.689	—	—												
Clientes	5	272.583	266.852	—	272.583	266.852	—												
Cauções e depósitos vinculados	18	897.988	849.354	811.388	897.994	849.362	811.388												
Adiantamento para futuro aumento de capital	9.5	1.541	44.691	295.678	1.541	1.541	1.541												
Crédito CCEE Repactuação GSF	6	—	—	10.459	—	—	10.459												
Ativo de contrato	7	17.372.758	17.011.294	17.423.485	17.483.202	17.119.966	17.497.182												
Concessões Indenizáveis - Geração	1.1	1.367.475	1.329.674	1.280.320	1.367.475	1.329.674	1.280.320												
Outros	8	125.179	135.149	218.477	151.598	153.617	218.477												
		20.037.524	19.637.014	20.039.807	20.179.082	19.721.012	19.819.367												
Investimentos	9	6.067.230	6.841.560	6.046.985	5.633.921	6.394.436	6.015.644												
Imobilizado	10	6.087.357	5.699.531	5.212.521	6.702.079	6.267.617	5.342.294												
Intangível	10	147.950	163.394	187.843	331.066	289.130	290.988												
		32.340.061	32.341.499	31.487.156	32.846.148	32.672.195	31.468.293												
TOTAL DO ATIVO		40.118.734	38.600.926	37.004.152	40.737.721	39.013.934	37.038.005												
PASSIVO																			
CIRCULANTE																			
Fornecedores	11	682.362	535.789	437.559	694.885	553.318	440.360												
Financiamentos e empréstimos	12	1.499.136	1.627.157	2.071.013	1.522.892	1.629.430	2.071.013												
Debêntures	12	3.022	543	—	3.022	543	—												
Impostos e contribuições sociais	13	163.175	389.957	363.811	160.318	389.055	363.326												
Remuneração aos acionistas	22	510.719	763.284	248.277	510.719	763.284	248.277												
Concessões a pagar - uso do bem público	17	1.778	1.710	1.777	1.778	1.710	1.777												
Obrigações estimadas	14	277.949	228.079	257.611	278.800	228.852	258.426												
Encargos setoriais	15	81.892	89.751	57.350	82.167	90.242	57.863												
Benefício pós-emprego	16	12.640	11.447	10.534	12.640	11.447	10.534												
Outros	21	72.081	43.977	34.959	75.625	50.355	48.664												
		3.304.754	3.691.694	3.482.891	3.342.846	3.718.236	3.500.240												
NÃO CIRCULANTE																			
Fornecedores	11	—	—	—	—	—	—												
Financiamentos e empréstimos	12	4.382.041	5.753.000	6.634.459	4.860.258	6.089.622	6.634.459												
Debêntures - principal	12	1.258.446	45																

FURNAS 64 anos
O nosso brilho
ilumina essa
história

Eletrobras
Furnas

MINISTÉRIO DE
 MINAS E ENERGIA

PÁTRIA AMADA
BRASIL
 GOVERNO FEDERAL

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019
 (em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado	
	31.12.2019	(Reapresentado)	31.12.2019	(Reapresentado)	31.12.2019	(Reapresentado)	31.12.2019	(Reapresentado)
Nota	31.12.2020		31.12.2020		Nota	31.12.2020		31.12.2020
ATIVIDADES OPERACIONAIS								
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social								
Ajustes para reconciliar o lucro com o caixa gerado pelas operações:	13.9	3.903.986	4.351.663	3.905.264	4.352.578			
Depreciação e amortização	24	279.971	274.593	280.017	274.648			
Variações monetárias/cambiais líquidas		(9.127)	70.040	(9.123)	70.046			
Encargos financeiros	474.031	759.642	494.650	759.642				
Renda de aplicação financeira	26	(38.896)	(43.845)	(41.031)	(48.068)			
Juros s/refinanciamentos de créditos e empréstimos concedidos	26	(31.256)	(5.050)	(31.256)	(5.050)			
Receita de ativo contratual de transmissão	7	(4.854.345)	(3.463.794)	(4.867.006)	(3.473.871)			
Receita de construção	23	(291.738)	(305.512)	(291.738)	(307.415)			
Resultado da equivalência patrimonial	9.1	322.766	61.389	254.618	56.187			
Provisão (reversão) para créditos de liquidação duvidosa	25	(25.673)	120.069	(25.673)	120.069			
Provisão (reversão) para riscos com ações fiscais, trabalhistas e cíveis	25	499.056	359.122	499.056	359.122			
Provisão (reversão) para redução ao valor recuperável de ativos	25	(294.422)	(312.684)	(223.812)	(312.684)			
Provisão (reversão) contrato oneroso	25	2.846	(185.472)	2.846	(185.472)			
Provisão (reversão) para plano de incentivo ao desligamento de pessoal	21	(7.078)	1.460	(7.078)	1.460			
Provisão (reversão) para acordo judicial entre Furnas e empregados								
plano BD								
Provisão (reversão) para perda com investimentos	25	297.913	(496.790)	297.913	(496.790)			
Provisão (reversão) para perda de depósitos judiciais	25	53.897	—	53.897	—			
Provisão (reversão) para PAES - crédito tributário	25	29.019	—	29.019	—			
Provisão (reversão) GAG Melhoria	25	70.479	62.695	70.479	62.695			
Baixa de investimentos	25	9.796	—	9.796	—			
Baixa de imobilizado	10.4	161	879	161	879			
Baixa de financiamento - dação em pagamento	25	(25.042)	(32.760)	(25.042)	(32.760)			
Encargos setoriais		576.894	561.058	576.678	561.036			
Resultado atuarial - benefícios pós-emprego	25	81.011	(144.807)	81.011	(144.807)			
Participação dos não controladores		1.024.249	1.629.614	1.033.621	1.609.129			
(Acréscimos)/decréscimos nos ativos operacionais								
Clientes		(255.654)	26.035	(250.127)	14.411			
Caçooes e depósitos vinculados		(26.272)	(19.537)	(26.271)	(19.545)			
Repacificação do Risco Hidrológico - GSF	6	10.458	65.530	10.458	65.530			
Tributos a recuperar		12.829	73.155	15.201	71.755			
Contas a receber - CIEN	8.1	134.284	—	134.284	—			
Créditos com fornecedores	8	66.496	(139.730)	66.496	(139.730)			
Desativações e alienações em curso	8	(46.146)	(34.578)	(46.146)	(34.578)			
Despesas pagas antecipadamente		(18.275)	(21.288)	(18.275)	(21.288)			
Outros		(16.362)	1.344	(34.866)	(12.739)			
		(138.642)	(49.069)	(149.246)	(76.184)			
(Acréscimos)/decréscimos nos passivos operacionais								
Fornecedores		208.921	139.673	202.327	155.989			
Arendamento mercantil		—	—	53.798	—			
Obrigações estimadas	14	49.803	(29.551)	49.881	(29.593)			
Tributos a recolher		(18.988)	(87.148)	(22.455)	(86.975)			
Convênio Itaipu - revitalização de ativos	21	161.070	—	161.070	—			
Outros		4.062	9.052	12.102	12.175			
		404.868	32.026	456.723	51.596			

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019
 (em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado	
	31.12.2019	(Reapresentado)	31.12.2020	(Reapresentado)	31.12.2019	(Reapresentado)	31.12.2019	(Reapresentado)
Nota	31.12.2020		31.12.2020		Nota	31.12.2020		31.12.2019
1 GERAÇÃO DO VALOR ADICIONADO								
Receitas de vendas de energia e serviços								
Outras receitas operacionais					12.492.442	11.505.044	12.560.610	11.534.231
Menos:					119.467	226.860	117.758	223.008
Insumos								
Custo de energia comprada					(1.753.206)	(1.465.857)	(1.774.985)	(1.480.355)
Materiais					(21.098)	(29.016)	(21.153)	(29.125)
Serviços de terceiros					(552.090)	(704.991)	(564.633)	(709.200)
Outros custos operacionais					(1.899.086)	(1.657.216)	(1.900.661)	(1.660.971)
2 VALOR ADICIONADO BRUTO					8.386.429	7.874.824	8.416.936	7.877.588
Depreciação e amortização					(279.971)	(274.593)	(280.017)	(274.648)
Constituição/reversão de provisões					(633.115)	455.342	(703.725)	455.342
3 VALOR ADICIONADO LÍQUIDO GERADO					7.473.343	8.055.573	7.433.194	8.058.282
Receitas financeiras (transferências)					294.195	151.217	296.270	155.499
Equivalência patrimonial					(322.766)	(61.389)	(254.618)	(56.187)
4 VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR					7.444.772	8.145.401	7.474.846	8.157.594
5 DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO								
Remuneração do trabalho					1.056.350	1.134.111	1.063.392	1.143.603
Governo (impostos e contribuições)					2.554.382	1.722.476	2.556.079	1.724.327
Encargos financeiros e variação monetária								

FURNAS 64 anos

O nosso brilho ilumina essa história

Eletrobras
Furnas

CNPJ 23.274.194/0001-19
MINISTÉRIO DE
MINAS E ENERGIA
PÁTRIA AMADA
BRASIL
GOVERNO FEDERAL

1.2 COVID-19

Em março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) caracterizou a propagação do COVID-19, doença causada pelo novo coronavírus, como pandemia, fazendo com que os países adotassem abordagens que possibilitem a prevenção de infecções, a preservação da vida e a minimização dos impactos decorrentes da referida doença.

Em decorrência da pandemia, foram tomadas medidas restritivas no sentido de determinar o distanciamento social e o fechamento de estabelecimentos comerciais, além da paralisação da indústria. Estas medidas resultaram em desaceleração da cadeia de suprimentos e significativo impacto na economia global.

Furnas mantém acompanhamento diligente quanto à potencial materialização de impactos financeiros, no que diz respeito à pandemia, sobre a capacidade de pagamento de seus compromissos financeiros.

Nesse sentido, constata-se que em 2020 a Empresa não observou impactos relevantes sobre a sua capacidade financeira, de suas Controladas e demais investidas.

A seguir destacamos as principais medidas que foram adotadas pela Empresa.

1.2.1 Contexto Operacional

Três ações foram fundamentais para o enfrentamento da pandemia:

- instalação do monitoramento remoto de subestações;
- reuniões com fornecedores, com coordenação unificada pela Holding, para dirimir os principais obstáculos na implementação das obras e o monitoramento constante dos empreendimentos;
- realização de workshops para compartilhamento de melhores práticas e soluções de problemas em comum.

NOTA 2 - CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES

Furnas detém diversas concessões de serviço público de energia elétrica, cujas principais características são listadas a seguir:

2.1 Geração de Energia Elétrica

Usina	Participação de Furnas (%)	Rio/Local	Potência Instalada (MW) ⁽¹⁾ (*)	Garantia Física (MW médio) (*)	Data da Concessão Original	Data de Vencimento	Data da Assinatura da Renovação (**)	Data de Vencimento Renovado (**)
Em Operação								
Hidrelétricas								
Batalha	100	São Marcos	52,50	48,80	15.08.2006	14.08.2041	Não afetada	—
Corumbá I ⁽⁹⁾	100	Corumbá	375,00	217,40	05.10.1981 e 29.11.1984	29.11.2014	04.12.2012 ⁽²⁾	31.12.2042
Funil ⁽⁹⁾	100	Paraíba do Sul	216,00	115,00	16.06.1961 e 10.03.1967	07.07.2015	04.12.2012 ⁽²⁾	31.12.2042
Furnas ⁽⁹⁾	100	Grande	1.216,00	582,00	26.07.1957	07.07.2015	04.12.2012 ⁽²⁾	31.12.2042
Itumbiara ⁽⁹⁾	100	Paranaíba	2.082,00	964,30	26.02.1970	21.03.2020 ⁽⁸⁾	Não afetada	—
Luiz Carlos Barreto de Carvalho ⁽⁹⁾	100	Grande	1.050,00	495,40	18.06.1962	07.07.2015	04.12.2012 ⁽²⁾	31.12.2042
Marimbondo ⁽⁹⁾	100	Grande	1.440,00	689,70	03.03.1967	07.03.2017	04.12.2012 ⁽²⁾	31.12.2042
Mascarenhas de Moraes ⁽⁹⁾	100	Grande	476,00	289,50	31.10.1973	29.01.2024 ⁽⁷⁾	Não afetada	—
Porto Colômbia ⁽⁹⁾	100	Grande	320,00	186,00	11.03.1967 e 20.08.1968	16.03.2017	04.12.2012 ⁽²⁾	31.12.2042
Simplicio/Anita ⁽⁴⁾	100	Paraíba do Sul	333,70	191,30	15.08.2006	14.08.2041	Não afetada	—
Hidrelétricas Compartilhadas (Parceria)								
Manso(9)	70	Manso	210,00	87,80	10.02.2000	09.02.2035	Não afetada	—
Serra da Mesa(9)	48,46	Tocantins	1.275,00	637,50	06.05.1981 e 12.11.2004	30.09.2040 ⁽⁹⁾	Não afetada	—
Termelétricas								
Campos (Roberto Silveira) ⁽¹¹⁾	100	Campos dos Goytacazes	25,00	20,90	27.07.2007	27.07.2027	Não afetada	—
São Gonçalo (fora de operação)	100	São Gonçalo	—	—	12.01.1953 e 14.07.1977	Prorrogação negada ⁽⁶⁾	—	—
Santa Cruz ⁽⁵⁾	100	Rio de Janeiro	500,00	401,20	22.08.1963 e 10.03.1967	07.07.2015 ⁽¹⁰⁾	Afetada, mas ainda não prorrogada	—

(1) Potência homologada pela Aneel.

(2) 1º Termo aditivo ao contrato nº 004/2004, assinado em 04 de dezembro de 2012.

(3) 2º Termo aditivo ao contrato nº 005/2004, assinado em 26 de maio de 2017. (REA 6055/2016)

(4) Usina de Simplicio, com capacidade instalada 305,70 MW e garantia física de 175,4 MW; PCH Anita com capacidade instalada de 28 MW e garantia física de 15,90 MW.

(5) A potência de 500 MW exclui as UGs 3 e 4, cuja operação comercial se encontra suspensa por tempo indeterminado, conforme despacho Aneel N° 3.263, de 19 de outubro de 2012. Inclui, todavia, a potência de 150 MW ainda não disponível devido ao atraso nas obras de expansão da usina, ao final das quais as UGs 11 e 21 funcionarão em ciclo combinado com as UGs 1 e 2. A garantia física de 401,2 MW é relativa à potência instalada de 500 MW.

(6) Prorrogação negada por meio da Portaria MME nº 245, de 20 de abril de 2012, antes, portanto, da edição da MP 579, em setembro do mesmo ano.

(7) 3º Termo aditivo ao contrato nº 004/2004, assinado em 26 de maio de 2017. (REA 6054/2016)

(8) A Lei nº 13.182, de 03 de novembro de 2015, facultou a Furnas a prorrogação da concessão da UHE Itumbiara em contrapartida a sua participação no Fundo de Energia do Sudeste-Centro-Oeste (FESC) e à celebração de contratos de energia lastreados na garantia física da usina com unidades consumidoras localizadas no submercado Sudeste/Centro-Oeste, a partir de leilões promovidos por Furnas. Assim sendo, e da adesão da Empresa ao regime previsto pela referida Lei, Furnas terá a prorrogação da concessão da UHE Itumbiara por prazo adicional de até 30 anos. Conforme despacho ANEEL nº 3.108, de 03/11/2020, o processo 48500.001030/2015-13 foi encaminhado ao Ministério de Minas e Energia pelo Diretor Geral da ANEEL, recomendando a prorrogação do prazo da outorga de concessão e encaminhando a minuta de contrato de concessão.

(9) A Portaria MME Nº 178, de 3/05/2017, revisou os valores de garantia física de energia das Usinas Hidrelétricas Despachadas Centralizadamente no SIN, com validade a partir de 1º de janeiro de 2018.

(10) Solicitada à Aneel prorrogação da concessão nos termos do requerimento REQ.GCO.P027.2013, de 05.07.2013 cujas condições seguem vigentes.

(11) A UTE Roberto Silveira (Campos) encontra-se fora de operação comercial, conforme consta no Despacho ANEEL 708/2019. Potência instalada de 25,00 MW conforme despacho ANEEL 484/2016.

(*) Informação não auditada.

(**) Segundo Lei nº 12.783/2013.

Ainda no segmento de geração de energia, Furnas participa em Sociedades de Propósito Específico (SPEs) detentoras de empreendimentos de geração, cujo detalhamento apresentamos a seguir:

Empreendimento	Participação de Furnas (%)	Rio ou Município/Estado ou Estado/País	Potência Instalada (MW) ⁽¹⁾ (*)	Garantia Física (MW médio) (*)	Data da Concessão ou Outorga	Data de Vencimento
Hidrelétricas em Operação						
Baguari ⁽⁵⁾	15,00	Doce	140,00	84,70	15.08.2006	14.08.2041
Foz do Chapecó ⁽⁵⁾	40,00	Uruguai	855,00	427,20	07.11.2001	06.11.2036
Peixe Angical ⁽⁵⁾	40,00	Tocantins	498,75	280,50	07.11.2001	06.11.2036
Retiro Baixo ⁽⁵⁾	49,00	Paraopeba	82,00	36,60	15.08.2006	14.08.2041
Santo Antônio ^{(7) (10)}	43,06	Madeira	3.568,30	2.424,20	13.06.2008	12.06.2043
São Manoel ⁽⁹⁾	33,33	Teles Pires	735,84	430,40	10.04.2014	09.04.2049
Serra do Fácão ⁽⁵⁾	49,47	São Marcos	212,58	178,80	07.11.2001	06.11.2036
Teles Pires	24,50	Teles Pires	1.819,80	930,70	07.06.2011	06.06.2046
Hidrelétricas em Operação - Regime de Cotas						
Três Irmãos	49,90	Tietê	807,50	217,50	10.10.2014	09.10.2044
Empreendimento Suspensão						
Inambari ⁽²⁾	19,60	AM/Peru	2.200,00	—	—	—
Complexos Eólicos - Brasil VENTOS Energia S.A. ⁽⁶⁾						
Fortim - São Januário ⁽¹¹⁾	100%	Fortim/CE	21,00	9,70	19.07.2012	18.07.2047
Fortim - Nossa Senhora de Fátima ⁽¹¹⁾	100%	Fortim/CE	30,00	13,60	10.08.2012	09.08.2047
Fortim - Jandaia ⁽¹¹⁾	100%	Fortim/CE	27,00	14,10	10.08.2012	09.08.2047
Fortim - São Clemente ⁽¹¹⁾	100%	Fortim/CE	21,00	10,20	26.07.2012	25.07.2047
Fortim - Jandaia I ⁽¹¹⁾	100%	Fortim/CE	24,00	10,60	06.07.2012	05.07.2047
Famosa - Famosa I ⁽³⁾	49%	Tibau/RN	—	—	—	—
Famosa - Pau Brasil ⁽³⁾	49%	Icapuí/CE	—	—	—	—
Famosa - Rosada ⁽³⁾	49%	Tibau/RN	—	—	—	—
Famosa - São Paulo ⁽³⁾	49%	Icapuí/CE	—	—	—	—
Baleia - Bom Jesus ⁽³⁾	49%	Itapipoca/CE	—	—	—	—
Baleia - Cachoeira ⁽³⁾	49%	Itapipoca/CE	—	—	—	—
Baleia - Pitimbu ⁽³⁾	49%	Itapipoca/CE	—	—	—	—
Baleia - São Caetano ⁽³⁾	49%	Itapipoca/CE	—	—	—	—
Baleia - São Caetano I ⁽³⁾	49%	Itapipoca/CE	—	—</		

2.2.1 Sistema Itaipu

Entre os empreendimentos construídos e operados por Furnas, destaca-se o sistema de transmissão de Itaipu, integrado por três troncos de transmissão em corrente alternada (750 kV) e duas linhas em corrente contínua (± 600 kV). Os troncos de transmissão em corrente alternada são compostos por nove linhas de transmissão que ligam Foz do Iguaçu, Ivaiporã, Itaberá e Tijucu Preto. Já as linhas de corrente contínua interligam diretamente Foz do Iguaçu a Ibiúna. A distância cruzada por esses sistemas, entre os Estados do Paraná e São Paulo, é de aproximadamente 900 km.

2.2.2 Empreendimentos de transmissão em regime de SPE

Investida	Linha	km ⁽¹⁾ (*)	Subestação	Capacidade de Transformação (MVA)	Data da Concessão ou Outorga	Prazo da Concessão ou Outorga
Baguari Energia	LT 230 kV UHE Baguari - Baguari C1 e C2 ⁽³⁾	1,21	—	—	15.08.2006	35 anos
	LT 230 kV UHE Baguari - Baguari C3 e C4 ⁽³⁾	1,36	—	—		
Belo Monte Transmissora de Energia	LT 800 kV Xingu - Estreito C1 e C2 (Bipolo 1) ⁽⁶⁾	4.152,04	Estação Conversora 4.000 MW na SE Xingu (Bipolo 1) ⁽²⁾	4.752,00	16.06.2014	30 anos
			Estação Conversora 3.850 MW na SE Estreito (Bipolo 1) ⁽²⁾	4.660,80		
Caldas Novas Transmissão	—	—	SE Corumbá - Ampliação da SE UHE Corumbá ⁽²⁾	150,00	16.06.2011	30 anos
Empresa de Energia São Manoel	LT 500 kV UHE São Manoel - Paranaita C1	40,00	SE UHE São Manoel	780,00	10.04.2014	35 anos
Chapaeoense Geração	LT 230 kV UHE Foz do Chapecó - Foz do Chapecó C1 e C2 ⁽³⁾	2,93	—	—	07.11.2001	35 anos
	LT 230 kV UHE Foz do Chapecó - Foz do Chapecó C3 e C4 ⁽³⁾	2,90	—	—		
Enerpeixe	LT 500 kV Peixe Angical - Peixe 2 C1	20,00	SE UHE Peixe Angical	525,00	07.11.2001	35 anos
Goiás Transmissão	LT 500 kV Rio Verde Norte - Trindade C1 e C2 ⁽³⁾	373,90	SE Trindade	1.600,00	12.07.2010	30 anos
	LT 230 kV Trindade - Xavantes C1 e C2 ⁽³⁾	74,12				
	LT 230 kV Trindade - Carajás C1	30,53				
Interligação Elétrica do Madeira	LT 600 kV Coletora Porto Velho - Araraquara 2 C1 e C2 (Bipolo 1) ⁽⁶⁾	4.769,12	Estação Retificadora 3.150 MW na SE Coletora Porto Velho (Bipolo 2) ⁽²⁾	3.831,96	26.02.2009	30 anos
Lago Azul Transmissão	LT 230 kV Barro Alto - Itapaci C2	69,34	Estação Inversora 2.950 MW na SE Araraquara 2 (Bipolo 2) ⁽²⁾	3.631,92		
Madeira Energia	LT 500 kV UHE Santo Antônio - Coletora Porto Velho C1	12,90	SE UHE Santo Antônio	4.130,00	13.06.2008	35 anos
	LT 500 kV UHE Santo Antônio - Coletora Porto Velho C2	13,55				
	LT 500 kV UHE Santo Antônio - Coletora Porto Velho C3 e C4 ⁽³⁾	29,20				
	LT 230 kV UHE Santo Antônio - Porto Velho C1 e C2 ⁽³⁾	39,60				
MGE Transmissão	LT 500 kV Mesquita - Viana 2 C1	252,06	SE Viana 2 + ampliação ⁽⁵⁾	900,00 + 900,00	12.07.2010	30 anos
Paranaíba Transmissora de Energia	LT 345 kV Viana 2 - Viana C1 e C2 ⁽³⁾	15,00	—	—	14.05.2014	30 anos
	LT 500 kV Barreiras II - Rio das Éguas C1	239,07				
	LT 500 kV Rio das Éguas - Luziânia C1	368,04				
Retiro Baixo Energética	LT 500 kV Luziânia - Pirapora 2 C1	346,19	SE UHE Santo Antônio	4.130,00	02.05.2013	30 anos
Serra do Facão Energia	LT 138 kV Serra do Facão - Catalão C1 e C2 ⁽³⁾	65,60				
Teles Pires Participações	LT 500 kV Teles Pires - Paranaíta C1 e C2 ⁽³⁾	18,60				
Transenergia Goiás	LT 230 kV Serra da Mesa - Niquelândia C2	99,72				
	LT 230 kV Barro Alto - Niquelândia C2	87,26	SE Edéia	300,00	23.04.2009	30 anos
Transenergia Renovável	LT 230 kV Barra dos Coqueiros - Quirinópolis C1	51,31				
	LT 138 kV Quirinópolis - UTE Quirinópolis C1	33,88				
	LT 138 kV Quirinópolis - UTE Boa Vista C1	16,35				
	LT 230 kV Chapadão - Jataí C1 e C2 ⁽³⁾	276,10				
	T 138 kV Jataí - Mineiros C1	61,41	SE Jataí	450,00	—	—
	LT 138 kV Jataí - UTE Água Emendada C1	32,56				
	LT 138 kV Mineiros - Morro Vermelho C1	46,85	SE Mineiros ⁽⁴⁾	—	—	—
	LT 138 kV Morro Vermelho - UTE Alto Taquari C1	30,11				
	LT 230 kV Palmeiras - Edéia C1	58,58	SE Quirinópolis	225,00	—	—
	LT 138 kV Edéia - UTE Tropical Bioenergia I e II C1	48,88				
Transenergia São Paulo	—	—	SE Itatiba	1.200,00	19.11.2009	30 anos
Triângulo Mineiro Transmissora	LT 500 kV Marimbondo II - Assis C1	298,43	SE Brasília Leste	1.080,00	14.08.2013	30 anos
Vale do São Bartolomeu Transmissora de Energia	LT 500 kV Luziânia - Brasília Leste C1	68,86				
	LT 500 kV Luziânia - Brasília Leste C2	66,99				
	LT 345 kV Samambaia - Brasília Sul C3	14,00				
	LT 230 kV Brasília Sul - Brasília Geral C3 (subterrânea)	13,55				
Mata de Santa Genebra Transmissão	LT 500 kV Itatiba - Bateias C1	414,26	SVC 300 Mvar na SE Santa Bárbara D'Oeste ⁽²⁾	—	14.05.2014	30 anos
	LT 500 kV Araraquara 2 - Itatiba C1	222,59	SVC 300 Mvar na SE Itatiba ⁽²⁾	—	—	—
	LT 500 kV Araraquara 2 - Fernão Dias C1	249,60	SE Fernão Dias	3.600,00	—	—
Brasil Ventos Energia - Fortim	LT 230 kV Jandaia - Russas II C1	68,76	SE Jandaia	140,00	26.07.2012	35 anos

⁽¹⁾ Valores aproximados.

⁽²⁾ A subestação acessada não pertence à SPE.

⁽³⁾ Circuito Duplo - quilometragem dobrada.

⁽⁴⁾ Subestação de manobra, sem capacidade de transformação.

⁽⁵⁾ Empreendimento em construção.

⁽⁶⁾ Para as linhas de transmissão em corrente contínua de SPE foi alterada a premissa de contabilização da extensão de rede, de forma a alinhar com as premissas adotadas pelo Ministério de Minas e Energia. Nesses casos Furnas passou a considerar a extensão por polo, e não mais por trecho, como era relatado anteriormente.

Nota: LT = linha de transmissão; SE = subestação.

^(*) Informação não auditada.

NOTA 3 - RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras estão elencadas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

3.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras da Empresa compreendem as demonstrações financeiras individuais da controladora, identificadas como Controladora, e as demonstrações financeiras consolidadas, identificadas como Consolidado, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRSs) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem os pronunciamentos, interpretações e orientações expedidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovado pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pela CVM, e as disposições contidas na legislação societária brasileira.

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuível aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas e o patrimônio líquido e resultado da controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais a Empresa optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

As demonstrações financeiras da Empresa apresentam a avaliação dos investimentos em controladas e empreendimentos controlados em conjunto pelo método da equivalência patrimonial, de acordo com a legislação brasileira vigente e em conformidade com as normas internacionais. A revisão do Pronunciamento Técnico nº 07 do CPC (aprovada em dezembro de 2014) alterou o CPC 35, o CPC 37 e o CPC 18 e autorizou a utilização da equivalência patrimonial nas demonstrações separadas da investidora, eliminando essa diferença, até então existente, entre a legislação brasileira e a norma internacional. Já para os investimentos em empreendimentos onde a Empresa detém o controle, as demonstrações financeiras dessas controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que se obtém o controle até a data em que o controle deixa de existir.

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de alguns ativos e passivos não circulantes e instrumentos financeiros provenientes de suas investidas. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

A preparação das demonstrações financeiras envolve o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Empresa no processo de aplicação das políticas contábeis de Furnas e suas investidas em conjunto. Sendo assim, aquelas áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras estão divulgadas na Nota 3.3.

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando o Real, moeda do principal ambiente econômico onde a Empresa atua (moeda funcional). As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais.

As demonstrações financeiras foram objeto de manifestação favorável pelo Conselho de Administração em 25 de março de 2021.

3.2 Práticas e políticas contábeis

As práticas e políticas contábeis relacionadas a seguir foram aplicadas consistentemente pela Empresa e suas investidas em suas demonstrações financeiras.

3.2.1 Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem informações de Furnas e das controladas Transenergia Goiás S.A. e Brasil Ventos S.A., considerando as participações descritas na Nota 9.1.

As transações entre companhias, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Empresa.

3.2.2 Caixa e equivalente de caixa

FURNAS 64 anos

O nosso brilho ilumina essa história

3.2.9 Imobilizado

Está demonstrado pelo custo de aquisição líquido da depreciação acumulada. A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo e calculada pelo método linear, e apropriada ao resultado do exercício, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual, após sua vida útil, seja integralmente baixado (exceto para terrenos e construções em andamento). As taxas anuais de depreciação estão determinadas na Resolução ANEEL nº 674, de 11 de agosto de 2015, conforme previsto pela Orientação Técnica OCPC 05 - Contratos de Concessão (item 111).

A vida útil estimada de cada bem, os valores residuais e os métodos de depreciação são efetuados em conformidade com as regras estabelecidas pelo Poder Concedente, representado pela ANEEL. Adicionalmente, a mesma também é responsável por estabelecer a apuração do valor da indenização dos bens reversíveis no vencimento do prazo da concessão. Essa estimativa é revisada periodicamente e aceita pelo mercado como razoável e adequada para efeitos contábeis e regulatórios e representa a melhor estimativa de vida útil econômica dos bens.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança.

O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em outras receitas (ou despesas) operacionais líquidas na demonstração do resultado.

Os bens de geração, não afetados pela Lei nº 12.783/2013 (terrenos, edificações, imobilizações em andamento, móveis e utensílios e equipamentos - não qualificáveis na CPC 01 (R1) - Contrato de Concessão) estão demonstrados ao valor de custo, deduzidos de depreciação e perda por redução ao valor recuperável (Nota 10).

São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos capitalizados. Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso. A depreciação desses ativos se inicia quando estes estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados. Ressalta-se que, segundo as normas contábeis, os terrenos não sofrem depreciação.

3.2.10 Ativo intangível

As faixas de serviços permanentes são registradas pelo custo de aquisição. Os softwares de manutenção de sistema corporativo são registrados e avaliados ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável.

Neste grupo, também estão incluídos os valores provenientes do direito de uso da infraestrutura para ser utilizada pela outorgante, que são estabelecidos no contrato de concessão para exploração do potencial de energia hidráulica, os quais são registrados pelo valor das retribuições ao Poder Concedente pelo aproveitamento do potencial hidrelétrico, descontados a valor presente, a taxa implícita do projeto.

3.2.10.1 Baixa de ativo intangível

Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso ou da alienação. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, mensurados como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado.

3.2.10.2 Ativo intangível proveniente do direito da exploração das concessões

O ativo intangível que corresponde ao direito de exploração de concessões de Furnas decorre de Uso do Bem Público (UBP), o qual foi concedido a determinadas concessionárias de geração mediante a contraprestação de pagamentos para a União a título de UBP. O registro desta obrigação a valor presente na data da assinatura dos respectivos contratos teve como contrapartida a conta de ativo intangível. Estes valores, capitalizados pelos juros incorridos da obrigação até a data de entrada em operação, estão sendo amortizados linearmente pelo período remanescente da concessão.

3.2.11 Provisão ao valor recuperável de ativos imobilizados e intangíveis

No fim de cada exercício, o valor contábil de seus ativos imobilizados e intangíveis são revisados para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante da provisão.

Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, calcula-se o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida ou ainda não disponível para uso, são submetidos ao teste de redução ao valor recuperável pelo menos uma vez ao ano ou sempre que houver qualquer indicação de que o ativo possa apresentar perda por redução ao valor recuperável.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente, pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflete uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Quando a perda por redução ao valor recuperável é revertida, ocorre o aumento do valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) para a estimativa revisada de seu valor recuperável, desde que não excede o valor contábil que teria sido determinado, caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo (ou unidade geradora de caixa) em exercícios anteriores. A reversão da provisão de perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

3.2.12 Passivos financeiros e instrumentos de patrimônio

3.2.12.1 Classificação como instrumento de dívida ou de patrimônio

Instrumentos de dívida e de patrimônio emitidos são classificados como passivos financeiros, ou patrimônio, de acordo com a natureza do acordo contratual e as definições de passivo financeiro e instrumento de patrimônio.

3.2.12.2 Instrumentos de patrimônio

Um instrumento de patrimônio é um contrato que evidencia uma participação residual nos ativos de uma empresa após a dedução de todas as suas obrigações. Os mesmos são reconhecidos quando os recursos são recebidos, líquidos dos custos diretos de emissão.

3.2.12.3 Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados, tanto no circulante como no não circulante, nas rubricas "fornecedores", "financiamentos e empréstimos" e "outros". São mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros no respectivo exercício. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários e pontos pagos ou recebidos que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos) ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

3.2.12.3.1 Baixa de passivos financeiros

A baixa de passivos financeiros é procedida somente quando as obrigações são extintas, canceladas ou quando vencem. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga a pagar é reconhecida no resultado.

3.2.12.3.2 Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*) no caso de contas a receber, estejam próximas de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para instrumentos financeiros similares.

3.2.13 Impostos correntes

As provisões para Imposto de Renda (IR) e Contribuição Social (CSSL) estão baseadas no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui valores (receitas ou despesas) tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente.

As provisões para IR e CSSL são calculadas individualmente com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício.

Furnas adota o regime de tributação com base no lucro real. As bases de cálculo do IR e da CSSL consistem no lucro, sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares de 15%, acrescida do adicional de 10%, para o IR e de 9% para a CSSL e estão inseridas no contexto da não cumulatividade na apuração do Programa de Integração Social - PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS.

Conforme facultado pela legislação tributária algumas controladas optaram pelo regime de tributação com base no lucro presumido. As bases de cálculo do IR e da CSSL são calculadas à razão de 8% no cálculo de IR e 12% no cálculo de CSSL sobre as receitas brutas provenientes da venda de energia e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares de 15%, acrescidas do adicional de 10% para o IR e de 9% para a CSSL.

3.2.14 Impostos diferidos

O IR e CSSL diferidos (impostos diferidos) são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final de cada exercício entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável.

Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a empresa apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício e quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço. A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a empresa espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos. Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se os critérios definidos pela regra fiscal forem atendidos.

Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado, exceto quando corresponde a itens registrados em outros resultados abrangentes, ou diretamente no patrimônio líquido, caso em que os impostos correntes e diferidos também são reconhecidos em outros resultados abrangentes ou diretamente no patrimônio líquido, respectivamente.

3.2.15 Benefícios a empregados

A Empresa é patrocinadora de fundo de pensão em que os planos são financiados por pagamentos a fundos fiduciários, determinados por cálculos atuariais periódicos. Existem planos de benefício definido (BD) e, também, de contribuição definida (CD).

Em geral, os planos de BD estabelecem um valor de benefício que um empregado receberá em sua aposentadoria, normalmente dependente de um ou mais fatores, como: idade, tempo de serviço e remuneração.

O passivo reconhecido no balanço patrimonial, com relação ao plano de pensão de BD, é o valor presente da obrigação de BD na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano, com os ajustes dos custos de serviços passados não reconhecidos.

A obrigação de BD é calculada anualmente por atuários independentes, usando o método da unidade de crédito projetada. O valor presente da obrigação de BD é determinado mediante o desconto das saídas futuras estimadas de caixa, usando taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, as quais são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daquelas da respectiva obrigação do plano de pensão.

Os custos de serviços passados são reconhecidos no resultado, a menos que as mudanças do plano de pensão estejam condicionadas à permanência do empregado no emprego, por um período de tempo específico (o período no qual o direito é adquirido).

Nesse caso, os custos de serviços passados são amortizados pelo método linear durante o período em que o direito foi adquirido.

Um plano de CD é um plano de pensão segundo o qual são feitas contribuições fixas a uma entidade separada. Para a empresa, não existem obrigações legais nem constitutivas de fazer contribuições se o fundo não tiver ativos suficientes para pagar a todos os empregados, os benefícios relacionados com o serviço do empregado no período corrente e anterior.

Com relação ao plano de CD, são feitas contribuições para planos de seguro de pensão públicos ou privados de forma obrigatória, contratual ou voluntária. Não há nenhuma obrigação adicional de pagamento depois que a contribuição é efetuada.

As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando devidas. As contribuições feitas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na proporção em que um reembolso, em dinheiro ou uma redução dos pagamentos futuros, estiver disponível.

Furnas possui outros benefícios pós-emprego relacionados com seguro de vida e plano de saúde que também foram determinados atuariamente e que se encontram provisionados.

A Empresa contabiliza os ganhos e perdas atuariais reconhecendo-os de forma integral na rubrica outros resultados abrangentes (ORA) no Patrimônio Líquido (PL), conforme previsto no CPC 33 (R1), líquido dos efeitos tributários.

3.2.16 Remuneração aos acionistas

A remuneração aos acionistas se dá sob a forma de dividendos e/ou juros sobre capital próprio (JCP), baseados nos limites definidos em lei.

A política de reconhecimento contábil de dividendos está em consonância com as normas previstas nos CPC 25 e ICP 08 (R1), as quais determinam que os dividendos propostos a serem pagos, e que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante.

O estatuto social da Empresa estabelece que, no mínimo, 25% do lucro líquido anual seja distribuído a título de dividendos.

Desse modo, no encerramento do exercício social, e após as devidas destinações legais, a Empresa registra a provisão equivalente ao dividendo mínimo obrigatório no passivo circulante e os dividendos propostos excedentes ao mínimo obrigatório como dividendo adicional proposto no patrimônio líquido.

Os lucros não destinados deverão ser distribuídos como dividendos, nos termos da Lei nº 10.303/2001.

3.2.17 Reconhecimento de receita

Para determinar quando reconhecer uma receita, e por qual valor, a Empresa aplica um modelo de cinco etapas, sendo elas: identificação do contrato; identificação das obrigações de desempenho; determinação do preço da transação; alocação do preço de transação e reconhecimento da receita. O modelo especifica que a receita deve ser reconhecida quando (ou conforme) uma entidade transfere o controle de bens ou serviços para os clientes, pelo valor que a entidade espera ter direito a receber. Dependendo se determinados critérios são cumpridos, a receita é reconhecida:

- Com o passar do tempo, de forma a refletir o desempenho da entidade da melhor maneira possível; ou
- Em um determinado momento, quando o controle do bem ou serviço é transferido para o cliente.

A norma determina que a Empresa só pode contabilizar os efeitos de um contrato com um cliente quando for provável que receberá a contraprestação à qual terá direito em troca dos bens ou serviços que serão transferidos. Contratos celebrados com clientes que apresentam longo histórico de inadimplência e que por diversos motivos não estão com o fornecimento de energia suspenso deixarão de ter as respectivas receitas reconhecidas. Os contratos de concessão de transmissão foram considerados como ativos contratuais e registrados de acordo com o CPC 47/IFRS 15.

3.2.18 Ativo de Contrato de Transmissão

De acordo com o contrato de concessão, uma transmissora de energia é responsável por transportar a energia elétrica até os pontos de distribuição. Para cumprir essa responsabilidade, a transmissora possui duas obrigações de desempenho distintas: (i) construir, e (ii) manter e operar a infraestrutura.

Ao cumprir essas duas obrigações de desempenho, a transmissora de energia mantém sua infraestrutura de transmissão disponível para os usuários e em contrapartida recebe uma remuneração denominada Receita Anual Permitida (RAP), durante toda a vigência do contrato de concessão. Estes recebimentos amortizam os investimentos feitos nessa infraestrutura de transmissão. Eventuais investimentos não amortizados geram o direito de indenização do Poder Concedente (quando previsto no contrato de concessão), que recebe toda a infraestrutura de transmissão ao final do contrato de concessão.

Até 31 de dezembro de 2017, a infraestrutura de transmissão era classificada como ativo financeiro sob o escopo do ICPC 01/IFRIC 12 e mensurada ao custo amortizado. Desta forma eram contabilizadas receitas de construção e de operação com margem zero, além da receita de remuneração da infraestrutura de concessão com base na taxa interna de retorno (TIR) de cada projeto, juntamente com a variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

Com a entrada em vigor, em 01 de janeiro de 2018 do CPC 47/IFRS 15, o direito à contraprestação por bens e serviços está condicionado ao cumpr

3.3.3 Provisões para riscos tributários, cíveis, trabalhistas e outros (nota 18)

Furnas reconhece provisão para riscos com causas tributárias, cíveis, trabalhistas e outros. A avaliação da probabilidade de perda inclui a análise das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração da Empresa revisa suas estimativas e premissas em bases trimestrais.

3.3.4 Obrigações atuariais (nota 16)

As obrigações atuariais são determinadas por cálculos atuariais elaborados por atuários independentes. Os resultados reais futuros podem ser distintos das estimativas contábeis utilizadas nestas demonstrações financeiras, dadas as diferenças entre as variáveis, premissas e condições efetivamente verificadas e as utilizadas na época do julgamento.

3.3.5 Contabilização de contratos de concessão (nota 7)

Na contabilização dos contratos de concessão, a Empresa efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente, no que diz respeito à aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação de receitas de implementação da infraestrutura, ampliação, reforços e melhorias como ativo contratual. Nesta avaliação, determina-se a forma de reconhecimento dos contratos, incluindo a taxa de desconto e as receitas de infraestrutura associadas.

3.4 Arrendamento

3.4.1 Contratos de arrendamento (leasing)

A Empresa avalia, na data de início do contrato, se o mesmo é ou contém um arrendamento e aplica uma abordagem única de reconhecimento e mensuração, exceto para arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor individual.

3.4.2 Direito de uso de arrendamentos

Os direitos de uso de arrendamentos, inicialmente, compreendem o passivo de arrendamento acrescido dos pagamentos antecipados. Esses ativos são depreciados com base na vigência dos contratos de arrendamento e avaliados quanto à perda por redução do valor recuperável (*impairment*). Adicionalmente, são ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento.

3.4.3 Arrendamentos a pagar

Os arrendamentos a pagar são inicialmente mensurados ao valor presente dos fluxos de pagamentos futuros, descontado pela taxa incremental de financiamento, uma vez que a taxa de juros implícita no arrendamento não é facilmente determinável. O fluxo de pagamentos futuros compreende pagamentos variáveis que dependam de índice ou taxa.

Posteriormente, o passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado utilizando-se o método de taxa de juros efetiva, e remensurado (com correspondente ajuste no direito de uso relacionado) quando há modificação, mudança no prazo do arrendamento, alteração nos pagamentos futuros motivada, por exemplo, por atualizações monetárias, ou alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas no período em que ocorrem. A Empresa aplica a isenção de reconhecimento de arrendamentos de curto prazo, ou seja, arrendamentos de ativos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início, e de ativos de baixo valor individual, os quais são reconhecidos como despesa ao longo do prazo do arrendamento.

3.7 Reapresentação

Em decorrência da adoção inicial do ofício da CVM 04/2020, referente a Ativo Contratual e de um novo critério de apresentação de saldos adotado em 2020 referente ao Almoxarifado e à Impostos e Contribuição Social, a Empresa procedeu à reapresentação das seguintes demonstrações financeiras:

3.7.1 Balanço Patrimonial (BP) de 31.12.2019

ATIVO	Controladora			Consolidado		
	Anteriormente apresentado	Ajuste	Reapresentado	Anteriormente apresentado	Ajuste	Reapresentado
CIRCULANTE						
Caixa e equivalente de caixa	9.640	—	9.640	72.607	—	72.607
Títulos e valores mobiliários	684.930	—	684.930	684.930	—	684.930
Clientes	1.133.403	—	1.133.403	1.145.914	—	1.145.914
Créditos CCEE Repartuição GSF	10.458	—	10.458	10.458	—	10.458
Remuneração das participações societárias	108.294	—	108.294	108.294	—	108.294
RBSE - concessão de serviço público	3.641.821	(3.641.821)	—	3.641.821	(3.641.821)	—
Ativo contratual de transmissão	109.108	(109.108)	—	115.572	(115.572)	—
Ativo de contrato	—	3.971.031	3.971.031	—	3.977.495	3.977.495
Impostos e contribuições sociais	1.281.482	(1.281.482)	—	1.283.752	(1.283.752)	—
Almoxarifado	34.785	(34.785)	—	34.785	(34.785)	—
Outros ativos	306.886	34.785	341.671	307.256	34.785	342.041
	7.320.807	(1.061.380)	6.259.427	7.405.389	(1.063.650)	6.341.739
NÃO CIRCULANTE						
Realizável a longo prazo						
Clientes	266.852	—	266.852	266.852	—	266.852
Impostos e contribuições sociais	29.019	(29.019)	—	29.019	(29.019)	—
Almoxarifado	112.475	(112.475)	—	112.475	(112.475)	—
Cauções e depósitos vinculados	849.354	—	849.354	849.362	—	849.362
Adiantamento para futuro aumento de capital	44.691	—	44.691	1.541	—	1.541
RBSE - concessão de serviço público	13.867.481	(13.867.481)	—	13.867.481	(13.867.481)	—
Ativo contratual de transmissão	3.121.079	(3.121.079)	—	3.194.880	(3.194.880)	—
Ativo de contrato	—	17.011.294	17.011.294	—	17.119.966	17.119.966
Ativos financeiros de geração	1.329.674	(1.329.674)	—	1.329.674	(1.329.674)	—
Concessões Indenizáveis - Geração	—	1.329.674	1.329.674	—	1.329.674	1.329.674
Outros ativos	22.674	112.475	135.149	41.142	112.475	153.617
	19.643.299	(6.285)	19.637.014	19.692.426	28.586	19.721.012
Investimentos	6.870.379	(28.819)	6.841.560	6.456.004	(61.568)	6.394.436
Imobilizado	5.699.531	—	5.699.531	6.267.617	—	6.267.617
Intangível	163.394	—	163.394	289.130	—	289.130
	32.376.603	(35.104)	32.341.499	32.705.177	(32.982)	32.672.195
	39.697.410	(1.096.484)	38.600.926	40.110.566	(1.096.632)	39.013.934
TOTAL DO ATIVO						
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO						
CIRCULANTE						
Fornecedores	535.789	—	535.789	553.318	—	553.318
Financiamentos e empréstimos	1.627.157	—	1.627.157	1.629.430	—	1.629.430
Debêntures - encargos	543	—	543	543	—	543
Impostos e contribuições sociais	1.671.439	(1.281.482)	389.957	1.672.807	(1.283.752)	389.055
Remuneração aos acionistas	763.284	—	763.284	763.284	—	763.284
Concessões a pagar - uso do bem público	1.710	—	1.710	1.710	—	1.710
Obrigações estimadas	228.079	—	228.079	228.852	—	228.852
Encargos setoriais	89.751	—	89.751	90.242	—	90.242
Benefícios pós-emprego	11.447	—	11.447	11.447	—	11.447
Outros	43.977	—	43.977	50.355	—	50.355
	4.973.176	(1.281.482)	3.691.694	5.001.988	(1.283.752)	3.718.236
NÃO CIRCULANTE						
Fornecedores	—	—	—	1.588	—	1.588
Financiamentos e empréstimos	5.753.000	—	5.753.000	6.089.622	—	6.089.622
Debêntures - principal	450.000	—	450.000	450.000	—	450.000
Impostos e contribuições sociais	2.783.365	124.833	2.908.198	2.788.670	126.624	2.915.294
Concessões a pagar - uso do bem público	33.817	—	33.817	33.817	—	33.817
Provisões para contingências	1.538.908	—	1.538.908	1.538.908	—	1.538.908
Benefícios pós-emprego	1.768.647	—	1.768.647	1.768.647	—	1.768.647
Adiantamentos para futuro aumento de capital (AFAC)	61.705	—	61.705	67.684	—	67.684
Provisão para contratos onerosos	222.881	—	222.881	222.881	—	222.881
Encargos setoriais	294.180	—	294.180	294.180	—	294.180
Outros	260.084	—	260.084	294.085	—	294.085
	13.166.587	124.833	13.291.420	13.550.082	126.624	13.676.706
PATRIMÔNIO LÍQUIDO						
Capital social	6.531.154	—	6.531.154	6.531.154	—	6.531.154
Reservas de capital	5.053.045	—	5.053.045	5.053.045	—	5.053.045
Reservas de lucros:						
Reserva legal	756.649	—	756.649	756.649	—	756.649
Reserva especial de dividendos não distribuídos	3.737.481	—	3.737.481	3.737.481	—	3.737.481
Reserva de lucros a realizar	8.209.219	—	8.209.219	8.209.219	—	8.209.219

FURNAS 64 anos
O nosso brilho
ilumina essa
história

CNPJ 23.274.194/0001-19

Eletrobras
Furnas

MINISTÉRIO DE

MINAS E ENERGIA

PÁTRIA AMADA
BRASIL
GOVERNO FEDERAL

3.7.4 Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC) de 31.12.2019

	Controladora			Consolidado		
	Anteriormente apresentado	Ajuste	Reapresentado	Anteriormente apresentado	Ajuste	Reapresentado
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	3.442.418	909.245	4.351.663	3.443.124	909.454	4.352.578
Ajustes para reconciliar o lucro com o caixa gerado pelas operações:						
Encargos financeiros	537.159	222.483	759.642	537.159	222.483	759.642
Receita de ativo contratual - RBSE	(2.241.887)	2.241.887	–	(2.241.887)	2.241.887	–
Receita de ativo contratual de transmissão	(136.535)	(3.327.259)	(3.463.794)	(141.664)	(3.332.207)	(3.473.871)
Receita de construção	(338.273)	32.761	(305.512)	(340.176)	32.761	(307.415)
Resultado da equivalência patrimonial	32.570	28.819	61.389	22.629	33.558	56.187
Participação dos não controladores	–	–	–	14	(48)	(34)
Outros	226.226	–	226.226	222.042	–	222.042
(Acréscimos)/decréscimos nos ativos operacionais						
Almoxarifado	3.777	(3.777)	–	3.777	(3.777)	–
Desativações e alienações em curso	–	(34.578)	(34.578)	–	(34.578)	(34.578)
Outros	(52.846)	38.355	(14.491)	(79.961)	38.355	(41.606)
Acréscimos/(decréscimos) nos passivos operacionais						
Fornecedores	92.272	47.401	139.673	108.588	47.401	155.989
Tributos a recolher	675.055	(762.203)	(87.148)	675.228	(762.203)	(86.975)
Outros	(20.499)	–	(20.499)	(17.466)	48	(17.418)
Caixa proveniente das atividades operacionais						
Amortização de ativo contratual - RBSE	3.279.655	(3.279.655)	–	3.279.655	(3.279.655)	–
Recebimento de ativo contratual de transmissão	210.523	3.171.719	3.382.242	217.215	3.171.719	3.388.934
Pagamento à entidade de previdência complementar - Plano BD/CD	(40.954)	(47.401)	(88.355)	(40.954)	(47.401)	(88.355)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(2.215.434)	762.203	(1.453.231)	(2.215.434)	762.203	(1.453.231)
Outros	(1.267.654)	–	(1.267.654)	(1.267.654)	–	(1.267.654)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	2.185.573	–	2.185.573	2.164.235	–	2.164.235
Caixa líquido usado nas atividades de investimento	(571.739)	–	(571.739)	(873.836)	–	(873.836)
Caixa líquido usado nas atividades de financiamento	(1.632.287)	–	(1.632.287)	(1.290.953)	–	(1.290.953)
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	(18.453)	–	(18.453)	(554)	–	(554)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	28.093	–	28.093	73.161	–	73.161
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	9.640	–	9.640	72.607	–	72.607

3.7.5 Demonstração do Valor Adicionado (DVA) de 31.12.2019

	Controladora			Consolidado		
	Anteriormente apresentado	Ajuste	Reapresentado	Anteriormente apresentado	Ajuste	Reapresentado
1 GERAÇÃO DO VALOR ADICIONADO						
Receitas de vendas de energia e serviços	10.344.497	1.160.547	11.505.044	10.368.736	1.165.495	11.534.231
Outras receitas operacionais	226.860	–	226.860	223.008	–	223.008
Menos:						
Insumos						
Custo de energia comprada	(1.465.857)	–	(1.465.857)	(1.480.355)	–	(1.480.355)
Materiais	(29.016)	–	(29.016)	(29.125)	–	(29.125)
Serviços de terceiros	(704.991)	–	(704.991)	(709.200)	–	(709.200)
Outros custos operacionais	(1.657.216)	–	(1.657.216)	(1.660.971)	–	(1.660.971)
2 VALOR ADICIONADO BRUTO	6.714.277	1.160.547	7.874.824	6.712.093	1.165.495	7.877.588
Depreciação e amortização	(274.593)	–	(274.593)	(274.648)	–	(274.648)
Constituição/reversão de provisões	455.342	–	455.342	455.342	–	455.342
3 VALOR ADICIONADO LÍQUIDO GERADO	6.895.026	1.160.547	8.055.573	6.892.787	1.165.495	8.058.282
Receitas financeiras (transferências)	3.059.333	(2.908.116)	151.217	3.063.615	(2.908.116)	155.499
Equivalência patrimonial	(32.570)	(28.819)	(61.389)	(22.629)	(33.558)	(56.187)
4 VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	9.921.789	(1.776.388)	8.145.401	9.933.773	(1.776.179)	8.157.594
5 DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO						
Remuneração do trabalho	1.134.111	–	1.134.111	1.143.603	–	1.143.603
Governo (impostos e contribuições)	1.395.169	327.307	1.722.476	1.396.859	327.468	1.724.327
Encargos financeiros e variação monetária	3.615.721	(2.685.633)	930.088	3.616.042	(2.685.633)	930.409
Encargos setoriais	560.522	–	560.522	561.017	–	561.017
Remuneração aos acionistas	763.284	–	763.284	763.284	–	763.284
Participação dos acionistas não controladores	–	–	–	(14)	48	34
Lucro do exercício retido	2.452.982	581.938	3.034.920	2.452.982	581.938	3.034.920
TOTAL	9.921.789	(1.776.388)	8.145.401	9.933.773	(1.776.179)	8.157.594

3.7.6 Balanço Patrimonial (BP) de 31.12.2018 em 01.01.2019

	Controladora			Consolidado		
	Anteriormente apresentado	Ajuste	Reapresentado	Anteriormente apresentado	Ajuste	Reapresentado
ATIVO						
CIRCULANTE						
Caixa e equivalente de caixa	28.093	–	28.093	73.161	–	73.161
Títulos e valores mobiliários	479.284	–	479.284	479.284	–	479.284
Clientes	1.152.180	–	1.152.180	1.153.067	–	1.153.067
Créditos CCEE Repactuação GSF	65.529	–	65.529	65.529	–	65.529
Remuneração das participações societárias	126.294	–	126.294	126.294	–	126.294
RBSE - concessão de serviço público	3.460.565	(3.460.565)	–	3.460.565	(3.460.565)	–
Ativo contratual de transmissão	306.754	(306.754)	–	313.218	(313.218)	–
Ativo de contrato	–	3.231.758	3.231.758	–	3.238.222	3.238.222
Impostos e contribuições sociais	1.023.991	(1.023.991)	–	1.024.862	(1.024.862)	–
Almoxarifado	39.850	(39.850)	–	39.850	(39.850)	–
Créditos homologatórios ANEEL	246.143	(246.143)	–	246.143	(246.143)	–
Outros ativos	147.865	285.993	433.858	148.162	285.993	434.155
NÃO CIRCULANTE	7.076.548	(1.559.552)	5.516.996	7.130.135	(1.560.423)	5.569.712
Realizável a longo prazo						
Créditos CCEE Repactuação GSF	10.459	–	10.459	10.459	–	10.459
Impostos e contribuições sociais	29.019	(29.019)	–	29.019	(29.019)	–
Almoxarifado	111.187	(111.187)	–	111.187	(111.187)	–
Cauções e depósitos vinculados	81					

FURNAS 64 anos

O nosso brilho ilumina essa história

NOTA 4 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

4.1 Caixa e Equivalente de Caixa

Descriutivo	Controladora		Consolidado	
	31.12.2020	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2019
Caixa e bancos	12.193	9.640	12.380	23.391
Aplicações Financeiras	—	—	99.309	49.216
Total circulante	12.193	9.640	111.689	72.607
Total	12.193	9.640	111.689	72.607

As aplicações financeiras das controladas apresentam a seguinte composição:

Instituição Financeira	Tipo de aplicação	Remuneração	31.12.2020		31.12.2019	
			31.12.2020	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2019
Banco do Brasil S.A.	Fundos de Investimentos	3,86% a.a.	11.684	—	—	—
Banco do Brasil S.A.	Fundos de Investimentos	100% CDI	87.625	—	49.216	—
Total			99.309		49.216	

4.2 Caixa restrito

Descriutivo	Controladora		Consolidado	
	31.12.2020	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2019
Caixa restrito - convênio Itaipu ⁽¹⁾	161.070	—	161.070	—
Total circulante	161.070		161.070	
Caixa restrito - Transenergia Goiás S.A. ⁽²⁾	—	—	4.689	—
Total não circulante			4.689	
Total	161.070		165.759	

⁽¹⁾ Valor referente a recebimento do convênio entre Furnas e Itaipu para revitalização de equipamentos. Vide nota 21.4

⁽²⁾ Vide nota 4.2.1

4.2.1 Caixa restrito - Controlada Transenergia Goiás S.A.

O valor se refere a aplicação financeira no Paraná Banco oferecida como cobertura colateral do Seguro de Garantia Judicial contratado pela controlada Transenergia Goiás S.A. junto à Seguradora Junto S.A., para cobertura de processo movido contra a ANEEL.

A aplicação financeira de títulos em renda fixa do Paraná Banco foi remunerada à taxa de 103% a.a. da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

4.3 Títulos e Valores Mobiliários

Conforme estabelecido pela Resolução nº 3.284/05, emitida pelo Banco Central do Brasil (BCB), a aplicação das disponibilidades oriundas de receitas próprias das empresas públicas e das sociedades de economia mista, integrantes da Administração Federal Indireta, somente pode ser efetuada em fundos de investimento extramercado administrados pela Caixa Econômica Federal (CEF), Banco do Brasil (BB) ou por instituição integrante do conglomerado financeiro por eles liderados. Logo, a Empresa e suas controladas aplicam suas disponibilidades em fundos extramercado lastreados em títulos públicos substancialmente de vencimento de longo prazo, cuja utilização contempla tanto o programa de investimento corporativo no curto prazo como também a manutenção do caixa operacional da Empresa.

Esta rubrica compõe-se como segue:

Descriutivo	Controladora e Consolidado	
	31.12.2020	31.12.2019
Fundos de investimentos ⁽¹⁾	961.930	684.895
Total circulante	961.965	684.930

⁽¹⁾ Para fundo FESC, vide nota 3.2.1

Em 31 de dezembro de 2020, o valor de R\$ 961.965 refere-se, principalmente, a aplicações em fundos de investimentos conforme demonstrado a seguir:

- a) R\$ 591.453 (R\$ 384.702 em 31.12.2019), registrados no BB Extramercado FAE Fundo de Investimento em Renda Fixa e BB Extramercado FAE 2 Fundo de Investimento em Renda Fixa;
- b) R\$ 370.457 (R\$ 300.173 em 31.12.2019), registrados no Fundo de Investimento CAIXA Extramercado Comum IRFM-1 Renda Fixa e Fundo de Investimento CAIXA Extramercado VI IRFM-1 Renda Fixa;

Nos exercícios de 2020 e 2019 as aplicações tiveram os seguintes rendimentos:

Descriutivo	2020		2019	
	2020	2019	2020	2019
BB Extramercado FAE e FAE 2	23.698	21.403	—	—
CEF FI Extra Comum e VI	15.196	22.435	—	—
Outros	2	4	—	—
Total	38.896	43.842		

4.3.1 Fundo de Energia do Sudeste e Centro-Oeste (FESC)

Do total de fundos de investimentos, R\$ 253.731 (R\$ 0 em 31.12.2019) refere-se ao FESC, aplicado no BB Extramercado FAE 2.

O FESC é um Fundo setorial definido pela Lei nº 13.182, de 03 de novembro de 2015, com o objetivo de prover recursos para implantação de empreendimentos de geração e transmissão a partir de Sociedades de Propósito Específico - SPEs em que FURNAS detém participação de até 49%. Os recursos de titularidade de FURNAS a serem futuramente aportados no FESC são provenientes de parte da receita de venda da energia da UHE Itumbiara.

Os investimentos deverão apresentar rentabilidade mínima, aos acionistas das SPEs, equivalente ao custo de capital próprio estabelecido pelo acionista controlador de FURNAS, referenciado nos planos de negócio associados.

Vale mencionar que o FESC ainda depende de regulamentação do Poder Executivo para ser efetivamente criado. Não obstante, FURNAS, em atendimento à Lei nº 13.182/2015 e em nome da boa governança, gestão e planejamento de suas disponibilidades de caixa, já reserva os recursos a serem futuramente aportados, calculados a partir dos parâmetros legais, no referido fundo de investimento.

NOTA 5 - CLIENTES

5.1 Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa (PECLD)

Movimentação PECLD 2020

Descriutivo	Consolidado	
	Vencidos	Vencidos
Vencidos até 90 dias	2.400	1.725
+ de 90 dias	—	—
Parcelamento	363.871	373.821

Descriutivo	2020		2019	
	2020	2019	2020	2019
Suprimento de energia	359.746	—	363.871	373.821
Uso da rede elétrica	642.133	22.210	698.830	538.168
Parcelamento (Nota 5.2)	—	—	18.304	17.988
Energia de curto prazo	90.660	63.539	71.372	—
Consumidores industriais	121.612	—	121.612	63.873
(-) PECLD (Nota 5.1)	(73)	(18)	(601)	(12.530)
Total circulante	1.214.078	88.131	106.983	5.774
Suprimento de energia	—	9.548	—	9.548
Uso da rede elétrica	—	4.348	—	4.348
Comercialização de energia	—	293.560	—	293.560
Parcelamento (Nota 5.2)	—	—	693.510	693.510
(-) PECLD (Nota 5.1)	—	—	(307.456)	(420.927)
Total não circulante	—	—	272.583	272.583
Total	1.214.078	88.131	106.983	266.852

Descriutivo	Controladora	
	Vencidos	Vencidos +
Vencidos até 90 dias	2.400	1.725
+ de 90 dias	—	—
Parcelamento	363.871	373.821

<

FURNAS 64 anos
O nosso brilho
ilumina essa
história

CNPJ 23.274.194/0001-19

Eletrobras
 MINISTÉRIO DE
 MINAS E ENERGIA
Furnas
PÁTRIA AMADA
BRASIL
 GOVERNO FEDERAL

As principais características dos ativos de transmissão seguem abaixo:

Contrato de Concessão	Atualização	Natureza	Margem de O&M	Margem de Construção	Taxa de desconto - TIR implícita	Desritivo	Controladora		Consolidado	
							31.12.2019	31.12.2020 (Reapresentado)	31.12.2019	31.12.2020 (Reapresentado)
062/2001	IPCA	Renovado - RBNI	4,73%	4,73%	6,73%	Outros créditos sujeitos a variação monetária	24.141	17.513	24.141	17.513
062/2001	IPCA	Renovado - RBSE	0,00%	3,00%	8,66%	(-) Perdas estimadas para crédito de liquidação duvidosa -	(24.112)	(17.483)	(24.112)	(17.483)
034/2001	IGPM	Licitado	7,87%	7,87%	14,43%	Outros créditos e Gamek (nota 8.2)	2.370	14.836	2.370	14.836
006/2005	IGPM	Licitado	7,87%	7,87%	8,34%	Bens e direitos destinados a alienação	3.862	3.862	3.862	3.862
007/2006	IPCA	Licitado	7,87%	7,87%	3,19%	Concessões a licitar	3.862	3.862	3.862	3.862
003/2009	IPCA	Licitado	7,87%	7,87%	4,12%	Concessões licitadas	1.250	1.250	1.250	1.250
006/2010	IPCA	Licitado	5,99%	5,99%	4,61%	Fundos vinculados	—	—	26.419	18.468
014/2011	IPCA	Licitado	5,18%	5,18%	7,29%	Almoxarifado	114.271	112.475	114.271	112.475
016/2012	IPCA	Licitado	5,28%	5,28%	4,48%	Empresas de energia elétrica	350.028	473.929	350.028	473.929

Considerando as características que diferem temporalmente os ativos contratuais da RBSE dos demais ativos de concessão de transmissão, segue abaixo o fluxo de caixa líquido estimado (não descontado) do ativo da RBSE:

Ano	Parcela econômica	Parcela Financeira	Parcela de Ajuste	Total
2021	1.625.885	2.340.530	550.919	4.517.334
2022	1.625.885	2.340.530	550.919	4.517.334
2023	1.642.255	2.340.530	550.919	4.533.704
2024	1.642.255	2.340.530	—	3.982.785
2025	1.642.255	2.340.530	—	3.982.785
2026	1.642.255	—	—	1.642.255
Total	9.820.790	11.702.650	1.652.757	23.176.197

Revisão tarifária

Através da resolução homologatória nº 2.725, de 14 de julho de 2020 a ANEEL estabeleceu as novas receitas anuais permitidas pela disponibilização das instalações de serviço público de transmissão de energia para o ciclo 2020-2021, incluindo as receitas correspondentes à Revisão Tarifária Periódica - RTP de 08 concessões da Empresa. Dessa forma, Furnas considerando as novas receitas anuais permitidas para os contratos que sofreram RTP, mensurou e registrou os efeitos advindos dessa revisão, no montante de R\$ 2,104 bilhões, nas receitas operacionais do terceiro trimestre de 2020.

Os principais itens revisados e considerados pela Aneel no cálculo das novas receitas anuais permitidas seguem abaixo:

- Avaliação da Base Incremental;
- Homologação dos novos valores para o Banco de Preços de Referência Aneel;
- Revisão da Base e Remuneração das Transmissoras;
- Alteração da taxa de remuneração do capital do segmento de transmissão de energia elétrica;
- Consideração das baixas e desmobilizações dos ativos; e
- Atualização inflacionária do período.

Abaixo seguem os contratos de concessão que sofreram revisão tarifária e seus impactos consolidados por contrato considerando remensuração dos ativos de transmissão:

Contratos de Concessão	Natureza	Resultado da revisão tarifária - receita operacional
062/2001	Renovado - RBNI	(206.863)
062/2001	Renovado - RBSE	2.387.459
034/2001	Licitado	(6.774)
006/2005	Licitado	(51.503)
007/2006	Licitado	(41.893)
003/2009	Licitado	1.069
006/2010	Licitado	23.775
014/2011	Licitado	(854)
016/2012	Licitado	(235)
Total		2.104.181

NOTA 8 - OUTROS ATIVOS

Este grupo de contas compõe-se de diversos valores a receber, dispostos como segue:

Descriitivo	Controladora		Consolidado	
	31.12.2020 (Reapresentado)	31.12.2019	31.12.2020 (Reapresentado)	31.12.2019
Créditos com fornecedores	134.538	199.088	134.538	199.088
(-) Perdas estimadas para crédito de liquidação duvidosa - créditos com fornecedores (nota 8.2 e 8.3)	(47.677)	(46.366)	(47.677)	(46.366)
Desativações e alienações em curso	116.050	58.966	116.050	58.966
Serviços prestados a terceiros	86.552	86.230	86.552	86.230
(-) Perdas estimadas para crédito de liquidação duvidosa - serviços prestados a terceiros (nota 8.2 e 8.3)	(86.102)	(85.921)	(86.102)	(85.921)
Alienações de bens e direitos	3.533	2.431	3.533	2.431
(-) Perdas estimadas para crédito de liquidação duvidosa - alienações de bens e direitos (nota 8.2)	(3.533)	(2.431)	(3.533)	(2.431)
Alienação em curso	—	10.938	—	10.938
Dispêndios a reembolsar	2.570	3.637	2.570	3.637
Dispêndio a reembolsar em curso	10.014	234	10.014	234
(-) Perdas estimadas para crédito de liquidação duvidosa - dispêndios a reembolsar (nota 8.2)	(395)	(887)	(395)	(887)
Empregados	54.991	37.331	54.991	37.331
Empréstimos concedidos	—	84	—	84
Despesas pagas antecipadamente	45.327	33.683	45.327	33.683
Acordo de Leniência (nota 8.4)	5.520	5.520	5.520	5.520
(-) Perdas estimadas para crédito de liquidação duvidosa - acordo de leniência (nota 8.2)	(5.520)	(5.520)	(5.520)	(5.520)
Almoxarifado	42.843	34.785	42.843	34.785
Outros	1.921	9.869	1.979	10.239
Total Circulante	360.632	341.671	360.690	342.041

9.1 Mutação do investimento no período indicado:

Descriitivo	Part. (%)	Saldo Controladora em 31.12.2019 (Reapresentado)	Capitalização		Ajustes de Exercícios Anteriores	Dividendos Propostos pelas Investidas	Saldo Controladora em 31.12.2020	Adições/ Eliminações	Saldo Consolidado em 31.12.2020							
			Aportes/ Adição	AFAC/AFAC (b)												
Participações societárias permanentes																
SPEs de Geração																
Baguari Energia S.A.	30,61	69.485	—	—	8.603	—	(9.388)	68.700	—							
Chapecoense Geração S.A.	40,00	409.864	—	—	112.186	—	(148.310)	373.740	—							
Teles Pires Participações	24,72	376.921	14.245	—	(17.768)	—	—	373.398	—							
Enerpeixe	40,00	254.272	—	—	46.614	—	(35.175)	265.711	—							
Inambari Geração de Energia (a)	19,60	93	—	—	—	—	—	93	—							
Madeira Energia S.A.	43,05	1.595.099	—	—	(622.438)	—	—	972.661	—							
Retiro Baixo Energética S.A.	49,00	144.796	—	—	16.245	—	(3.858)	157.183	—							
Serra do Fácão Energia S.A.	49,47	21.892	—	—	1.060	—	—	22.952	—							
CSE Centro de Soluções Estratégicas	49,90	3.499	—	—	(1.69											



Descriutivo	Part. (%)	Saldo Controladora em 01.01.2019	Aportes/ Adição	Capitalização de AFAC/AFAC	Baixa/ Reversão	Equivalência Patrimonial	Ajustes Ofício CVM 04/2020 (c)	Ajustes de Exercícios Anteriores	Dividendos Propostos pelas Investidas	Saldo Controladora em 31.12.2019 (Reapresentado)	Adições/ Eliminações	Saldo Consolidado em 31.12.2019 (Reapresentado)
-------------	-----------	----------------------------------	-----------------	----------------------------	-----------------	--------------------------	--------------------------------	----------------------------------	---------------------------------------	--	----------------------	---

Participações societárias permanentes													
SPEs de Geração													
Baguari Energia S.A.	30,61	71.011	—	—	—	10.441	—	—	(11.967)	69.485	—	69.485	
Chapecoense Geração S.A.	40,00	395.841	—	—	—	122.483	—	—	(108.460)	409.864	—	409.864	
Teles Pires Participações	24,72	363.104	27.981	—	—	(14.164)	—	—	—	376.921	—	376.921	
Enerpeixe	40,00	260.599	—	—	(32.000)	48.103	—	—	(22.430)	254.272	—	254.272	
Inambari Geração de Energia	19,60	93	—	—	—	—	—	—	—	93	—	93	
Madeira Energia S.A.	43,05	2.004.915	—	—	—	(409.816)	—	—	—	1.595.099	—	1.595.099	
Retiro Baixo Energética S.A.	49,00	134.277	—	—	—	13.796	—	—	(3.277)	144.796	—	144.796	
Serra do Facão Energia S.A.	49,47	12.990	—	—	—	8.902	—	—	—	21.892	—	21.892	
CSE Centro de Soluções Estratégicas	49,90	2.572	—	—	—	927	—	—	—	3.499	—	3.499	
Tijoá Participações e Investimentos	49,90	10.523	—	—	—	26.948	—	—	(24.280)	13.191	—	13.191	
Energia Olímpica	49,90	1.244	—	—	—	—	—	—	—	1.244	—	1.244	
Empresa de Energia São Manoel	33,33	644.735	19.333	—	—	(6.962)	—	—	—	657.106	—	657.106	
Brasil Ventos Energia S.A. (a)	100,00	—	—	418.126	(33.225)	—	—	—	—	384.901	(370.839)	14.062	
SPEs de Transmissão													
Caldas Novas	49,90	10.741	—	—	—	981	280	—	(233)	11.769	—	11.769	
Goiás Transmissão S.A.	49,00	188.574	—	—	—	21.357	—	—	(5.072)	204.859	—	204.859	
Interligação Elétrica do Madeira S.A.	24,50	688.992	—	—	—	66.538	27.997	—	—	783.527	—	783.527	
MGE Transmissão S.A.	49,00	127.583	—	—	—	11.593	—	—	—	139.176	—	139.176	
Transenergia Goiás S.A.	99,00	41.545	—	—	—	1.991	32.749	—	—	76.285	(76.285)	—	
Transenergia Renovável S.A.	49,00	143.185	—	—	—	18.915	(29.915)	—	(15.713)	116.472	—	116.472	
Transenergia São Paulo S.A.	49,00	48.583	—	—	—	8.149	—	—	(1.935)	54.797	—	54.797	
Triângulo Mineiro	49,00	91.698	1.406	—	—	19.761	—	—	—	112.865	—	112.865	
Paranaíba	24,50	184.358	—	—	—	12.596	(40.243)	—	(2.986)	153.725	—	153.725	
Vale do São Bartolomeu	39,00	51.173	4.926	—	—	4.207	—	(1)	—	60.305	—	60.305	
Mata de Santa Genebra	49,90	482.329	130.289	—	—	(41.815)	—	—	—	570.803	—	570.803	
Belo Monte Transmissora	24,50	795.355	—	—	—	58.147	(23.708)	(2.434)	(1.307)	826.053	—	826.053	
Lago Azul Transmissão	49,90	28.255	—	—	—	702	4.021	—	1.900	34.878	—	34.878	
Subtotal de investimentos em SPEs		6.784.275	183.935	418.126	(65.225)	(16.220)	(28.819)	(2.435)	(195.760)	7.077.877	(447.124)	6.630.753	
Perdas estimadas s/ participações societárias Permanentes													
Inambari Geração de Energia	(93)	—	—	—	—	—	—	—	—	(93)	—	(93)	
Empresa de Energia São Manoel (b)	(293.670)	—	—	164.976	—	—	—	—	—	(128.694)	—	(128.694)	
Madeira Energia S.A. (b)	(152.674)	—	—	76.506	—	—	—	—	—	(76.168)	—	(76.168)	
Teles Pires Participações (b)	(6.666)	—	—	6.666	—	—	—	—	—	—	—	—	
Belo Monte Transmissora (b)	(139.708)	—	—	99.552	—	—	—	—	—	(40.156)	—	(40.156)	
Interligação Elétrica do Madeira S.A. (b)	(28.445)	—	—	28.445	—	—	—	—	—	—	—	—	
Mata de Santa Genebra (b)	(120.645)	—	—	120.645	—	—	—	—	—	—	—	—	
Lago Azul Transmissão (b)	(8.521)	—	—	—	—	—	—	—	—	(8.521)	—	(8.521)	
Subtotal de perdas estimadas s/ participações societárias Permanentes		(750.422)				496.790				(253.632)		(253.632)	
Outros investimentos													
Investimentos pelo custo de aquisição	13.132	4.183	—	—	—	—	—	—	—	17.315	—	17.315	
Subtotal de outros investimentos		13.132	4.183			431.565	(16.220)	(28.819)	(2.435)	(195.760)	6.841.560	(447.124)	6.394.436
Total de investimentos		6.046.985	188.118	418.126		431.565	(16.220)	(28.819)	(2.435)	(195.760)	6.841.560	(447.124)	6.394.436

Descriutivo	Part. (%)	Saldo Controladora em 01.01.2019	Aportes/ Adição	Capitalização de AFAC/AFAC	Baixa/ Reversão	Equivalência Patrimonial	Ajustes Ofício CVM 04/2020 (c)	Ajustes de Exercícios Anteriores	Dividendos Propostos pelas Investidas	Saldo Controladora em 31.12.2019	Adições/ Eliminações	Saldo Consolidado em 31.12.2019
-------------	-----------	----------------------------------	-----------------	----------------------------	-----------------	--------------------------	--------------------------------	----------------------------------	---------------------------------------	----------------------------------	----------------------	---------------------------------

Passivo a Descoberto												
-----------------------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

Brasil Ventos Energia S.A. (a)	100,00	(16.875)	—	—	33.225	(16.350)	—	—	—	—	—	—
---------------------------------------	--------	-----------------	---	---	--------	-----------------	---	---	---	---	---	---

Total de Passivo a Descoberto		(16.875)	—	—	33.225	(16.350)	—	—	—	—	—	—
--------------------------------------	--	-----------------	---	---	--------	-----------------	---	---	---	---	---	---

(a) Valor referente a transferência da conta de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital no total de R\$ 418.126 (R\$ 250.897 em 31 de dezembro de 2018). Este valor de AFAC está condicionado à aprovação da SEST para a integralização no capital da Brasil Ventos. Foi efetuada também a transferência do saldo de Passivo a Descoberto no montante de R\$ 33.225 (R\$ 16.875 em 31 de dezembro de 2018).

(b) Na visão do acionista, em 31 de dezembro de 2019 a estimativa de perdas com investimentos em SPEs foi de R\$ 253.632 (R\$ 750.422 em 31 de dezembro/2018). Anualmente a administração

FURNAS 64 anos

O nosso brilho ilumina essa história

9.4 Remuneração das participações societárias permanentes

Descriutivo	Controladora		Consolidado	
	31.12.2020	(Reapresentado)	31.12.2019	(Reapresentado)
SPEs de Geração				
Chapecoense Geração S.A. (Chapecoense)	—	29.090	—	29.090
Energia Olímpica	—	428	—	428
Enerpeixe S.A.	11.653	12.236	11.653	12.236
Retiro Baixo	3.858	6.357	3.858	6.357
Tijóó Participações e Investimentos	5	—	5	—
SPEs de Transmissão				
Belo Monte Transmissora	17.123	13.810	17.123	13.810
Caldas Novas Transmissão	465	1.231	465	1.231
Interligação Elétrica do Madeira S.A.	2.859	—	2.859	—
Goiás Transmissão S.A.	8.146	11.668	8.146	11.668
Lago Azul Transmissora	110	110	110	110
MGE Transmissão S.A.	5.616	5.616	5.616	5.616
Paranába	6.163	5.985	6.163	5.985
Transenergia Renovável S.A.	520	4.492	520	4.492
Transenergia São Paulo S.A.	14.760	17.271	14.760	17.271
Total	71.278	108.294	71.278	108.294

Após aplicação do teste de *impairment*, utilizando-se das metodologias e premissas acima elencadas, a Empresa identificou em dezembro de 2020 uma diminuição na perda estimada na Unidade Geradora de Caixa usina UTE Santa Cruz e a reversão da perda estimada da usina UHE Batalha.

O valor de *impairment* apurado para o período findo em 31 de dezembro de 2020, está composto como segue:

Para o segmento de geração:

Descriutivo	Controladora		31.12.2020
	31.12.2019	(Reapresentado)	
UTE Campos (Roberto Silveira)			(16.565)
UTE Santa Cruz			(618.569)
UHE Batalha			(376.680)
Total			(1.011.814)

Descriutivo	Consolidado		31.12.2020
	31.12.2019	(Reapresentado)	
UTE Campos (Roberto Silveira)			(16.565)
UTE Santa Cruz			(618.569)
UHE Batalha			(376.680)
Total			(1.012.474)

10.4 Movimentação do ativo imobilizado

Descriutivo	Controladora		31.12.2020
	Saldo em 31.12.2019	(Reapresentado)	
Serviço			
Custo			
Direito de uso - IFRS16	133.659	(18.840)	—
Terrenos	611.439	—	645
Barragens, reservatórios e adutoras	4.529.628	—	44.249
Edificações, obras civis e benfeitorias	1.338.035	—	27.491
Máquinas e equipamentos	3.660.724	(1.665)	108.242
Veículos	53.203	—	7.419
Móveis e utensílios	25.879	—	25.622
Subtotal	10.352.567	(18.840)	187.970
Depreciação			
Direito de uso - IFRS16	(2.811)	(14.739)	—
Barragens, reservatórios e adutoras	(1.533.567)	(85.033)	—
Edificações, obras civis e benfeitorias	(806.027)	(39.795)	—
Máquinas e equipamentos	(1.515.589)	(111.514)	46
Veículos	(46.359)	(3.923)	29
Móveis e utensílios	(21.624)	(663)	(50.253)
Subtotal	(3.925.977)	(255.667)	48
Total em Serviço	6.426.590	(274.507)	188.018
Em Curso			
Terrenos			
Terrenos	3.802	1.364	—
Barragens, reservatórios e adutoras	116.600	32.891	—
Edificações, obras civis e benfeitorias	34.524	9.445	—
Máquinas e equipamentos	357.088	299.109	—
Veículos	1.351	4.911	—
Móveis e utensílios	10	164	—
A reatar	9.607	1.438	—
Estudos e Projetos	5.094	1.501	—
Transformação, fabricação e reparo de materiais	948	90	—
Compras em andamento	3.006	—	—
Material em depósito	63.680	16.528	—
Adiantamento a fornecedores	305	—	—
Total em Curso	596.015	367.441	—
(-) Perdas estimadas para ajuste ao valor recuperável de ativo	(1.014.458)	—	(720.036)
(-) Obrigações vinculadas à concessão	(308.616)	—	(308.616)
Imobilizado Líquido - Total	5.699.531	92.934	294.258
Consolidado			
Saldo em 31.12.2019			
Descriutivo	Adições	Baixas	Transferência para serviço

Descriutivo	Controladora		31.12.2020
	Saldo em 31.12.2019	(Reapresentado)	
Serviço			
Custo			
Direito de uso - IFRS16	133.659	(18.840)	—
Terrenos	611.439	—	645
Barragens, reservatórios e adutoras	4.529.628	—	44.249
Edificações, obras civis e benfeitorias	1.338.035	—	27.491
Máquinas e equipamentos	3.660.724	(1.665)	108.242
Veículos	53.203	—	7.419
Móveis e utensílios	25.879	—	25.622
Subtotal	10.352.567	(18.840)	187.970
Depreciação			
Direito de uso - IFRS16	(2.811)	(14.739)	—
Barragens, reservatórios e adutoras	(1.533.567)	(85.033)	—
Edificações, obras civis e benfeitorias	(806.027)	(39.795)	—
Máquinas e equipamentos	(1.515.589)	(111.514)	46
Veículos	(46.359)	(3.923)	29
Móveis e utensílios	(21.624)	(663)	(50.253)
Subtotal	(3.925.977)	(255.667)	48
Total em Serviço	6.426.590	(274.507)	188.018
Em Curso			
Terrenos			
Terrenos	4.436	1.364	—
Barragens, reservatórios e adutoras	116.600	32.891	—
Edificações, obras civis e benfeitorias	34.396	9.575	—
Máquinas e equipamentos	372.986	299.109	—
Veículos	1.351	4.911	—
Móveis e utensílios	12	200	—
A reatar	9.605	1.438	—
Estudos e Projetos	5.094	1.501	—
Transformação, fabricação e reparo de materiais	948	90	—
Compras em andamento	3.006	—	—
Material em depósito	67.567	19.224	—
Adiantamento a fornecedores	305	—	—
Licenças Ambientais	11.350	245	—
Serviços de Terceiros	535.857	113.900	—
Seguros	823	267	—
Total em Curso	1.164.336	484.715	—
(-) Perdas estimadas para ajuste ao valor recuperável de ativo	(1.014.458)	—	(720.036)
(-) Obrigações vinculadas à concessão	(308.616)	—	(308.616)
Imobilizado Líquido - Total	5.699.531	92.934	294.258
Consolidado			
Saldo em 31.12.2019			
Descriutivo	Adições	Baixas	Transferência para serviço

Descriutivo	Controladora		31.12.2020
Saldo em 31.12.2019	(Reapresentado)		
</tr

Descriitivo	Consolidado					Saldo em 31.12.2020
	Saldo em 31.12.2019	Adição	Baixa	Amortização	Transferência	
Vinculados à concessão - Geração						
Em serviço						
Custo	11.429	—	—	—	—	11.429
Uso do Bem Público	38.538	—	—	—	—	38.538
GSE	123.751	—	—	—	—	123.751
Amortização	(1.246)	—	—	(128)	—	(1.374)
Amortização - UBP	(8.819)	—	—	(1.377)	—	(10.196)
Amortização - GSF	(56.555)	—	—	(a) (8.181)	—	(64.736)
	107.098	—	—	(9.686)	—	97.412
Em curso						
Custo	3.929	—	—	—	—	3.929
	3.929	—	—	—	—	3.929
Total vinculado à concessão - Geração	111.027	—	—	(9.686)	—	101.341
Vinculados à concessão - Transmissão						
Em serviço						
Custo	790	—	—	—	—	790
Amortização	1	—	—	—	—	1
	791	—	—	—	—	791
Em curso						
Custo	1.301	—	—	—	—	1.301
	1.301	—	—	—	—	1.301
Total vinculado à concessão - Transmissão	2.092	—	—	—	—	2.092

Descriitivo	Consolidado					Saldo em 31.12.2020
	Saldo em 31.12.2019	Adição	Baixa	Amortização	Transferência	
Não Vinculados à concessão - Outros intangíveis						
Em serviço						
Custo	185.841	—	—	—	—	6.668
Amortização	(142.062)	—	—	(15.052)	—	(157.114)
	43.779	—	—	(15.052)	—	35.395
Em curso						
Custo	132.232	61.332	—	—	—	(1.326)
	132.232	61.332	—	—	—	(1.326)
Total vinculado à concessão - Outros intangíveis	176.011	61.332	—	(15.052)	5.342	227.633
Total	289.130	61.332	—	(24.738)	5.342	331.066

(a) Vide Nota 6

NOTA 11 - FORNECEDORES

Descriitivo	Controladora		Consolidado	
	31.12.2020	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2019
Materiais e serviços	387.627	346.375	400.150	348.541
Fornecedores de energia elétrica - suprimento	87.178	75.764	87.178	75.764
Fornecedores de energia elétrica - encargos de uso da rede	175.501	51.415	175.501	51.415
Fornecedores de energia elétrica - CCEE	28.040	57.507	28.040	72.870
Outros	4.016	4.728	4.016	4.728
Total circulante	682.362	535.789	694.885	553.318
Materiais e serviços	—	—	—	1.588
Total circulante	682.362	535.789	694.885	553.318

NOTA 12 - FINANCIAMENTOS, EMPRÉSTIMOS E DEBÊNTURES

12.1 Composição do endividamento - controladora e consolidado

Contraparte	Moeda/ Indexador	Vencimento Principal	Encargos Financeiros Anuais	Controladora				Consolidado			
				31.12.2020	Principal	31.12.2019	Principal	31.12.2020	Principal	31.12.2019	Principal
Moeda Estrangeira											
Instituições financeiras											
BID	US\$	15.12.2031	Taxa flutuante base US\$ x Libor	211	39.230	392.300	431.741	469	30.428	334.706	365.603
Subtotal				211	39.230	392.300	431.741	469	30.428	334.706	365.603
Subtotal Moeda Estrangeira				211	39.230	392.300	431.741	469	30.428	334.706	365.603
Moeda Nacional											
Eletrobras											
Eletrobras	IPCA	2021 a 2030	6% a.a. + 1% tx. adm.	—	212.875	1.037.423	1.250.298	—	403.916	1.736.593	2.140.509
Eletrobras	Não indexado	2014 a 2020	5% a 7,5% a.a. + tx. adm. 1,5 a 2% a.a.	—	—	—	—	—	85	—	85
Eletrobras	Selic	30.07.2021	Selic	—	1.340	—	1.340	—	2.296	1.340	3.636
Eletrobras	CDI	30.10.2023	119,5% CDI	—	74.562	136.697	211.259	—	82.124	232.685	314.809
Subtotal				—	288.777	1.174.120	1.462.897	—	488.421	1.970.618	2.459.039
Instituições Financeiras											
BNDES	TJLP	15.07.2026	TJLP + 1,91% a.a.	1.202	77.610	353.897	432.709	1.363	68.762	383.921	454.046
BNDES	TJLP	15.07.2026	TJLP + 2,18% a.a.	70	4.332	19.758	24.160	79	3.834	21.406	25.319
BNDES	TJLP	15.12.2025	TJLP + 3% a.a.	315	19.527	77.679	97.521	351	17.054	85.271	102.676
BNDES	TJLP	15.06.2029	TJLP + 2,45 e 2,85% a.a.	525	20.210	151.142	171.877	574	18.375	156.186	175.135
Banco do Brasil (Aditivo)	CDI	01.10.2023	107,3% e 132% CDI	1.468	250.000	458.333	709.801	12.122	41.667	708.333	762.122
Banco do Brasil (Aditivo)	CDI	28.12.2020	110% CDI	—	—	—	—	—	25	104.156	—
Banco do Brasil	CDI	06.12.2023	115% CDI	2.121	50.000	100.000	152.121	7.488	50.000	150.000	207.488
Banco do Brasil	CDI	20.12.2020	CDI + 2,5% a.a.	—	—	—	—	—	12	42.500	—
CEF	CDI	27.07.2020	111% CDI	—	—	—	—	—	1.381	53.190	—
CEF	CDI	03.08.2020	111% CDI	—	—	—	—	—	2.455	100.000	—
CEF	CDI	15.10.2020	111% CDI	—	—	—	—	—	244	21.642	—
CEF	CDI	26.10.2020	111% CDI	—	—	—	—	—	274	28.494	—
CEF	CDI	16.05.2023									

12.4 Dação em pagamento

Furnas celebrou, em 13 de dezembro de 2017, Instrumento Particular de Dação em Pagamento com a Eletrobras a fim de solver ou amortizar os débitos decorrentes de contratos de empréstimos celebrados entre as mesmas, mediante transferência das ações ordinárias e preferenciais de emissão das SPES.

Em 13 de janeiro de 2020, a Eletrobras alienou as ações da Companhia de Transmissão Centroeste de Minas S.A., no valor de R\$ 44.775.

Os valores de venda em 2020 apresentaram valorização de R\$ 28.987 (R\$ 25.042 de *valuation* e R\$ 3.945 de atualização monetária) com relação aos praticados em 2018 e, de acordo com Instrumento Particular de Dação em Pagamento celebrado em 13/12/2017, foram repassados a Furnas que utilizou o referido montante para quitação parcial do contrato de empréstimo ECR 285.

12.5 Mútuo entre Furnas e State Grid Brazil Holding (SGBH)

Furnas celebrou, em 16 de dezembro de 2014, instrumento particular de mútuo com a empresa SGBH, cujo objeto é a concessão de recursos a Furnas na importância total de até R\$ 294.700, liberado em parcelas, mediante solicitações, ao longo da implantação da Linha de Transmissão, que está sob a responsabilidade da Belo Monte Transmissora de Energia SPE S.A., cujos sócios são: SGBH (51%), Furnas (24,5%) e Eletronorte (24,5%).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, ocorreu a última liberação desses recursos em um total de 14 (quatorze) desembolsos iniciados em 2015. A partir de 28 de janeiro de 2020 começaram as amortizações em 20 (vinte) parcelas semestrais, com liquidação total prevista para julho/2029 e índice de atualização de 10% a.a. O saldo em 31 de dezembro de 2020 monta R\$ 398.763.

12.6 Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios (FIDC)

Em 1º de fevereiro de 2019, Furnas firmou contrato de cessão de direitos creditórios com o Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios Imperium CCEAR, administrado pelo Banco BTG Pactual S.A. DTVM, no montante de R\$ 600.000. O objeto do contrato corresponde à antecipação de recursos provenientes de vendas e direitos relativos ao 1º Leilão ANEEL de 16 de dezembro de 2005 de Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEARs, celebrados com diversas empresas distribuidoras devedoras. A finalidade do referido Fundo foi a quitação integral dos valores devidos à CEF através do Contrato nº 0469.870-42.

12.7 Debêntures

12.7.1 Composição das Debêntures

Emissora	Data de Emissão	Principais Características	Série	Taxa de Juros	Vencimento	31.12.2020	31.12.2019
Emitidas pela Controladora	12/2019	Primeira emissão de debêntures simples de 2 (duas) séries, da espécie quiografária, não conversíveis em ações.	Série 1	117,6% do CDI	15/11/2024	451.267	450.543
Emitidas pela Controladora	02/2020	Primeira emissão de debêntures simples de 2 (duas) séries, da espécie quiografária, não conversíveis em ações.	Série 2	IPCA + 4,08% a.a.	15/11/2029	810.201	—
Total						1.261.468	450.543

Furnas emitiu a 1ª oferta de debêntures em duas séries simples, da espécie quiografária, não conversíveis em ações. A primeira série foi emitida em 20 de dezembro de 2019 e, a segunda, em 20 de fevereiro de 2020.

12.7.2 Movimentação das Debêntures

Descriativo	Controladora		Consolidado	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Saldo em 31.12.2018	—	—	—	—
Captação	—	450.000	—	450.000
Encargos	543	—	543	—
Amortização	—	—	—	—
Transferências	—	—	—	—
Saldo em 31.12.2019	543	450.000	543	450.000
Captação	—	800.000	—	800.000
Encargos	42.517	—	42.517	—
Amortização	(37.577)	—	(37.577)	—
Custo de Transação	(2.461)	(19.685)	(2.461)	(19.685)
Variação Monetária	—	28.131	—	28.131
Transferências	—	—	—	—
Saldo em 31.12.2020	3.022	1.258.446	3.022	1.258.446

12.8 Cláusulas contratuais restritivas (Covenants)

Os contratos de financiamentos e empréstimos possuem cláusulas que estipulam a comprovação da utilização dos recursos liberados a cada desembolso, em consonância com a sua finalidade específica. O descumprimento dessa obrigação inibe novas liberações e poderá implicar a declaração de vencimento antecipado das dívidas e consequente rescisão do contrato. Ressalta-se que não houve infração da Empresa em relação a essas cláusulas.

A Empresa possui em seus contratos de financiamentos cláusulas restritivas (covenants financeiros), conforme abaixo:

Instituição Financeira	Nº do Contrato	Saldo Devedor	Condições Restritivas	Condição Atendida
BNDES	07.2.0953.1 (UHE Simplicio)	432.709	Índice de capitalização mínimo de FURNAS igual ou superior a 0,3	Sim
BNDES	10.2.0625.1 (UHE Batalha)	97.521	Índice de capitalização mínimo de ELETROBRAS igual ou superior a 0,3	Sim
BNDES	10.2.0046.1 (UHE Baguari)	24.160	Índice de capitalização mínimo de ELETROBRAS igual ou superior a 0,3	Sim
BTG Pactual	Contrato de Cessão e Aquisição de Direitos Creditórios	600.168	Índice de Cobertura Mínimo do faturamento Cedido igual ou superior a 1,5 do aporte mensal na Reserva (QMM)	Sim
BBI	Debêntures 1ª série	451.267	Dív. Líquida/EBITDA ≤4 (ELETROBRAS e FURNAS) ANUAL	Sim
BBI	Debêntures 2ª série	832.348	Dív. Líquida/EBITDA ≤4 (ELETROBRAS e FURNAS) ANUAL	Sim

NOTA 13 - IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

Em 31 de dezembro de 2020, a composição dos impostos e contribuições sociais apresenta-se como segue:

Descriutivo	Controladora		Consolidado	
	31.12.2019	(Reapresentado)	31.12.2020	(Reapresentado)
Descriutivo	31.12.2020	(Reapresentado)	31.12.2020	(Reapresentado)
Circulante				
Tributos a recuperar	(1.594.162)	(1.281.482)	(1.597.962)	(1.283.752)
Tributos a recolher	1.508.487	1.671.439	1.509.532	1.672.807
Total circulante	(85.675)	389.957	(88.430)	389.055
Não circulante				
Tributos a recuperar	(164.307)	(147.023)	(164.307)	(147.023)
(-) Provisão para perdas	164.307	118.004	164.307	118.004
Tributos a recolher	179.150	201.122	181.967	203.999
Tributos diferidos ativos	(2.159.707)	(1.995.117)	(2.159.707)	(1.995.117)
Tributos diferidos passivos	5.199.330	4.731.212	5.203.828	4.735.431
Total não circulante	3.218.773	2.908.198	3.226.088	2.915.294

Visando melhor compreensão, os valores que compõem os Ativos Circulante e Não Circulante, estão apresentados líquidos dos Passivos correspondentes, sendo itens redutores das contas de Impostos e Contribuições Sociais a Recolher, bem como de Impostos e Contribuições Sociais Diferidos.

Em atendimento ao Pronunciamento Técnico - CPC 32, bem como orientação da *Holding*, por meio da Informação Técnica DFCT - 002/2020, a Empresa avaliou o saldo de ativos e passivos fiscais diferidos, decorrentes de diferenças temporárias e ajustes de IFRS, no valor líquido passivo de R\$ 3 bilhões, cuja realização por exercício futuro se dará conforme abaixo:

Período	31.12.2020
2021	(256.733)
2022	(544.015)
2023	(631.655)
2024	(689.508)
2025	(689.508)
Após 2025	(228.204)
Total	(3.039.623)

13.1 Tributos a Recuperar

Classificam-se nesta rubrica, no Ativo Circulante e Não Circulante, os impostos e contribuições a recuperar, como segue:

Descriutivo	Controladora		Consolidado	
	31.12.2019	(Reapresentado)	31.12.2020	(Reapresentado)
Descriutivo	31.12.2020	(Reapresentado)	31.12.2020	(Reapresentado)
Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) - antecipações do exercício	1.137.797	900.569	1.137.797	900.569
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) - antecipações do exercício	416.549	329.002	416.549	329.002
Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)	26.923	23.766	30.421	25.258
ICMS a recuperar	2.073	787	2.074	788
INSS	6.509	6.382	6.543	6.400
PASEP / Cofins a Compensar	1.217	1.217	1.327	1.925
IRPJ e Contribuição Social Exercícios Anteriores	514	17.392	514	17.392
Outros	79	80	236	131
Imposto de Renda a compensar - Lei nº 11.770	2.501	2.287	2.501	2.287
Total circulante	1.594.162	1.281.482	1.597.962	1.283.752

FURNAS 64 anos
O nosso brilho
ilumina essa
história

Eletrobras
Furnas

PÁTRIA AMADA
BRASIL
GOVERNO FEDERAL

13.7 IRPJ e CSLL no resultado

O IR e a CSLL, correntes e diferidos, são reconhecidos no resultado do exercício. No entanto, quando estiverem relacionados a itens registrados em outros resultados abrangentes (ORA) ou diretamente no patrimônio líquido (PL), os tributos acompanharão a base de registro e também serão reconhecidos em ORA ou diretamente no PL.

A conciliação da apropriação das despesas de IR e CSLL com os valores revertidos de IR diferido, com as adições e exclusões previstas na legislação e com os créditos tributários revertidos e constituídos, calculados com base nas respectivas alíquotas nominais, estão a seguir demonstradas:

Descriptivo	Controladora				Consolidado			
	31.12.2020	31.12.2019 (Reapresentado)	31.12.2020	31.12.2019 (Reapresentado)	31.12.2020	31.12.2019 (Reapresentado)	31.12.2020	31.12.2019 (Reapresentado)
	IRPJ (25%)	CSLL (9%)	IRPJ (25%)	CSLL (9%)	IRPJ (25%)	CSLL (9%)	IRPJ (25%)	CSLL (9%)
Lucro/Prejuízo antes dos impostos	3.903.986	3.903.986	4.351.663	4.351.663	3.905.264	3.905.264	4.352.578	4.352.578
Encargo dos impostos apurado com base nas alíquotas nominais	(975.997)	(351.359)	(1.087.916)	(391.650)	(976.316)	(351.474)	(1.088.145)	(391.732)
Efeitos das adições e exclusões:								
Indenização RBSE	166.597	59.975	(203.821)	(73.376)	166.597	59.975	(203.821)	(73.376)
Adições/Exclusões da Lei nº 12.973/2014	77.022	27.728	(18.497)	(6.659)	77.022	27.728	(18.497)	(6.659)
Ajustes 1ª adição Lei nº 12.973/2014 (2010/2014)	(5.281)	(1.901)	(5.281)	(1.901)	(5.281)	(1.901)	(5.281)	(1.901)
Ajustes INRFB 1771/2017 CPC 47 - IFRS 15 e 16	(36.899)	(13.284)	(42.339)	(15.242)	(36.899)	(13.284)	(42.339)	(15.242)
Provisões operacionais	(260.343)	(93.723)	5.472	1.970	(260.343)	(93.723)	5.472	1.970
Equivalência patrimonial	(83.611)	(30.100)	(11.741)	(4.227)	(83.611)	(30.100)	(11.741)	(4.227)
Outros	10.241	3.412	12.597	3.771	10.240	3.411	12.280	3.609
Demais adições/exclusões	(6.162)	(2.218)	(91.742)	(33.027)	(6.162)	(2.218)	(91.742)	(33.029)
Constituição/Reversão de créditos tributários	(35.406)	(12.746)	883.264	317.975	(35.407)	(12.746)	883.199	317.951
Contrato Oneroso	(712)	(256)	46.368	16.692	(711)	(256)	46.368	16.692
Benefício pós emprego	(20.253)	(7.291)	36.202	13.033	(20.253)	(7.291)	36.202	13.033
Impairment/GAG Melhorias	55.986	20.155	62.497	22.499	55.986	20.155	62.497	22.499
SPEs	—	—	—	(507)	—	—	—	—
Incentivos Fiscais	7.253	—	11.620	—	7.252	—	11.620	—
Juros sobre Capital Próprio	127.680	45.964	—	—	127.680	45.964	—	—
Total	(979.885)	(355.644)	(403.317)	(150.142)	(980.713)	(356.069)	(403.928)	(150.412)
Corrente	(944.479)	(342.898)	(1.059.269)	(386.285)	(945.127)	(343.224)	(1.059.680)	(386.465)
Diferido	(35.406)	(12.746)	655.952	236.143	(35.586)	(12.845)	655.752	236.053
Total	(979.885)	(355.644)	(403.317)	(150.142)	(980.713)	(356.069)	(403.928)	(150.412)
Total	(1.335.529)	(553.459)	(553.459)	(553.459)	(1.336.782)	(554.340)	(554.340)	(554.340)

NOTA 14 - OBRIGAÇÕES ESTIMADAS

Descriptivo	Controladora		Consolidado	
	31.12.2020	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2019
Folha de pagamento	39.307	42.039	39.526	42.257
Provisão de férias	36.201	36.716	36.638	37.115
Provisão de gratificação de férias	37.586	27.550	37.586	27.550
Provisão de 13º salário	5.207	5.110	5.210	5.110
Provisão de FRG sobre férias	7.359	5.410	7.359	5.410
Provisão de FRG sobre 13º salário	1.891	1.590	1.891	1.590
INSS sobre provisão de férias	25.397	18.757	25.538	18.878
INSS sobre 13º salário	1.520	1.492	1.531	1.492
FGTS sobre provisão de férias	7.012	5.140	7.054	5.175
FGTS sobre 13º salário	417	409	415	409
Outros	2.917	2.271	2.917	2.271
Participações nos lucros (PLR)	113.135	81.595	113.135	81.595
Total circulante	277.949	228.079	278.800	228.852

NOTA 15 - ENCARGOS SETORIAIS

Descriptivo	Controladora		Consolidado	
	31.12.2020	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2019
P&D - Recurso em poder da empresa	10.627	9.354	10.828	9.498
Quota para Reserva Global de Reversão (RGR)	32.401	48.671	32.471	48.966
Compensação Financeira para Utilização de Recursos Hídricos (CFURH)	35.715	29.027	35.715	29.027
Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (Tfsee)	3.149	2.699	3.153	2.751
Total circulante	81.892	89.751	82.167	90.242
Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) - projetos próprios	254.456	294.180	254.456	294.180
Total não circulante	254.456	294.180	254.456	294.180

NOTA 16 - BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

Furnas possui contratos com a Fundação Real Grandeza (FRG) - fundo de pensão - para a concessão de benefícios pós-emprego aos seus funcionários, bem como contribui como patrocinadora desse Fundo. Abaixo, a posição (resumida) do passivo de Furnas com a FRG:

Descriptivo	Controladora e Consolidado		Controladora e Consolidado	
	31.12.2020	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2019
Circulante	12.640	10.59184	1.071.824	11.447
Não Circulante	—	1.043.607	1.043.607	—
Total	12.640	1.059.184	1.071.824	11.447

A obrigação atuarial apresentada foi impactada principalmente pela remuneração dos ativos financeiros e pela queda na taxa de desconto de 0,04% entre os exercícios de 2019 (3,24%) e 2020 (3,20%), devido as hipóteses atuariais e econômicas utilizadas (nota 16.4.3).

16.1 Planos de Suplementação de Aposentadoria e Pensões

A Empresa é Patrocinadora Instituidora da Real Grandeza - Fundação de Previdência e Assistência Social (FRG), pessoa jurídica sem fins lucrativos, que tem por finalidade complementar benefícios previdenciários de seus participantes. Em decorrência da cisão das atividades nucleares, ocorrida em 1997, a Eletronuclear tornou-se, também, patrocinadora do Plano de Benefício Definido (Plano BD).

Em 9 de abril de 2003, a Secretaria de Previdência Complementar (SPC), por meio do Ofício nº 379/SPC/GAB/CGTA, aprovou o Convênio de Adesão e Compromisso de Autopatrocínio da Real Grandeza ao Plano de Contribuição Definida (Plano CD), o que possibilitou a adesão, a partir de 1º de maio de 2003, de empregados do quadro próprio da Entidade ao referido Plano.

Atualmente, a Real Grandeza administra dois planos de benefícios: um na modalidade de Benefício Definido (Plano BD) e outro na modalidade de Contribuição Definida (Plano CD).

Em ambos os planos, o regime atuarial de financiamento é o de capitalização.

No Plano BD, os benefícios são concedidos com base no salário de atividade, descontado o valor garantido pelo regime geral da previdência social. O programa garante a concessão de um patamar mínimo de renda, além do resgate ou portabilidade de contribuições para desligados e

FURNAS 64 anos

O nosso brilho ilumina essa história

Risco de investimento	O valor presente do passivo do plano de benefício definido é calculado usando uma taxa de desconto determinada em virtude da remuneração de títulos privados de alta qualidade. Se o retorno sobre o ativo do plano for abaixo dessa taxa, haverá um déficit do plano. Atualmente, o Plano tem um investimento relativamente equilibrado em títulos públicos, crédito de depósitos privados e fundo de investimentos, considerando os limites por segmento de aplicação de acordo com as diretrizes da Resolução nº 3.792/2009 do Conselho Monetário Nacional e suas alterações, além dos critérios de segurança, liquidez, rentabilidade e maturidade do plano.
Risco de taxa de juros	Uma redução na taxa de juros dos títulos aumentará o passivo do plano. Entretanto, isso será parcialmente compensado por um aumento do retorno sobre os títulos de dívida do plano.
Risco de longevidade	O valor presente do passivo do plano de benefício definido é calculado por referência à melhor estimativa da mortalidade dos participantes do plano durante e após sua permanência no trabalho. Um aumento na expectativa de vida dos participantes do plano aumentará o passivo do plano.
Risco de salário	O valor presente do passivo do plano de benefício definido é calculado por referência aos salários futuros dos participantes do plano. Portanto, um aumento do salário dos participantes do plano aumentará o passivo do plano.

16.4.4.1 Conciliação dos passivos dos planos de benefícios pós-emprego

a) Planos de benefícios definidos (Plano BD) e de contribuições definidas (Plano CD)

Valores reconhecidos no balanço patrimonial e demonstração do resultado do exercício:

Descriutivo	31.12.2020	31.12.2019
Valor presente das obrigações atuariais parciais ou totalmente cobertas	16.744.019	16.143.832
(-) Valor justo dos ativos do plano	(15.911.594)	(14.563.080)
Passivo (Ativo) líquido	832.425	1.580.752
Efeito de restrição sobre o ativo	(832.425)	(1.580.751)
Dívida atuaria contratada entre patrocinador e plano	953.457	1.636.215
Valor do passivo/(ativo) de benefício pós-emprego	953.457	1.636.216
Custo do serviço corrente	30.665	19.939
Custos dos juros líquidos	—	—
Despesa/(receita) atuarial reconhecida no exercício	30.665	19.939

b) Planos de outros benefícios pós-emprego

Valores reconhecidos no balanço patrimonial e demonstração do resultado do exercício:

Descriutivo	31.12.2020	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2019
Valor presente das obrigações atuariais parciais ou totalmente cobertas	118.367	143.879	—	—
(-) Valor justo dos ativos do plano	—	—	—	—
Passivo (Ativo) líquido	118.367	143.879	—	—
Valor do passivo/(ativo) de benefício pós-emprego	118.367	143.879	—	—
Custo do serviço corrente	1.037	1.851	—	—
Custos dos juros líquidos	6.830	8.703	—	—
Despesa/(receita) atuarial reconhecida no exercício	7.867	10.554	—	—

A movimentação do valor presente das obrigações e do valor presente do ativo dos planos de benefícios no exercício corrente e em 31 de dezembro de 2019 está apresentada a seguir:

Descriutivo	31.12.2020	Planos BD+CD	Saúde	Seguro	Total
Valor presente das obrigações atuariais no início do ano	16.143.832	143.879	—	—	16.287.711
Custos dos serviços corrente líquido	30.665	1.037	—	—	31.702
Contribuição dos participantes ativos	5.029	—	—	—	5.029
Custos dos juros	1.098.597	3.228	—	—	1.101.825
Benefícios pagos	(1.036.535)	(6.005)	—	—	(1.042.540)
Custo de saúde - Preq / P.A.E	—	(38.469)	—	—	(38.469)
Contribuições patronais	—	—	—	—	—
(Ganhos) perdas atuariais	—	—	—	—	—
(Ganhos) perdas atuariais decorrentes de mudanças de premissas demográficas	—	(618)	—	—	(618)
(Ganhos) perdas atuariais decorrentes de mudanças de premissas financeiras	195.229	14.878	—	—	210.107
(Ganhos) perdas atuariais decorrentes de ajustes pela experiência	307.202	437	—	—	307.639
Subtotal	502.431	14.697	—	—	517.128
Valor presente das obrigações atuariais ao final do ano	16.744.019	118.367	—	—	16.862.386

Alterações nos ativos financeiros

Valor justo dos ativos no início do ano	14.563.080	—	—	14.563.080
Receita de juros	989.975	—	—	989.975
Contribuições patronais	40.970	6.005	—	46.975
Contribuições de participantes do plano	5.029	—	—	5.029
Benefícios pagos/adiantados	(1.036.535)	(6.005)	—	(1.042.540)

Ganhos (perdas) decorrentes da remuneração:

Retorno sobre ativos do plano (excluindo valores incluídos em receitas de juros)

Subtotal	1.349.075	—	—	1.349.075
Valor justo dos ativos no fim do exercício	15.911.594	—	—	15.911.594

Descriutivo	31.12.2019	Planos BD+CD	Saúde	Seguro	Total
Alterações nas obrigações	—	—	—	—	—
Valor das obrigações atuariais no início do ano	12.775.369	167.460	5.555	12.948.384	
Custos dos serviços corrente líquido	19.939	299	—	—	20.238
Contribuição dos participantes ativos	6.318	—	—	—	6.318
Custos dos juros	1.082.969	4.338	—	—	1.087.307
Benefícios pagos	(976.245)	(85.994)	—	—	(1.062.239)
Custo de saúde - Preq / P.A.E	—	3.448	—	—	3.448
Contribuições patronais	—	—	(5.555)	(5.555)	—
(Ganhos) perdas atuariais	—	—	—	—	—
(Ganhos) perdas atuariais decorrentes de mudanças de premissas demográficas	—	—	—	—	—
(Ganhos) perdas atuariais decorrentes de mudanças de premissas financeiras	3.189.604	29.048	—	—	3.218.652
(Ganhos) perdas atuariais decorrentes de ajustes pela experiência	45.878	25.280	—	—	71.158
Subtotal	3.235.482	54.328	—	—	3.289.810
Valor presente das obrigações atuariais ao final do ano	16.143.832	143.879	—	—	16.278.711

Alterações nos ativos financeiros

Valor justo dos ativos no inicio do ano	13.255.781	—	—	13.255.781
Receita de juros	1.127.621	—	—	1.127.621
Contribuições patronais	102.513	85.994	—	188.507
Contribuições de participantes do plano	6.318	—	—	6.318
Benefícios pagos/adiantados	(976.245)	(85.994)	—	(1.062.239)

Ganhos (perdas) decorrentes da remuneração:

Retorno sobre ativos do plano (excluindo valores incluídos em receitas de juros)

Subtotal	1.047.092	—	—	1.047.092
Valor justo dos ativos no fim do exercício	14.563.080	—	—	14.563.080

As principais categorias de ativos do plano no final do exercício de relatório e que impactam o retorno dos ativos do plano são apresentadas a seguir:

Descriutivo	31.12.2020	31.12.2019
Valores disponíveis imediatos	136	1.220
Realizável previdenciário	102.278	160.



FURNAS 64 anos
O nosso brilho
ilumina essa
história

CNPJ 23.274.194/0001-19

Eletrobras
Furnas

PÁTRIA AMADA
BRASIL
GOVERNO FEDERAL



18.1.5 Riscos cíveis prováveis

Em 31 de dezembro de 2020 os processos cíveis prováveis somam R\$ 414.913 (R\$ 291.615 em 31.12.2019), com destaque para a mudança de prognóstico de risco possível para provável dos processos nº 0168397-68.2010.8.19.0001 movido pela CONVAP Engenharia e Construções S.A., no valor de R\$ 105.224 e nº 019.1600-93.2009.8.19.0001 CAEFE Caixa de Assistência dos Empregados de Furnas e Eletronuclear no valor de R\$ 101.696, e para o pagamento da parte incontroversa do processo nº 0155660-53.1998.8.19.0001 movido pela Construções e Comércio Camargo Correa S.A., no valor de R\$ 97.000.

18.2 Movimentação por tipo de risco possível:

Descriutivo	Controladora e Consolidado		
	31.12.2020	Adições/(Reversões)	31.12.2019
Trabalhistas	726.833	(177.066)	903.899
Tributários	7.044.689	(46.169)	7.090.858
Regulatórios	817.676	(194.699)	1.012.375
Ambientais e fundiários	189.407	78.277	111.130
Cíveis	798.327	(136.168)	934.495
Total não circulante	9.576.932	(475.825)	10.052.757

18.2.1 Riscos trabalhistas possíveis

Em 31 de dezembro de 2020 os processos trabalhistas com risco possível somam R\$ 726.833 (R\$ 903.899 em 31.12.2019).

Destacam-se a seguir os principais tipos processos que compõem esse montante:

- (i) 133 ações movidas por funcionários aposentados que pleiteiam o recebimento de sua complementação de aposentadoria. O somatório dos valores dessas ações montam R\$ 258.751.
- (ii) 1.415 ações movidas por trabalhadores e ex-trabalhadores terceirizados que sustentam ser FURNAS responsável de forma subsidiária pelo inadimplemento das obrigações trabalhistas do seu empregador. O somatório dessas ações montam R\$ 161.334.

18.2.2 Riscos tributários possíveis

Em 31 de dezembro de 2020 os processos tributários com risco possível somam R\$ 7.044.689 (R\$ 7.090.858 em 31.12.2019).

Dado o estágio em que se encontram, os processos abaixo são acompanhados com maior atenção pela Administração, de modo que a ocorrência de desdobramentos desfavoráveis poderá acarretar uma reavaliação e, eventualmente, alteração no prognóstico de risco, sendo certo que, no atual momento, a classificação de risco adotada se mostra adequada e coerente com a avaliação realizada por nossos consultores jurídicos e representam nossa melhor estimativa contábil:

- (i) Processo nº 0533017-06.2019.4.02.5101, no valor de R\$ 1.903.685, tendo como partes Furnas (autor) e Fazenda Nacional (réu). Trata-se de processo judicial que visa a discutir a cobrança decorrente do Auto de Infração lavrado em função de supostas irregularidades na apuração do IRPJ e CSLL, no qual foi excluída o Lucro Real a reversão do passivo atuarial da FRG, discussão administrativa travada no processo administrativo nº 16682.720517/2011-98. Por se tratar de superávit atuarial, o valor foi excluído da base de cálculo e foi oferecido à tributação à medida de sua realização. Também foi apontada exclusão indevida de saldos negativos referentes a 2007, 2008 e 2009 sem apresentação do PERDCOMP. Após a decisão administrativa desfavorável, Furnas impetrou ação para ter seu direito reconhecido judicialmente, sendo que, em 31 de dezembro de 2020, não havia sido prolatada sentença no processo. União Federal ajuizou Execução Fiscal para cobrar o débito, mas o juiz suspendeu o seu andamento até que a questão seja definitivamente analisada na Ação Anulatória proposta por Furnas.
- (ii) Processo nº 12448.727019/2020-89, no valor de R\$ 1.282.226, tendo como partes a Fazenda Nacional (autuante) e Furnas (autuada). Trata-se de processo administrativo criado para cobrar o valor decorrente da parte definitivamente julgada no processo administrativo nº 16682.720516/2011-43 referente a auto de infração lavrado em função de suposta insuficiência de recolhimento para o PIS/COFINS tendo em vista que Furnas excluiu da apuração as seguintes receitas: Exclusão da RGR da base de cálculo. Receitas de transmissão Itaipu (exclusão da base de cálculo); Inclusão como receita financeira, no mês de Dez. 2007, da receita proveniente do passivo atuarial mantido junto à FRG. Ademais, a autuação compreende valores que deixaram de ser recolhidos a título de PIS e COFINS em razão da empresa ter procedido à compensação sem apresentação do documento hábil PERDCOMP. O CARF julgou improcedente o Recurso Voluntário de Furnas que intentou Recurso Especial de Divergência que foi parcialmente admitido. Apenas a matéria relativa à exclusão da RGR permanece em análise no CARF no processo originário. As demais matérias foram definitivamente julgadas em sede administrativa. Furnas apresentou garantia para possibilitar a emissão de Certidão e levar a discussão para a esfera judicial. Até 31.12.2020 Furnas não havia sido citada na Execução Fiscal.
- (iii) Processo nº 0085231-98.2015.4.02.5101, no valor de R\$ 818.334, tendo como partes União Federal (autor) e Furnas (réu). Trata-se de Execução Fiscal ajuizada pela União para cobrança de crédito tributário constituído em razão de diferenças de IRPJ e CSLL apuradas em decorrência do procedimento de compensação contábil efetuado por Furnas sem apresentação de instrumento hábil a tanto. Foi proferida sentença nos Embargos à Execução Fiscal julgando parcialmente procedente a mesma, para excluir a incidência da multa isolada que fora aplicada concomitantemente à multa de ofício. Na mesma sentença foi mantida a cobrança quanto às compensações procedidas sem PER/DCOMP. Furnas apresentou recurso de apelação contra a sentença, que aguarda julgamento.
- (iv) Processo nº 16682.727019/2020-89, no valor de R\$ 1.282.226, tendo como partes a Fazenda Nacional (autuante) e Furnas (autuada). Trata-se de processo administrativo criado para cobrar o valor decorrente da parte definitivamente julgada no processo administrativo nº 16682.720516/2011-43 referente a auto de infração lavrado em função de suposta insuficiência de recolhimento para o PIS/COFINS tendo em vista que Furnas excluiu da apuração as seguintes receitas: Exclusão da RGR da base de cálculo. Receitas de transmissão Itaipu (exclusão da base de cálculo); Inclusão como receita financeira, no mês de Dez. 2007, da receita proveniente do passivo atuarial mantido junto à FRG. Ademais, a autuação compreende valores que deixaram de ser recolhidos a título de PIS e COFINS em razão da empresa ter procedido à compensação sem apresentação do documento hábil PERDCOMP. O CARF julgou improcedente o Recurso Voluntário de Furnas que intentou Recurso Especial de Divergência que foi parcialmente admitido. Apenas a matéria relativa à exclusão da RGR permanece em análise no CARF no processo originário. As demais matérias foram definitivamente julgadas em sede administrativa. Furnas apresentou garantia para possibilitar a emissão de Certidão e levar a discussão para a esfera judicial. Até 31.12.2020 Furnas não havia sido citada na Execução Fiscal.
- (v) Processo nº 0046753-12.2020.8.19.0001, no valor de R\$ 447.662, tendo como partes Furnas (autora) e Estado do Rio de Janeiro (réu). Furnas ajuizou ação anulatória para discutir a cobrança de ICMS sobre o gás adquirido pela UTE Santa Cruz para geração de energia.
- (vi) Processo nº 5040962-10.2020.4.02.5101, no valor de R\$ 203.663, tendo como partes Furnas (autora) e a União Federal (réu). Trata-se de ação de antecipação de garantia dos débitos constantes do PTA nº 16682.720394/2020-86 que, comportou os débitos transferidos do PTA nº 16682.721073/2014-51 relativamente à utilização de despesa ocorrida em 2000 como prejuízo fiscal registrado em 2009 e compensado no ano-calendário de 2009, bem como dos valores não pagos por conta da compensação sem PER/DCOMP no período.
- (vii) Processo nº 5011315-38.2018.4.02.5101, no valor de R\$ 177.120, tendo como partes Furnas (executada) e Fazenda Nacional (réu). Trata-se de execução fiscal proposta para exigir a parcela do débito decorrente do processo administrativo nº 16682.720878/2013-04, que teve decisão final administrativa em junho de 2018 relativamente às compensações efetuadas sem PER/DCOMP. Houve sentença de 1ª instância desfavorável a Furnas. Aguarda-se o julgamento da Apelação.
- (ix) Processo nº 16682.721073/2014-51, no valor de R\$ 151.153, tendo como partes Furnas (autuada) e Fazenda Nacional (autuante). Trata-se de auto de infração lavrado em função da utilização de despesa ocorrida em 2000 como prejuízo fiscal registrado em 2009 e, por conseguinte, compensado nos anos-calendários de 2009, 2010 e 2011. Foram glosadas pela autoridade fiscal as despesas deduzidas no ano-calendário de 2009. A Câmara Superior do CARF votou pela manutenção da autuação e da multa isolada, faltando a análise da forma de aplicação dessa multa. O processo foi desmembrado para cobrança dos tributos, aguardando-se a análise da aplicação da multa isolada. Nesse processo permanece apenas a análise quanto à multa isolada cobrada.
- (x) Processo nº 5062386-45.2019.4.02.5101, no valor de R\$ 125.535, tendo como partes Furnas (executada) e Fazenda Nacional (exequente). Trata-se de Execução Fiscal proposta para exigir a parcela do débito decorrente do processo administrativo nº 16682.720878/2013-04, que teve decisão final administrativa em junho de 2018 relativamente às compensações efetuadas sem PER/DCOMP e a multa isolada sobre a ausência das estimativas mensais. O processo foi desmembrado.

18.2.3 Riscos regulatórios possíveis

Em 31 de dezembro de 2020, os processos regulatórios com risco possível somaram R\$ 817.676 (R\$ 1.012.375 em 31.12.2019).

Dado o estágio em que se encontram, os processos abaixo são acompanhados com maior atenção pela Administração, de modo que a ocorrência de desdobramentos desfavoráveis poderá acarretar uma reavaliação e, eventualmente, alteração no prognóstico de risco, sendo certo que, no atual momento, a classificação de risco adotada se mostra adequada e coerente com a avaliação realizada por nossos consultores jurídicos e representam nossa melhor estimativa contábil:

- (i) Processo nº 0026448-59.2002.4.01.3400, no valor de R\$ 263.926, tendo como partes AES Sul Distribuidora Gaúcha de Energia S.A. (autor) e Furnas e outros (réus). Trata-se da declaração de nulidade do Despacho nº 288/2002, do diretor da ANEEL, que revogou os items 2.10.6, 2.11.1 (b), 2.11.2 e 8.3.2 das regras de mercado do MAE, homologadas pela Resolução nº 290/2000 da ANEEL. Busca-se o reafamento da contabilização e liquidação das operações da AES Sul, sem a aplicação das regras do Despacho nº 288/2002.
- (ii) Processo nº 0073249-42.2016.4.01.3400, no valor de R\$ 240.911, tendo como partes Furnas (autora) e ANEEL (réu). Trata-se da aplicação do artigo 47 da Convenção de Comercialização da CCEE (regra de compartilhamento de perdas entre os agentes), a fim de que seus créditos lhe sejam pagos, ainda que proporcionalmente, por ocasião das liquidações financeiras no âmbito do MCP.
- (iii) Processo nº 0018333-44.2005.4.01.3400, no valor de R\$ 230.018, tendo como partes Furnas (autora) e ANEEL (réu). Trata-se de mandado de segurança impetrado contra o ato do Diretor Geral da ANEEL que determinou o pagamento de encargos advindos da assinatura do CUST, CCT e CUD, no âmbito do processo administrativo nº 48.500.00106/05-95 daquela Agência Reguladora, referente à UTE Cuiabá. A contingência é baseada em reflexos pecuniários na hipótese de não concedida a segurança e FURNAS ser obrigada a assinar tais contratos regulados. Processo aguardando julgamento em segunda instância.

18.2.4 Riscos ambientais e fundiários possíveis

Em 31 de dezembro de 2020, os processos ambientais e fundiários com risco de perda possível somaram R\$ 189.407 (R\$ 111.130 em 31.12.2019).

Destaca-se a mudança de prognóstico de risco provável para risco possível do processo nº 0318450-61.2012.8.09.0036, no valor de R\$ 31.899, movido pelo Município de Cristalina-GO, que pleiteia a suspensão da instalação e do funcionamento da UHE Batalha, bem como o pagamento de indenização a título de reparação de eventuais danos ambientais, diante do não cumprimento das obrigações contidas no Projeto Básico Ambiental - PBA.

18.2.5 Riscos cíveis possíveis

Em 31 de dezembro de 2020, os processos cíveis possíveis somaram R\$ 798.327 (R\$ 934.495 em 31.12.2019).

Dado o estágio em que se encontram, os processos abaixo são acompanhados com maior atenção pela Administração, de modo que a ocorrência de desdobramentos desfavoráveis poderá acarretar uma reavaliação e, eventualmente, alteração no prognóstico de risco, sendo certo que, no atual momento, a classificação de risco adotada se mostra adequada e coerente com a avaliação realizada por nossos consultores jurídicos e representam nossa melhor estimativa contábil:

- (i) Processo nº 0146201-70.2011.8.19.0001, no valor de R\$ 365.536, tendo como partes Furnas (autora) e ABB Ltda. (réu). Trata-se de processo indenizatório referente ao contrato de fornecimento de estações conversoras para o sistema de transmissão de ITAIPU.
- (ii) Processo nº 0230268-26.2015.8.19.0001, no valor de R\$ 198.115, tendo como partes o Consórcio Fornecedor Batalha - CONBAT (autor) e Furnas (réu). Trata-se de ação declaratória de nulidade de multa contratual e condonatório para resarcimento de diversos valores oriundos do pleito de reequilíbrio-econômico do contrato celebrado entre as partes na ocasião da construção da AHE Batalha.

18.3 Movimentação das Cauções e Depósitos Vinculados:

Descriutivo	Controladora		Consolidado	
	31.12.2020	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2019
Trabalhistas	361.556	467.899	361.556	467.899
Tributários	204.624	18.704	204.624	18.704
Regulatórios	198.540	190.487	198.540	190.487
Ambientais e fundiários	580	557	580	557
Cíveis	132.688	171.708	132.694	171.715
Total Não Circulante	897.988	849.354	897.994	849.362

Além dos valores pagos a título de depósitos judiciais, existem processos para os quais Furnas contratou Seguro Garantia, na ordem de R\$ 375.833 (vide Nota 32 - Seguros), bem como contratos de fiança bancária, no montante de R\$ 5.642.108, assim distribuídos: (i) Banco BTG Pactual (R\$ 3.905.538); (ii) Banco Safra (R\$ 1.010.877) e outros bancos (R\$ 725.693).

Furnas possui ainda processos como autora, principalmente nas esferas cível, regulatória e tributária, no montante de R\$ 2.300.828 (R\$ 2.182.827 em 31.12.2019), cuja estimativa de risco apresenta R\$ 297.188 (R\$ 233.197 em 31.12.2019) classificados como desfecho provável e R\$ 1.749.629 (R\$ 1.739.213 em 31.12.2019) como possível. Destaca-se que, por se trarem de ativos contingentes, não são objeto de registro contábil.

NOTA 19 - ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL (AFAC)

Em 31 de dezembro de 2020 o saldo de AFAC registrado no passivo não

NOTA 23 - RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

Descriutivo	Controladora		Consolidado		Controladora	Consolidado	
	31.12.2020	31.12.2019 (reapresentado)	31.12.2020	31.12.2019 (reapresentado)		31.12.2020	31.12.2019 (reapresentado)
Receita Operacional							
Geração							
Fornecimento de energia elétrica	1.186.892	745.151	1.186.892	745.151			
Suprimento de energia elétrica (i)	2.615.016	3.833.064	2.667.881	3.844.586			
Energia de curto prazo	224.935	110.022	224.935	110.022			
Receita de operação e manutenção	1.414.059	1.263.824	1.414.059	1.263.824			
Receita de construção	37.800	49.353	37.800	49.353			
Subtotal	5.478.702	6.001.414	5.531.567	6.012.936			
Transmissão							
Receita de operação e manutenção	148.112	143.071	150.754	148.756			
Receita de operação e manutenção - renovados	1.757.345	1.640.606	1.757.345	1.640.606			
Receita de construção	253.938	256.159	253.938	258.062			
Financeira - retorno do investimento	563.403	250.787	576.064	260.864			
Financeira - retorno do investimento - RBSE	2.186.760	3.213.007	2.186.760	3.213.007			
Subtotal	4.909.558	5.503.630	4.924.861	5.521.295			
Outras receitas							
Prestação de serviços	26.800	18.200	25.091	14.348			
Aluguéis	118	403	118	403			
Outras	25	2	25	2			
Subtotal	26.943	18.605	25.234	14.753			
Subtotal	10.415.203	11.523.649	10.481.662	11.548.984			
Deduções à receita operacional							
Impostos e contribuições sobre a receita							
ICMS	(165.670)	(140.864)	(165.670)	(140.864)			
PIS / PASEP	(185.792)	(180.273)	(185.882)	(180.345)			
COFINS	(858.688)	(831.965)	(858.927)	(832.299)			
ISS	(746)	(513)	(746)	(513)			
Subtotal	(1.210.896)	(1.153.615)	(1.211.225)	(1.154.021)			
Encargos Setoriais							
Quota para Reserva Global de Reversão (RGR)	(115.522)	(134.057)	(116.129)	(134.372)			
Conta de Desenvolvimento Energético (CDE)	(126.740)	(119.291)	(126.740)	(119.291)			
Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)	(97.071)	(94.193)	(97.174)	(94.310)			
PROINFA	(21.958)	(28.211)	(21.958)	(28.211)			
Utilização de Recursos Hídricos (CFURH)	(181.307)	(154.008)	(181.307)	(154.008)			
Taxa de Fiscalização Serv. de E.E (TFSEE)	(34.025)	(30.762)	(34.062)	(30.825)			
Subtotal	(576.623)	(560.522)	(577.370)	(561.017)			
Subtotal	(1.787.519)	(1.714.137)	(1.788.595)	(1.715.038)			
Receita Operacional Líquida	8.627.684	9.809.512	8.693.067	9.833.946			

(i) No ACR, o término do Produto 2014-2019 de Energia Existente ocasionou uma queda líquida de receita na ordem de R\$ 931 milhões, visto uma quantidade contratada média até dez/19 de 319MWmed; e uma maior venda na rubrica Fornecimento, diminuiu a disponibilidade de energia para venda ACL Suprimento, representando queda de R\$ 197 milhões.

A receita da Empresa é proveniente da venda de energia elétrica gerada em suas usinas, da construção, operação e manutenção e atualização do ativo de contrato decorrente do seu sistema de transmissão. Essas operações estão amparadas em contratos de compra e venda de energia, tanto no mercado de ambiente regulado, quanto no mercado de curto prazo no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), e em contratos do sistema de transmissão.

Os ativos associados à RBSE foram reapresentados como ativos contratuais e em decorrência das orientações do Ofício SEP CVM 04/2020, houve remensuração e reapresentação de seus saldos comparativos, vide nota 7.

NOTA 24 - CUSTO OPERACIONAL

Descriutivo	Controladora		Consolidado		Controladora	Consolidado	
	31.12.2020	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2019		2020	2019
Custo com energia elétrica							
Energia elétrica comprada para revenda (nota 24.1)	(1.040.831)	(836.314)	(1.062.279)	(850.960)			
Encargos de uso da rede elétrica	(712.375)	(629.543)	(712.706)	(629.395)			
Total do custo com energia elétrica	(1.753.206)	(1.465.857)	(1.774.985)	(1.480.355)			
Custo de operação							
Combustível e água para produção de energia elétrica	(418.662)	(558.052)	(418.662)	(558.052)			
Pessoal (nota 24.2)	(1.056.350)	(1.134.111)	(1.063.392)	(1.143.603)			
Material	(21.098)	(29.016)	(21.153)	(29.125)			
Serviços de terceiros	(552.090)	(704.991)	(564.633)	(709.200)			
Depreciação e amortização	(279.971)	(274.593)	(280.017)	(274.648)			
Total do custo de operação	(2.328.171)	(2.700.763)	(2.347.857)	(2.714.628)			
Custo da construção							
Custo de construção - geração	(37.800)	(49.353)	(37.800)	(49.353)			
Custo de construção - transmissão	(253.757)	(255.195)	(253.757)	(257.101)			
Total do custo de construção	(291.557)	(304.548)	(291.557)	(306.454)			
Total do custo operacional	(4.372.934)	(4.471.168)	(4.414.399)	(4.501.437)			

24.1 Energia elétrica comprada para revenda com seus respectivos MWh

Descriutivo	Controladora		Consolidado		Controladora	Consolidado	
	31.12.2020	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2019		2020	2019
Contratos iniciais/bilaterais							
MWh (*)	4.761.420	4.089.101	4.934.515	4.089.149			
R\$	(897.332)	(706.342)	(918.780)	(720.988)			
Total R\$	(1.040.831)	(836.314)	(1.062.279)	(850.960)			

(*) Informação não auditada.

Em 31 de dezembro de 2020, o montante gasto com energia comprada para revenda foi de R\$ 1.040.831 em Furnas e na SPE Brasil Vents S.A., o montante de R\$ 21.448, totalizando R\$ 850.960 em 31.12.2019. A variação observada entre os períodos de 2020 e 2019 se deve, basicamente, aos seguintes fatores: (i) reajuste de preço dos contratos vigentes; (ii) aumento do montante nos produtos vigentes; e (iii) novos contratos de curto prazo firmados.

24.2 Pessoal

Descriutivo	Controladora		Consolidado		Controladora	Consolidado	
	31.12.2020	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2019		2020	2019
Funcionários							
Administradores	(1.050.359)	(1.045.714)	(1.056.407)	(1.052.450)			

FURNAS 64 anos
O nosso brilho
ilumina essa
história

CNPJ 23.274.194/0001-19

Eletrobras
Furnas

MINISTÉRIO DE
MINAS E ENERGIA

PÁTRIA AMADA
BRASIL
GOVERNO FEDERAL

Empresas	Compra de energia	Venda de Energia	Encargos sobre o uso da rede elétrica	Remuneração do ativo financeiro	Receita de prestação de serviços	Receita financeira	Despesa financeira	Outras Despesas / Receitas
Eletrobras	—	—	—	420	—	8	(193.972)	22.416
CGT Eletrosul	(2.989)	—	(31.911)	6.078	—	—	(88)	1.468
Chesf	—	—	(88.032)	118.277	—	582	(48)	384
Eletronorte	—	—	(59.137)	96.117	21	—	—	613
Eletronuclear	—	—	—	23.549	—	33.452	—	89
Itaipu	—	—	—	—	—	—	—	522
Eletropar	—	—	—	—	3.962	—	—	(37)
Amazonas - GT	—	—	(813)	5.233	—	—	—	199
Éolica Chui IX S.A. (*)	—	—	—	95	—	—	—	—
Éolica Hermenegildo I S.A. (*)	—	—	—	301	—	—	—	—
Éolica Hermenegildo II S.A. (*)	—	—	—	301	—	—	—	—
Éolica Hermenegildo III S.A. (*)	—	—	—	255	—	—	—	—
Santa Vitória do Palmar (*)	—	—	—	1.029	—	—	—	—
Luziânia-Niquelândia Transmissora	—	—	(125)	—	400	—	—	94
Total 31.12.2020	(2.989)	—	(180.018)	251.655	4.383	34.042	(194.108)	25.748
Total 31.12.2019	—	11.374	(163.682)	241.131	949	28.363	(31.996)	34.728

(*) SPEs vendidas para a Ômega Geração S.A. (Omega) em Novembro/20.

28.2 Fundação Real Grandeza (FRG) e investidas de Furnas

Empresas	Contas a receber	Clientes	(-) Outras Provisões	Dividendos a receber	Fornecedores	Obrigações estimadas	Contas a pagar
Empresas de Geração							
Enerpeixe	—	606	—	11.653	(10.249)	—	—
Baguari	—	40	—	—	—	—	—
Retiro Baixo	—	—	—	3.858	—	—	—
Serra do Fácão Energia	—	—	—	—	—	—	—
Chapacoense	740	—	—	—	—	—	—
Foz do Chapecó	40	919	—	—	—	—	—
Madeira Energia	—	—	—	—	—	—	—
Santo Antônio Energia	571	19.154	—	—	(812)	—	—
Cia Hidrelétrica Teles Pires	—	3.791	—	—	(8.351)	—	—
CSE Centro de Soluções Estratégicas S.A.	1.697	—	—	—	—	—	—
Empresa de Energia São Manuel S.A.	140	1.306	—	—	(3.440)	—	—
Energia Olímpica S.A.	—	—	—	—	—	—	—
Brasil Ventos Energia S.A.	—	—	—	—	—	—	—
Tijoá Participações e Investimentos S.A.	—	—	—	—	—	—	—
Subtotal de Geração	3.188	26.998	—	15.516	(22.852)	—	—

Empresas de Transmissão

Transenergia Renovável	—	—	—	520	(42)	—	—
IE Madeira	—	—	—	2.859	(1.280)	—	(407)
Transenergia São Paulo	—	—	—	14.760	(24)	—	—
Transenergia Goiás	—	46	—	—	(28)	—	—
MGE Transmissão	—	18	—	5.616	(78)	—	—
Goiás Transmissão	—	—	—	8.146	(134)	—	—
Caldas Novas Transmissão	—	18	—	465	(2)	—	—
Triângulo Mineiro Transmissora S.A.	11	—	—	—	(90)	—	—
Vale do São Bartolomeu Trans. de Energia	3	17	—	—	(60)	—	—
Mata de Santa Genebra	1	437	—	—	(659)	—	—
Lago Azul Transmissora	15	7	—	110	(9)	—	—
Paranaíba Transmissora de Energia S.A.	—	—	—	6.163	(338)	—	—
Belo Monte Transmissora	553	—	—	17.123	(1.453)	—	—
Subtotal de Transmissão	583	543	—	55.762	(4.197)	—	(407)

Total SPEs	Contas a receber	Clientes	(-) Outras Provisões	Dividendos a receber	Fornecedores	Obrigações estimadas	Contas a pagar
FRG	959	—	—	—	(231)	(9.250)	(999.378)
Administradores	—	—	—	—	—	—	—
Total 31.12.2020	4.730	27.541	—	71.278	(27.280)	(9.250)	(999.785)
Total 31.12.2019	9.666	27.390	—	108.294	(19.942)	(7.000)	(1.733.575)

Empresas	Compra de Energia	Venda de Energia	Encargos sobre o uso da rede elétrica	Remuneração do ativo financeiro	Receita de prestação de serviços	Receita financeira	Despesa financeira	Outras Despesas/Receitas
Empresas de Geração								
Enerpeixe	(117.524)	—	—	5.247	56	—	—	—
Baguari	—	—	—	450	—	—	—	—
Serra Fácão Energia	—	—	—	—	68	—	—	—
Foz do Chapecó	—	—	—	10.916	182	—	—	—
Madeira Energia S.A.	—	—	—	—	—	—	—	9.796
Santo Antônio Energia	—	85.315	—	146.298	158	—	—	(1.143)
Teles Pires Participações	—	—	—	—	—	—	—	—
Cia Hidrelétrica Teles Pires	(104.255)	—	—	43.350	—	—	—	—
CSE Centro de Soluções Estratégicas S.A.	—	—	—	—	3.445	—	—	—
Tijoá Participações e Investimentos S.A.	—	—	—	12.293	231	—	—	—
Empresa de Energia São Manoel S.A.	(37.581)	—	—	11.217	—	—	—	(68.773)
Energia Olímpica S.A.	—	—	—	—	—	—	—	(1.673)
Subtotal de Geração	(259.360)	85.315	—	229.771	4.140	—	—	(61.793)

Empresas de Transmissão	—	—	(479)	—	—	—	—	—
Transenergia Renovável	—	—	(15.409)	—	241	—	—	(105.046)
IE Madeira	—	—	(272)	—	—	—	—	—
Transenergia São Paulo	—	—	(349)	—	1.189	—	—	1.163
Transenergia Goiás	—	—	(934)	—	—	—	—	214
MGE Transmissão	—	—	(1.607)	—	—	—	—	—
Goiás Transmissão	—	—	(25)	—	511	—	—	206
Caldas Nov								

FURNAS 64 anos

O nosso brilho ilumina essa história

29.1.2 Compromissos - posições compradas

Ano	Gerador de Energia	Total Compras
2022	Volume MWh (*)	4.586.267
	Preço MWh (R\$/MWh) (*)	192,91
	Total (R\$ Mil)	884.723
2023	Volume MWh (*)	4.586.267
	Preço MWh (R\$/MWh) (*)	183,04
	Total (R\$ Mil)	839.464
2024	Volume MWh (*)	6.051.710
	Preço MWh (R\$/MWh) (*)	171,65
	Total (R\$ Mil)	1.038.768
2025	Volume MWh (*)	6.035.258
	Preço MWh (R\$/MWh) (*)	170,97
	Total (R\$ Mil)	1.031.850
2026	Volume MWh (*)	6.035.258
	Preço MWh (R\$/MWh) (*)	166,54
	Total (R\$ Mil)	1.005.103
2027	Volume MWh (*)	6.035.258
	Preço MWh (R\$/MWh) (*)	166,54
	Total (R\$ Mil)	1.005.103
Após 2027	Volume MWh (*)	33.761.848
	Preço MWh (R\$/MWh) (*)	128,46
	Total (R\$ Mil)	4.337.145
Data do término do contrato	Dez/2038	

(*) Informações não revisadas pela auditoria independente.

29.2 Compromissos socioambientais

Furnas, alinhada às diretrizes que norteiam as ações das Empresas do Grupo Eletrobras quanto à promoção do desenvolvimento sustentável - que busca equilibrar oportunidades de negócio com responsabilidade social, econômico-financeiro e ambiental -, salienta este compromisso investindo em projetos sociais e atividades culturais, pautados pelo respeito ao meio ambiente e às comunidades no entorno de suas instalações, visando resguardar o futuro das novas gerações. Para tanto, apoia-se sempre numa abordagem preventiva aos desafios ambientais e no incentivo ao uso de tecnologias que não agridam o meio ambiente.

Descriativo	31.12.2020 (*)	31.12.2019 (*)
A - Investimentos relacionados com a produção/operação da Empresa		
1) Investimentos e gastos com manutenção nos processos operacionais para a melhoria do meio ambiente	48.978	43.153
Subtotal	48.978	43.153
B - Investimentos em programas e/ou projetos externos		
2) Investimentos e gastos com a preservação e/ou recuperação de ambientes degradados	59.412	74.640
3) Investimentos e gastos com educação ambiental para a comunidade	488	882
4) Investimentos e gastos com outros projetos ambientais	2.669	4.046
Subtotal	62.569	79.568
C - Total dos investimentos em meio ambiente (A+B)	111.547	122.721

Os referidos gastos encontram-se registrados em despesas operacionais.

(*) Informações não auditadas.

29.2.1. Termos de ajustamento de condutas (TAC)

Firmados entre Furnas e o Poder Público em diversas esferas para cumprimentos de obrigações futuras já contempladas no custo dos seguintes investimentos:

a) TAC - UHE Simplício

Firmado em 20 de fevereiro de 2013 entre Ministério Públco Federal, Ministério Públco Estadual, Município de Sapucaia-RJ e a Empresa, referente a questões ambientais identificadas nos municípios atingidos pela UHE Simplício, no Rio Paraíba do Sul, em que Furnas se obriga a implantar e manter, até a assunção pelos Municípios atingidos, Estações de Tratamento de Esgoto e Redes Coletoras, bem como manter o controle de vazão e de qualidade da água. Conforme está descrito no TAC, tais ações deveriam estar concluídas até 2015 e os atrasos de mais de 15 dias em relação ao cronograma, sem os devidos esclarecimentos, ensejariam a aplicação de multas diárias no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais). Do total de 25 itens do TAC, 18 já foram concluídos e 7 continuam sendo acompanhados, conforme Promissão de Arquivamento expedida pelo MPF em 20 de maio de 2016 e Certidão expedida pelo MPF em 29 de novembro de 2018. Também está previsto no TAC o cumprimento das demais condicionantes da Licença de Instalação nº 456/2007 e da Licença de Operação nº 1.074/2012, expedidas pelo IBAMA, conforme determinações e prazos constantes nas respectivas licenças. Este Termo de Ajustamento de Conduta extingue a Ação Civil Pública nº 2010.51.13.000406-9 junto à 1ª Vara Federal de Três Rios.

b) TAC - LT Itaberá-Tijucu Preto III

Firmado, em 15 de dezembro de 2000, por Furnas e pelo IBAMA, com o Ministério Públco Federal - MPF, incluindo responsabilidades relativas à Secretaria do Verde e do Meio Ambiente do Município de São Paulo - SVMA/SP, ao Instituto Florestal - IF/SP, à Fundação Nacional do Índio - FUNAI e ao Instituto Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, para remediar as pendências relativas aos impactos advindos da implantação da Linha de Transmissão Itaberá - Tijucu Preto III. De acordo com este TAC, Furnas se comprometeu a desenvolver projetos e programas socioambientais e culturais visando, principalmente, a proteção da Fauna, das Comunidades Indígenas e do Patrimônio Histórico e Arqueológico.

O prazo deste TAC se estende por 20 anos, sendo que para cada ação houve um cronograma específico.

Cabe esclarecer que o referido TAC está em processo de avaliação pelo Ministério Públco Federal para emissão de decisões saneadoras.

b.1) Prazos

Para cada atividade (item do TAC) prevista há prazos definidos de até 10 (dez) anos, sendo que o mesmo poderá ser ampliado, com a concordância do MPF e dos demais Órgãos envolvidos.

A situação deste TAC está descrita a seguir:

1.1. Dos recursos destinados aos programas e projetos culturais e sociais e à compensação ambiental - não existe prazo para cumprimento.

O TAC, em seu Capítulo I, diz que Furnas compromete-se a destinar, no mínimo, a quantia de R\$ 4.186 mil à implementação de programas e projetos de natureza ambiental, cultural e social;

1.1.1. Georreferenciamento das áreas da unidade de conservação da cratera da colônia - em análise pelo MPF/PR-SP;

1.1.2. Ações em unidades de conservação existentes junto ao Instituto Florestal (IF) - aguardando posicionamento do MPF;

1.2. Das comunidades indígenas - atualmente em tratativa com o MPF;

1.3. Programa de patrimônio histórico e arqueológico - aguardando posicionamento do MPF/PR-SP;

1.3.1. Programa de educação patrimonial - concluído, conforme parecer do IPHAN. Ressalta-se que estamos aguardando manifestação formal do MPF/PR-SP sobre seu encerramento.

b.2) Condicionamentos

Os programas e ações ambientais estabelecidos no referido TAC foram elaborados e aprovados com anuência e participação dos órgãos licenciadores bem como fiscalizadores que assinaram esse Termo, além da Secretaria do Verde do Estado de São Paulo, Secretaria Municipal de Meio Ambiente de São Paulo e o IF de São Paulo.

b.3) Penalidades

Estão estabelecidas no TAC sanções, para cada ação e programa que não tenham sido efetivamente cumpridos, ressaltando que, nas Disposições Finais do referido Termo, estabelece-se multa diária de R\$ 25.000 a R\$ 100.000, variável em função do tempo de inadimplência.

Todo valor do referido TAC está vinculado a UFIR ou índice oficial que a substituir.

Ressalta-se que, até o presente momento, não foi aplicada qualquer penalidade a este TAC - LT 750 kV Itaberá - Tijucu Preto III.

29.2.2. Políticas ambientais

FURNAS reconhece que seu negócio pode levar à interferência ambiental e possui como compromisso conduzir suas atividades atendendo a legislação ambiental brasileira nas esferas federal, estadual e municipal, bem como os acordos dos quais a Empresa é signatária. O cumprimento destes marcos é fiscalizado por órgãos e agências governamentais. Em consonância com os princípios e diretrizes da Política Ambiental das Empresas Eletrobras, as Políticas Ambiental e de Gestão de Resíduos norteiam as ações junto às comunidades e demais partes interessadas. A Política Ambiental de Furnas teve a sua última revisão concluída em 26/12/2019. Nos meses de novembro e dezembro de 2020 foi oferecido de forma remota a todos os colaboradores da empresa, treinamento da Política Ambiental, incluindo um processo avaliativo ao final do mesmo.

Para a implementação da Política de Gestão de Resíduos, há a Instrução Normativa - IN.005.2015, revisada em 2017, que estabelece critérios para o gerenciamento de resíduos associados às diversas atividades desenvolvidas pela Empresa, visando o controle e a redução de riscos às pessoas e ao meio ambiente, destacando-se o alinhamento com os princípios do desenvolvimento sustentável e com a legislação vigente.

Outro instrumento da Política de Gestão de Resíduos é o Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos - PGR, que visa estabelecer critérios, procedimentos e medidas para controle e redução dos resíduos sólidos gerados pelo empreendimento, desde a geração até a destinação final de resíduos e disposição final de rejeitos.

29.3 Compromissos - Aportes nas SPEs

Os compromissos de longo prazo relacionados a aportes nas SPEs ocorrerão como seguem:

SPEs/Año	2022	2023	2024	2025	2026	Total
Brasil Ventos Energia S.A.	10.410	10.618	10.828	11.042	—	42.898
Teles Pires Participações S.A.	21.639	19.012	18.334	17.562	—	76.547
Total	32.049	29.630	29.162	28.604	—	119.445

NOTA 30 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

30.1 Instrumentos financeiros

A Empresa opera com diversos instrumentos financeiros, dentre os quais se destacam: títulos e valores mobiliários, contas a receber de clientes, ativo financeiro indenizável (concessão), contas a pagar a fornecedores e empréstimos e financiamentos, os quais se encontram registrados em contas patrimoniais, segundo a norma contábil vigente para cada caso.

Descriutivo

Ativos financeiros

Empreéstimos e recebíveis

Descriutivo	31.12.2020	31.12.2019
Cientes (Nota 5)		
Ativos de contrato (Nota 7)		
Empreéstimos concedidos (Nota 8)		
Mensurados a valor justo por meio do resultado		
Títulos e valores mobiliários (Nota 4)		
Total Ativos financeiros		
Passivos financeiros		
Mensurados ao custo amortizado		
Empréstimos, financiamentos e debêntures (Nota 12)		
Fornecedores e outras obrigações (Nota 11)		
Total Passivos financeiros		

Descriutivo

Ativos financeiros

Empreéstimos e recebíveis

Descriutivo	31.12.2020	31.12.2019
Cientes (Nota 5)		
Ativos de contrato (Nota 7)		
Empreéstimos concedidos (Nota 8)		
Mensurados a valor justo por meio do resultado		
Títulos e valores mobiliários (Nota 4)		
Total Ativos financeiros		
Passivos financeiros		
Mensurados ao custo amortizado		
Empréstimos, financiamentos e debêntures (Nota 12)		
Fornecedores e outras obrigações (Nota 11)		
Total Passivos financeiros		

O valor de mercado dos instrumentos financeiros em 31 de dezembro de

FURNAS 64 anos
O nosso brilho
ilumina essa
história

CNPJ 23.274.194/0001-19


Eletrobras
Furnas

PÁTRIA AMADA
BRASIL
GOVERNO FEDERAL
MINISTÉRIO DE
MINAS E ENERGIA

Contratos Obtidos - Variação Positiva - 2020		Indexador		Saldo R\$				
Moeda (Risco)	Saldo US\$	Saldo R\$	2021	Provável	Cenário I	Cenário II	Cenário I	Cenário II
TJLP	122.374	632.674	4,72%	5,90%	7,08%	632.983	638.129	
IPCA	373.440	1.930.687	3,37%	4,21%	5,05%	1.945.291	1.959.895	
Selic/CDI	467.974	2.419.426	2,90%	3,63%	4,35%	2.423.803	2.428.167	
Total	963.788	4.982.786			5.002.077	5.026.191		

30.4.4 Índices para Análise de Sensibilidade

Moeda Nacional	Cenário para 31.12.2020	Data base 31.12.2020				
		Cenário Positivo	-25%	-50%	+25%	+50%
Selic (a.a.)		3,00%	2,25%	1,50%	3,75%	4,50%
CDI (a.a.)		2,90%	2,18%	1,45%	3,63%	4,35%
TJLP (a.a.)		4,72%	3,54%	2,36%	5,90%	7,08%

Moeda Estrangeira	Cenário para 31.12.2020	Data base 31.12.2020				
		Cenário Positivo	-25%	-50%	+25%	+50%
EURO - R\$/€		6.4100	4.8081	3.2054	8.0135	9.6162
YEN - R\$/¥		0,0500	0,0376	0,0251	0,0627	0,0753
Dólar - R\$/US\$		5,1700	3.8775	2.5850	6.4625	7.7550
Líbano - USD		0,23%	0,0018	0,0012	0,0029	0,0035

Moeda Nacional	Cenário para 31.12.2020	Data base 31.12.2020				
		Cenário Positivo	-25%	-50%	+25%	+50%
IPCA (a.a.)		3,37%	2,53%	1,68%	4,21%	5,05%
IGPM (a.a.)		4,44%	3,33%	2,22%	5,55%	6,66%

31.2 Garantias das investidas de Furnas (SPEs)

Todas as garantias são na modalidade de fiança corporativa, ora apresentadas diretamente pela Eletrobras, ora por Furnas, com a anuência da Eletrobras.

Empreendimento	Banco Financiador	Modalidade (corporativo/SPE)	Participação da Controlada (%)	Valor do Financiamento - Quota Parte da Controlada (R\$ mil)	Saldo Devedor em 31/12/2020 (R\$ mil)	Projeção de Saldo Devedor - Fim do Exercício (R\$ mil)			Saldo a Desembolsar (R\$ mil)	Término da Garantia
						2021	2022	2023		
UHE Santo Antônio	BNDES Direto Original	SPE	43,06%	1.331.528	1.808.258	1.885.200	1.924.570	1.759.108	–	17/09/2040
UHE Santo Antônio	BNDES Direto Suplementar	SPE	43,06%	428.402	590.899	618.610	633.484	580.514	–	17/09/2040
UHE Santo Antônio	BNDES Repasse Original	SPE	43,06%	1.310.001	1.901.796	1.998.503	2.050.928	1.883.965	–	17/09/2040
UHE Santo Antônio	BNDES Repasse Suplementar	SPE	43,06%	428.402	612.600	643.750	660.637	606.856	–	17/09/2040
UHE Santo Antônio	BASA	SPE	43,06%	216.750	243.443	223.101	203.438	182.078	–	10/12/2030
UHE Santo Antônio	Emissão de Debêntures	SPE	43,06%	180.833	144.695	81.500	–	–	–	27/12/2022
UHE Santo Antônio	Emissão de Debêntures	SPE	43,06%	301.389	412.991	364.342	248.886	67.971	–	15/04/2024
Teles Pires	BNDES	SPE	24,50%	296.940	300.279	280.176	260.092	240.009	1.184	15/02/2036
Teles Pires	BNDES/Banco do Brasil	SPE	24,50%	294.000	297.004	277.117	257.251	237.384	–	15/02/2036
Teles Pires	Emissão de Debêntures	SPE	24,72%	160.680	145.741	145.741	133.178	120.615	–	30/05/2032
Caldas Novas Transmissão	BNDES	SPE	49,90%	2.536	6.773	5.665	4.766	3.867	–	15/03/2023
Caldas Novas Transmissão	BNDES	SPE	49,90%	5.536	1.328	819	269	–	–	15/03/2028
Belo Monte Transmissora de Energia S. A. ^(a)	BNDES REPASSE	SPE	24,50%	214.375	221.276	209.428	196.590	182.663	–	15/08/2032
Empresa de Energia São Manoel	BNDES	SPE	33,33%	437.996	535.917	539.569	526.486	512.233	–	15/12/2038
Belo Monte Transmissora de Energia ^(b)	Emissão de Debêntures	SPE	24,72%	142.100	163.981	162.854	160.983	155.955	–	15/03/2034
Empresa de Energia São Manoel	Emissão de Debêntures	SPE	33,33%	113.322	109.312	106.547	99.524	91.837	–	15/06/2033
UHE Santo Antônio ^(b)	Emissão de Debêntures	SPE	43,06%	680.188	1.688.146	1.877.404	2.074.802	2.165.120	–	28/06/2038
Mata de Santa Genebra ^(b)	BNDES	SPE	49,90%	508.232	564.328	535.608	506.889	478.169	–	15/06/2033

b) Solicitado em agosto 2020 cancelamento dos saldos remanescentes

c) Garantia somente de Furnas

31.2.1 Garantia de Compra de Energia:

Empresa	Tipo	Descrição
Santo Antônio	Garantia	Garantir a comercialização de energia correspondente a até 665,4 MW médios ao ano, a uma receita anual mínima de R\$ 766.092.852,72, na data base de 31/12/2007, readjustados pela variação do IPCA, durante o período de 01/05/2027 até o final da liquidação das obrigações decorrentes deste contrato consolidado, mediante a compra dessa energia a ser comercializada pela BENEFICIARIA.

NOTA 32 - SEGUROS (Não auditado)

Os principais seguros da Empresa, com base nos valores de risco, estão abaixo demonstrados por modalidade e data de vigência:

Riscos	a) Garantias:	Controladora			Vigência	Importância Segurada
		Inicio	Término	Importância Segurada		
	Garantia Financeira (CRD 109/2011 CEMIG)	01/01/2020	31/12/2020	508	20/07/2020	0/07/2023
	Garantia Financeira CUST/CUSD - (04-CUSD/10 AMPLA)	05/05/2020	05/05/2021	160	24/07/2020	24/07/2023
	Garantia Fiel Cumprimento - Consórcio Ouro Preto II - 006/2008	05/				

FURNAS 64 anos

O nosso brilho ilumina essa história

PEDRO EDUARDO FERNANDES BRITO

Diretor-Presidente

DJAIR ROBERTO FERNANDES
 Diretor de Operação e Manutenção

PEDRO EDUARDO FERNANDES BRITO
 Diretor de Administração

CAIO POMPEU DE SOUZA BRASIL NETO
 Diretor de Finanças

JOSÉ ALVES DE MELLO FRANCO
 Diretor de Regulação e Comercialização

CLAUDIO GUILHERME BRANCO DA MOTTA
 Diretor de Engenharia

JAIRO MACHADO DE OLIVEIRA
 Superintendência de Contabilidade - CRC - RJ 074.838/O-7 - Contador

ANSELMO GARCIA SOBROSA
 Gerência de Contabilidade Geral - CRC - RJ 078.544/O-6 - Contador

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas

Furnas Centrais Elétricas S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais de Furnas Centrais Elétricas S.A. ("Furnas" ou "Empresa"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas de Furnas Centrais Elétricas S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira de Furnas Centrais Elétricas S.A. e de Furnas Centrais Elétricas S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Empresa e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase**Situação operacional das empresas coligadas**

Conforme mencionado na Nota 9.2 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, as coligadas Chapecoense Geração S.A., Empresa de Energia São Manoel S.A., Enerpeixe S.A., Madeira Energia S.A., e Teles Pires Participações S.A. apresentam excesso de passivos sobre ativos circulantes relevante em 31 de dezembro de 2020. As circunstâncias das controladas em conjunto demonstram a necessidade de manutenção do suporte financeiro por parte de terceiros, da Empresa e/ou demais acionistas. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Porque é um PAA**Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria****Avaliação do valor recuperável dos investimentos patrimoniais em subsidiárias (Nota 9) e do ativo imobilizado (Nota 10)**

Os relevantes saldos do ativo imobilizado consolidados são compostos, principalmente, pelos custos de construção de usinas de geração hidroelétricas e termoelétrica, para os quais uma provisão para redução ao valor recuperável pode ser necessária sempre que eventos ou mudanças em circunstâncias indicarem que seu valor contábil pode não ser recuperável.

A avaliação de recuperabilidade é realizada com base em projeções de fluxos de caixa futuros esperados de cada Unidade Geradora de Caixa (UGC) à qual os saldos se relacionam.

As projeções de fluxo de caixa foram preparadas com base no plano de negócios aprovado pela administração e consideram premissas relacionadas aos resultados das atividades de cada UGC, bem como outras premissas que subsidiam essas projeções.

Adicionalmente a Empresa possui saldos relevantes em investimentos contabilizados pelo método de equivalência patrimonial, para os quais também é feita uma avaliação de valor recuperável com base nas projeções de fluxo de caixa futuros esperados para os respectivos investimentos.

A utilização de diferentes premissas poderia modificar significativamente os valores recuperáveis apurados pela Empresa para o ativo imobilizado e os investimentos. Por essa razão, consideramos essa área como foco em nossa auditoria.

Análise de constituição de tributos diferidos ativos (Nota 13)

A Empresa possui base de imposto de renda e contribuição social, substancialmente relacionados com diferenças temporárias, os quais foram reconhecidos considerando o histórico de lucro tributável e as suas expectativas de realização determinadas com base nas projeções de resultados tributáveis futuros, que consideram premissas de receitas decorrentes dos contratos atuais nos ambientes regulado e livre, custos operacionais e resultado financeiro.

Face aos julgamentos significativos em relação à estimativa dos resultados tributáveis futuros, que incluem premissas que são afetadas por condições macroeconômicas e de mercado, bem como à relevância dos valores envolvidos, consideramos essa área como foco em nossa auditoria.

Mensuração do ativo contratual de transmissão (Nota 7)

O ativo contratual de transmissão refere-se ao direito da Empresa à contraprestação em decorrência dos investimentos realizados na construção da infraestrutura das linhas de transmissão. A mensuração desse ativo requer o exercício de julgamento significativo por parte da administração sobre o cumprimento das obrigações de performance satisfatórias ao longo do tempo.

Adicionalmente, por se tratar de ativos de longo prazo, a determinação das margens de lucro esperadas em relação às obrigações de performance e a identificação das taxas de remuneração, que representam o componente financeiro embutido nos fluxos de recebimentos futuros, também requerem o uso de julgamento significativo por parte da administração e afetam a mensuração do valor presente com base nos fluxos de caixa futuro.

Consideramos essa área como foco de auditoria pois a utilização de diferentes premissas e sua revisão a partir das melhores práticas no mercado pode modificar significativamente o valor do ativo mensurado pela Empresa.

Em 2020, a administração procedeu ajustes retrospectivos na mensuração do ativo contratual e dos tributos envolvidos, que resultaram substancialmente, da alteração na taxa de remuneração dos contratos e da reclassificação dos ativos relacionados aos bens da rede básica do sistema existente ("RBSE") de ativo financeiro para ativo contratual. Essas alterações decorrem de mudança de prática contábil e foram efetuadas em conexão com a aplicação do Ofício-Circular CVM/SNC/SEP nº 04/2020.

O Conselho Fiscal de Furnas Centrais Elétricas S.A., em cumprimento ao disposto no art. 8º, incisos V e X do Regimento do Conselho Fiscal da Empresa, combinado com o art. 163, incisos II e VII da Lei nº 6.404/76, procedeu ao exame do Relatório de Administração, bem como das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, e, tomando por base a manifestação dos Auditores Independentes, formalizada pelo parecer da empresa PricewaterhouseCoopers, datado de 25 de março de 2021, é de opinião que os referidos documentos apresentam, adequadamente, a posição patrimonial e financeira da Empresa, encontrando-se de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. O Conselho Fiscal, por unanimidade, nada tem a opor à divulgação das referidas Demonstrações Financeiras.

Rio de Janeiro, 25 de março de 2021.

Rodrigo Vilella Ruiz
 Presidente do Conselho Fiscal

PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes
 CRC 2SP000160/O-5
Guilherme Naves Valle
 Contador CRC 1MG070614/O-5

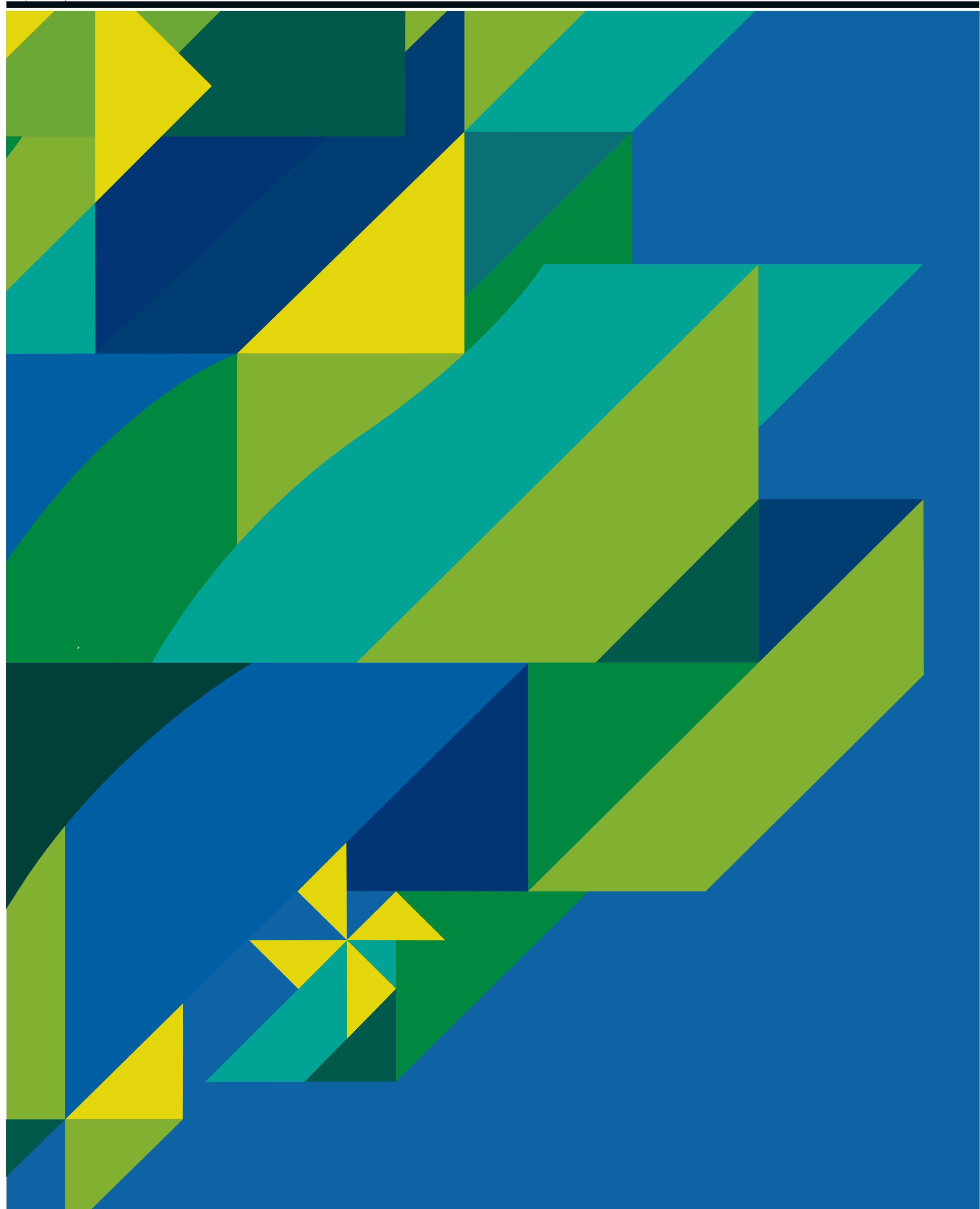
PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal de Furnas Centrais Elétricas S.A., em cumprimento ao disposto no art. 8º, incisos V e X do Regimento do Conselho Fiscal da Empresa, combinado com o art. 163, incisos II e VII da Lei nº 6.404/76, procedeu ao exame do Relatório de Administração, bem como das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, e, tomando por base a manifestação dos Auditores Independentes, formalizada pelo parecer da empresa PricewaterhouseCoopers, datado de 25 de março de 2021, é de opinião que os referidos documentos apresentam, adequadamente, a posição patrimonial e financeira da Empresa, encontrando-se de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. O Conselho Fiscal, por unanimidade, nada tem a opor à divulgação das referidas Demonstrações Financeiras.

Rio de Janeiro, 25 de março de 2021.

Adriano Pereira de Paula
 Membro do Conselho Fiscal

Roberto Klein Júnior
 Membro do Conselho Fiscal



PARA SABER MAIS, ACESSE:

 www.furnas.com.br

 [/user/CanalFurnas](https://www.youtube.com/user/CanalFurnas)

 [/FurnasEnergia/](https://www.facebook.com/FurnasEnergia/)

 [/company/furnas/](https://www.linkedin.com/company/furnas/)

 [@furnas](https://twitter.com/furnas)

 [/furnasenergia/](https://www.instagram.com/furnasenergia/)